

ANA MARIA DE FÁTIMA RAFAEL

INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES EM PORTUGAL

Orientador Científico: Prof. Doutor Adelino Torres

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais Educação e Administração
Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais**

**Lisboa
2015**

ANA MARIA DE FÁTIMA RAFAEL

INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES EM PORTUGAL

Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política- Cidadania e Governação no Curso de Mestrado em Ciência Política, Cidadania e Governação conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Presidente:

Prof. Doutor José Pinto – ULHT

Arguente:

Prof. Doutor José Carlos Calazans - ULHT

Orientador Científico:

Prof. Doutor Adelino Torres - ULHT

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais Educação e Administração
Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais

Lisboa
2015

EPÍGRAFE

*“Se não estivermos dispostos a ajudar as
pessoas a vencerem as suas falhas, há
pouco valor em apontá-las.”*

Robert. J Hastings

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família, sem eles era impossível a sua concretização. Agradeço-vos todas as horas que me dispensaram, toda a paciência e solidariedade, além do apoio e força que sempre me deram para que eu concluísse as minhas pesquisas.

Aos meus filhos.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Adelino Torres, agradeço todo o esforço, toda a ajuda prestada na finalização deste projeto e a transmissão de inúmeros conhecimentos essenciais para a concretização da presente dissertação. Obrigada!

À Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias que, com muita atenção e disponibilidade, fez com que existisse o Mestrado em Ciência Política Cidadania e Governação, obrigada pelo vosso desempenho e disponibilidade na concretização das qualificações académicas dos vossos alunos, mesmo com todas as dificuldades com que se deparam no dia-a-dia.

Às instituições que disponibilizaram as fontes bibliográficas sobre o tema.

Aos amigos e colegas que, de forma direta ou indireta, despertaram o meu interesse em aperfeiçoar os meus conhecimentos.

Para todos estes, o meu muito obrigado!

Kochukuro em Macua, *khanimambo* em Maxangana, línguas maternas de Moçambique terra mãe.

RESUMO

De forma a não tornar o tema demasiado complexo, cingiu-se a presente dissertação à integração dos imigrantes em Portugal e sobre se a mesma corresponde às expectativas de quem deixou o seu país de origem à procura de uma vida melhor. Abordaram-se temas tais como as políticas de integração, a habitação, o emprego, a saúde e a educação dos imigrantes. Após análise de todos os factos, constatou-se que a realidade quotidiana dos imigrantes é diferente da esperada com base nas leis existentes. As Políticas de Imigração em Portugal, nos últimos anos, são de uma grande ambição e bastante encorajadoras, porém quem vem à procura de uma vida digna e humana encontra outra realidade. Constatou-se, no presente trabalho, que as políticas não correspondem às expectativas dos Imigrantes.

A presente dissertação será redigida segundo o novo acordo ortográfico e a norma da *American Psychological Association* “APA”. Regulamentada pelo despacho da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no artigo nº52/2008 versão 3 de 2008, substituída pelo despacho nº 30/2014.

Palavras-Chave: Integração, Imigrantes em Portugal, Habitação, Emprego, Saúde, Educação.

ABSTRACT

In order not to make the topic too complex, this thesis is restricted to the integration of immigrants in Portugal and if this integration meets the expectations of those who left their home country in search of a better life. It approaches issues such as integration policies, housing, employment, health and education of immigrants. After reviewing all the facts, it appears that the daily reality of immigrants differs from expected, based on existing laws. The Politics of Immigration in Portugal in recent years are of great ambition and quite encouraging. However, who comes looking for a dignified human life finds another reality. This study found that the policies don't match the expectations of immigrants.

Keywords: Integration, immigrants in Portugal, Habitation, Employment, Health, Education.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIDI	Alto Comissariado para Imigração e Dialogo Intercultural
ACIME	Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ARS	Administração Regional de Saúde
ACT	Autoridade para Condições de Trabalho
APA	<i>American Psychological Association</i>
CE	Comissão Europeia
CICDR	Comissão para Igualdade e Contra a Discriminação Racial
CLAI	Centros Locais de Apoio ao Imigrante
CNAI	Centro Nacional de Apoio ao Imigrante
DIAP	Departamento de Investigação e Ação Penal
VIH	Vírus de Imunodeficiência Humana
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
GNR	Guarda Nacional Republicana
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MTSS	Ministério de Solidariedade e Segurança Social
OIM	Organização Internacional das Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional Do Trabalho
OCDE	Organização Para Cooperação e Desenvolvimento
UE	União Europeia
PIB	Produto Interno Bruto
PCP	Partido Comunista Português
PSP	Polícia de Segurança Pública
PS	Partido Socialista Português
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SICAL	Associação para Legalização de Imigrantes

ÍNDICE

Introdução	11
Capítulo 1 - Os Imigrantes e o Mundo de Trabalho em Portugal.....	14
1.1. Trabalho e discriminações.....	16
1.2. Remunerações e outros Rendimentos de Imigrantes na Segurança Social.....	29
1.3. Sistema de Pensões dos Imigrantes em Portugal	30
1.4. Saldo financeiro das contribuições para o Sistema de Segurança Social dos Imigrantes em Portugal na última década	31
1.5. Segurança Social e os Acordos Comunitários sobre os Imigrantes	32
Capítulo 2- Imigração e a Demografia Portuguesa.....	34
2.1. Consequências da Imigração na Dinâmica Demográfica e Social em Portugal	36
Capítulo 3 – Discriminação Étnica Em Portugal sobre a Origem dos Imigrantes.....	38
3.1. A Lei da Nacionalidade Portuguesa	45
Capítulo 4 - Acesso a Cuidados de Saúde dos Imigrantes em Portugal	49
Capítulo 5 – Integração dos filhos de Imigrantes no Sistema Educativo em Portugal	53
Capítulo 6 - Integração de Imigrantes na Habitação Social em Portugal.....	59
Capítulo 7 - A crise e os imigrantes em Portugal	62
Conclusão	66
Bibliografia.....	70
Índice Onomástico.....	78
Anexos.....	LXXIX
Anexo 1.....	LXXIX
Anexo 2.....	LXXXI
Anexo 3.....	CIII

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1. PERCENTAGEM DE IMIGRANTES COM VÍNCULOS LABORAIS PRECÁRIOS EM PORTUGAL EM 2002 E 2004.	21
TABELA 2. SINISTRALIDADE MORTAL DE IMIGRANTES NO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL ENTRE 2005 A 2008.	24
TABELA 3. NACIONALIDADES DE IMIGRANTES COM SINISTRALIDADE MORTAL.	24
TABELA 4. IMIGRANTES BENEFICIÁRIOS DE PRESTAÇÕES DE SUBSÍDIOS DE DOENÇA PROFISSIONAL POR NACIONALIDADE 2004 A 2008.	25
TABELA 5. ESTIMATIVA NACIONAL DE ESTRANGEIROS COM REMUNERAÇÕES DECLARADAS E CONTRIBUIÇÕES PAGA À SEGURANÇA SOCIAL DE 2002 A 2010.	28
TABELA 6. MONTANTES DE REMUNERAÇÕES DE IMIGRANTES DECLARADAS À SEGURANÇA SOCIAL POR CONTINENTES EM MILHARES DE EUROS DE 2002 A 2010.	29
TABELA 7. CONTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES PARA A SEGURANÇA SOCIAL NA ÚLTIMA DÉCADA.	32
TABELA 8. TAXA DE NATALIDADE E DE FECUNDIDADE DA POPULAÇÃO PORTUGUESA E ESTRANGEIRA (2001).....	35
TABELA 9. A PERCENTAGEM DE IMIGRANTES POR DISTRITOS	37

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. PERCENTAGEM DE IMIGRANTES COM MAIOR REPRESENTAÇÃO DE TRABALHO MAL REMUNERADO EM PORTUGAL ENTRE 2002 A 2004.	18
GRÁFICO 2 PERCENTAGEM DE IMIGRANTES QUE, NÃO FAZEM USO DAS SUAS QUALIFICAÇÕES NO TRABALHO DESEMPENHADO EM PORTUGAL.	19
GRÁFICO 3. PROFISSÃO ATUAL EM PORTUGAL DOS IMIGRANTES DA EUROPA DE LESTE LICENCIADOS, POR CATEGORIAS.	20
GRÁFICO 4. ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS IMIGRANTES 2000 A 2001.....	22
GRÁFICO 5. ACIDENTES DE TRABALHO MORTAIS DOS IMIGRANTES ENTRE 1989 A 2001.....	23
GRÁFICO 6. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS TRABALHADORES IMIGRANTES E NACIONAIS POR CONTA DE OUTREM, PELO TIPO DE CONTRATO.	26
GRÁFICO 7. QUEIXAS DE IMIGRANTES DE DISCRIMINAÇÃO NO EMPREGO APRESENTADAS À CICDR, ENTRE 2004 A 2009.....	27

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. EVIDÊNCIA DA EXISTÊNCIA DE GUETOS NA CIDADE DE LISBOA, OCUPADOS POR ALGUNS IMIGRANTES.	44
-------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

INTRODUÇÃO

A imigração não se resume a uma simples deslocação de massas de pessoas, ela apresenta ramificações transversais na sociedade a nível laboral, económico e social. A precariedade, a falta de emprego, as calamidades naturais, as guerras, as perseguições políticas de entre outros problemas são fatores que estão na origem da imigração. E, ainda, nenhuma população subsiste sem que no seu território surjam comunidades diversificadas (Lages, *et. al.*, 2006)

Segundo Ange (2003), Koff (2003) e White (1999-2002), define-se o imigrante como um habitante ativo de um lugar e coprodutor de uma cultura local. Neste sentido, as trajetórias da sua integração são processos de adaptação às condições de vida local. Um imigrante tem uma vida difícil na sua integração, e por vezes, sofre de exclusão social que pode afetar com violência o seu estado psicológico.

A situação de partida, em Portugal

Durante séculos, Portugal foi um país com elevado número de emigração, a qual começa na época dos descobrimentos e vai até à fase da colonização. Porém, o cenário veio a inverter-se com a descolonização da África Lusófona e com a entrada na União Europeia e no espaço Schengen, na década de 80.

A nível nacional, os brasileiros representam o maior número de imigrantes, seguindo-se os imigrantes da Europa de Leste e os africanos. À parte destes, existem, também, imigrantes de outros países com os quais Portugal tem menos afinidades diplomáticas.

Nos anos 70, 80, 90 e até ao início do ano 2000, os imigrantes depararam-se com muitas dificuldades na sua integração no território português dado que o país não estava preparado para o seu acolhimento. Dos diversos problemas com que se depararam, destaca-se a falta de espaços de residência, porque o maior número de imigrantes vivia em condições desumanas. Dado que esses espaços não forneciam condições mínimas para a sua habitação, constatou-se que o seu quotidiano era passado em locais com maus acessos (não existiam

equipamentos sociais, nomeadamente espaços verdes e espaços de lazer, entre outros). A ausência destas infraestruturas qualificava estes locais como “bairros de lata”. A essas dificuldades juntavam-se a falta de direito à saúde, emprego precário, a ausência de direito aos benefícios da Segurança Social e a discriminação com base na origem étnica, de entre outras dificuldades (Movimento SOS Racismo, 2002).

A fraca resposta da Lei da Imigração criada pelo Primeiro-Ministro Aníbal Cavaco Silva em 1992 fez com que a Igreja Católica, através da sua obra de migrações, fosse a única resposta eficaz para a regularização de imigrantes em Portugal. A SICAL, “Associação para a legalização de imigrantes”, criada na década de 90 e dirigida pelo Reverendo Padre Manuel Soares, responsável da Obra Católica das Migrações, foi a entidade que deu resposta aos problemas dos imigrantes em Portugal (Movimento SOS Racismo, 2002).

Apesar da Igreja Católica dar alguma resposta aos problemas dos imigrantes, os mesmos não foram solucionados. Em 1995, após a eleição do Dr. António Guterres como Primeiro-Ministro, fez-se a discussão parlamentar sobre a Lei da Legalização de Imigrantes, expressa pelos meios associativos e Partidos Políticos, todos unidos numa só voz sobre a situação degradante de imigrantes em Portugal.

O âmbito da dissertação

No âmbito desta dissertação, e para que o tema não fosse demasiado complexo, cingimo-nos apenas ao avaliar da integração de imigrantes em Portugal, em particular nas décadas já citadas anteriormente.

Dessa avaliação, cabe-nos mostrar factos que demonstrem:

- 1º A evolução da integração de imigrantes em Portugal, e das alterações feitas para uma boa integração;
- 2º Se o modelo adotado na conjuntura atual é compatível, uma vez que, com a crise, o cenário mudou e os cidadãos sentem uma regressão civilizacional, na medida em que se acentuaram, exponencialmente, as assimetrias na sociedade entre ricos e pobres e que colocam os imigrantes numa situação bastante vulnerável.

Sintetizando, as perguntas de partida desta dissertação serão:

Como é a integração de imigrantes em Portugal no emprego, na saúde, na educação, na habitação, entre outros? As políticas implementadas até à data são compatíveis com a conjuntura atual? Quais poderão ser as linhas de força do seu aperfeiçoamento futuro?

O tema está, assim, estruturado nos seguintes capítulos:

- Capítulo 1 refere-se ao emprego dos imigrantes em Portugal, e seus direitos;
- Capítulo 2 avalia o impacto da imigração na demografia portuguesa;
- Capítulo 3, sobre a discriminação de imigrantes em Portugal;
- Capítulo 4 diz respeito aos cuidados de saúde de imigrantes no país;
- Capítulo 5 refere-se à educação, com especial atenção aos filhos de imigrantes no sistema educativo nacional;
- Capítulo 6 avalia a integração de imigrantes na habitação, com especial atenção na habitação social;
- Capítulo 7 reflete sobre a crise e os imigrantes em Portugal.

Finalmente é na Conclusão do trabalho que deixamos as nossas sugestões em relação à evolução da integração de imigrantes, em Portugal, e avaliamos os pontos positivos e negativos e o que ainda há a melhorar, ou a ser reavaliado, para uma boa integração de imigrantes.

Para a elaboração da dissertação, recorremos a referências bibliográficas por apresentarem vasta informação sobre o tema e que dispensou as entrevistas, tornadas desnecessárias uma vez que as pesquisas bibliográficas utilizadas têm o suporte necessário para a sua elaboração.

CAPÍTULO 1 - OS IMIGRANTES E O MUNDO DE TRABALHO EM PORTUGAL

Antes da entrada na União Europeia, o emprego em Portugal incidia sobre as áreas da indústria, agricultura, pesca e pequenos comércios tradicionais. Com a globalização, deu-se início a uma nova fase que passou pela existência de multinacionais, tendo estas indo ganhando terreno em detrimento do comércio tradicional (Góis, *et. al.*, 2003).

Portugal beneficiou de fundos comunitários com a entrada na União Europeia, para o melhoramento e o aumento de auto estradas, pontes, infraestruturas diversas, construção de habitações, entre outros. Porém, o benefício não foi transversal a toda sociedade, uma vez que se destruiu o comércio tradicional de muitas famílias que, até a data, não conseguiram adaptar-se ao sistema introduzido pelos acordos e diretivas Europeias. Consequentemente, reduziu-se exponencialmente a pesca, a agricultura e o comércio tradicional.

Com o início da aplicação dos fundos comunitários, entre os meados da década de 80 e inícios da década de 90, verificou-se um crescimento da construção civil, o que resultou numa maior procura de mão-de-obra, sobretudo barata. A imigração era a única forma de dar resposta a este problema e, como resultado, houve um crescimento acentuado da vaga de imigração para Portugal.

Se, por um lado, os acordos e as diretivas Europeias trouxeram vantagens para Portugal, por outro, o país saiu prejudicado pois surgiram as assimetrias entre os grandes empresários e os pequenos e, como consequência, os postos de trabalho foram afetados tanto para os empregados nacionais como para os imigrantes.

Segundo Marques Góis (Góis, *et. al.*, 2003), o primeiro grupo de imigrantes qualificados em Portugal, imigrados logo após as independências dos países da África Lusófona, não teve qualquer constrangimento na sua integração no mercado laboral e, inclusive, teve a oportunidade de exercer funções segundo as suas qualificações, em particular na área da saúde, educação, empresas e serviços. Isto aconteceu por terem imigrado para Portugal numa época em que a mão-de-obra qualificada era reduzida. O segundo grupo foi constituído pelos imigrantes que chegaram a partir dos anos oitenta e noventa. Estes ficaram, maioritariamente, no mercado secundário porque, já na época, começava a haver dificuldades na

integração no mercado de trabalho, segundo as suas qualificações trazidas dos países de origem.

O terceiro grupo corresponde aos imigrantes que se qualificaram em território Português, a partir do início do século XXI. Muitos destes não foram absorvidos pelo mercado de trabalho segundo as qualificações adquiridas em Portugal porque se acentua a escassez de trabalho.

Observa-se que, em todos os grupos abordados anteriormente, houve uma motivação para imigrar para Portugal. Essa motivação foi histórica e cultural, sobretudo devido aos laços culturais com a lusofonia e a imigração económica, que foi a maior do século XX ao século XXI, antes do implodir das guerras no Médio Oriente, no Norte de África e na África subsariana que mudaram a forma de imigração para Portugal e para o resto da Europa.

Atualmente assiste-se ao fenómeno de refugiados de guerra um pouco por todo lado, mas, sobretudo, dos refugiados do Médio Oriente, o que altera completamente a imigração.

Quanto ao emprego em Portugal, os empregadores tiveram estratégias internas para a obtenção de maior número de recursos humanos por via da imigração, o que influenciou a pouca oferta de trabalho para os qualificados e provocou maior oferta de emprego precário.

Segundo o autor anteriormente citado, com a entrada de Portugal na União Europeia houve uma liberalização da contratação no mercado de trabalho por parte das empresas, devido à abertura da livre circulação de pessoas e bens. Os imigrantes estudantes em Portugal, depois de terminarem a sua formação, por razões diversas, não regressam ao seu país de origem e não são absorvidos pelo mercado de trabalho interno. São, por vezes, incorporados no mercado de trabalho secundário, para colmatar as lacunas existentes, inserindo-se no mercado laboral, mas esse trabalho não contribui para o aproveitamento das qualificações adquiridas, quer para Portugal país formador, quer para o país de origem, o que é um desperdício para o contributo dos jovens. A mesma fonte (Góis, *et.al.*, 2003) conclui que, em Portugal, a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho é heterogénea, com diferentes motivações migratórias, padrões de mobilidades específicos e variações relevantes, porque recorrem a terceiros ou a familiares que já se encontram em Portugal há mais tempo e, conseqüentemente, são mais-valia na integração, em particular no mercado de trabalho.

As qualificações da população imigrante, apesar de idênticas às da população autóctone, são objeto de tratamento diferenciado em Portugal,

apresentam tratamentos negativos para os imigrantes no mercado laboral, quer por parte do Estado Português, quer por parte de diferentes organismos da sociedade (Lages, *et.al.*, 2006a).

O Estado português e as instituições utilizam o seu poder para definir padrões que são considerados formações e competências legítimas para o exercício de determinadas funções, incluindo ou excluindo os imigrantes (Góis, *et.al.*, 2006).

O mesmo autor defende que os imigrantes com qualificações têm tratamentos diferenciados entre o cidadão nacional e o imigrante no emprego. Existe discriminação segundo a proveniência geográfica, isto é, um cidadão de origem europeia tem mais facilmente emprego qualificado do que um cidadão de origem africana, mesmo que os dois apresentem as mesmas qualificações (Peixoto, 2008).

O sistema político, social, económico e o mercado de trabalho constroem os cidadãos às suas opções sobre diversas formas de participação e integração no mesmo sistema funcional.

A falta de integração de imigrantes qualificados, nomeadamente em áreas como a Saúde (enfermeiros, médicos), entre outras profissões, a falta de criação de políticas ativas de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, em particular os qualificados, e a falta de atração à imigração têm elevados custos socioeconómicos a longo prazo para o país, para além da aparente contribuição positiva de curto prazo.

1.1. Trabalho e discriminações

Segundo Bruno Dias (2002), o trabalho dos imigrantes em Portugal foi, durante muitos anos, caracterizado como de muita vulnerabilidade. O forte crescimento económico, o envelhecimento da população portuguesa e a escassez da mão-de-obra despoletaram a procura de recursos humanos e, como consequência, houve um aumento do fluxo migratório mas as políticas de integração ficaram aquém das expectativas.

O envelhecimento da população ativa portuguesa causou um défice nas contribuições do sistema de Segurança Social e no mercado de trabalho. O crescimento económico, após Portugal aderir a União Europeia, fez com que se adotasse a contratação de trabalhadores estrangeiros, em particular mão-de-obra

não qualificada e barata, para trabalhos que os nacionais não demonstraram interesse em fazer.

A forma como Portugal integrou os imigrantes trabalhadores foi frustrante, devido às vulnerabilidades, precariedades e à falta de segurança, entre outros problemas (Góis, *et.al.*, 2006).

Um dos motores impulsionadores para o desenvolvimento económico de Portugal foi o contributo dos imigrantes, porque tendem a especializar-se em atividades económicas específicas, consoante a sua nacionalidade. Por exemplo, os imigrantes chineses especializam-se em negócio retalho, os guineenses especializam-se em retalho alimentar, os brasileiros especializam-se em restauração, Medicina Dentária etc. Este padrão é reforçado pela ajuda que recebem dos conterrâneos que já estão há mais tempo em Portugal. Estes ajudam-nos tanto a nível da colocação no mercado de trabalho como na informação sobre a existência de oportunidades de trabalho (Dias, 2002).

Segundo o mesmo autor, a consequência da globalização em Portugal começa a ser visível com o aparecimento dos fluxos migratórios, nomeadamente fluxos migratórios duais:

a) Por um lado, existe uma representação de elite financeira dotada de grande mobilidade Internacional associada às multinacionais;

b) Por outro lado, assiste-se ao maior número de imigrantes desfavorecidos, com pouco poder de compra, e a viver de uma forma ilegal em bairros degradados, nas grandes Metrópoles de Lisboa e Porto.

A fragmentação do mercado de trabalho entre trabalhadores temporários e permanentes acentua-se dado que muitos postos de trabalho criados são sazonais, inseguros ou a termo certo, são trabalhos com uma periodicidade pequena, esporádicos na construção civil e em limpezas, etc., segundo (Pereira, 1996).

A presença complementar de mão-de-obra estrangeira em Portugal, nomeadamente a clandestina e a sazonal, contribuiu para atenuar a rigidez do mercado laboral dos imigrantes e tornou-se, assim, uma componente favorável aos empregadores o recurso laboral aos imigrantes, sendo uma componente estrutural da economia para o país. Os imigrantes posicionaram-se sempre estruturalmente em determinados setores da economia, como a construção civil, obras públicas, hotelaria, serviços domésticos, entre outros.

As Leis laborais implementadas por vários anos e em Governos diferentes não foram as mais adequadas na defesa do trabalhador migrante em Portugal, pois

não estabeleceram um vínculo de igualdade e equilíbrio entre o empregador e o empregado. Aliás, tal não acontece apenas aos imigrantes. Há nacionais também na mesma condição de precariedade de emprego. A precariedade é acentuada com baixos ordenados, com prolongamento das horas de trabalho sem remuneração justa, por vezes aceite pelo próprio imigrante para sua sobrevivência (Ferreira, 1995; Dias, 2002).

Segundo sondagens realizadas a respeito dos imigrantes em Portugal pelo Centro de Estudos dos Povos e Cultura de Expressão Portuguesa (Lages, *et.al.*, 2006b), os Portugueses consideram que os imigrantes da Europa de Leste são os mais injustiçados nos rendimentos que auferem, quando comparados com os auferidos por africanos e brasileiros, conforme ilustra gráfico 1.

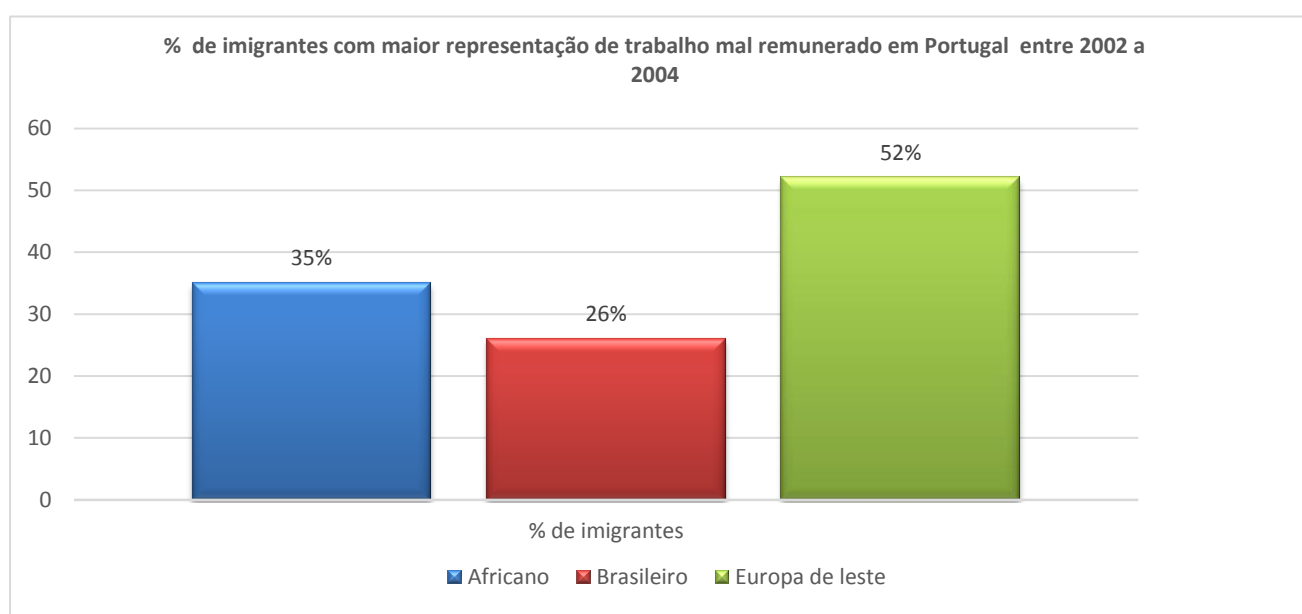


Gráfico 1. Percentagem de imigrantes com maior representação de trabalho mal remunerado em Portugal entre 2002 a 2004.

Fonte: Lages, F. Mário, *et.al.*, (2006b). *Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: ACIDI. p. 30-57.

Os imigrantes da Europa de Leste são os trabalhadores com maior percentagem de trabalho mal remunerado, seguidos dos africanos e, por último, os brasileiros, como referido no gráfico 1, pois estas foram as nacionalidades imigrantes mais predominantes em Portugal durante esta época.

Constata-se existirem rendimentos mensais diferenciados entre os imigrantes, sendo que os brasileiros são os que auferem salários mais próximos dos nacionais. A Europa de leste e os africanos são mais mal remunerados (Pereira, 1996).

No gráfico 2 está representada a percentagem de imigrantes com qualificações elevadas obtidas no país de origem, mas que não fazem uso dessas qualificações nos trabalhos que realizam em Portugal¹, segundo o Observatório para a Imigração.

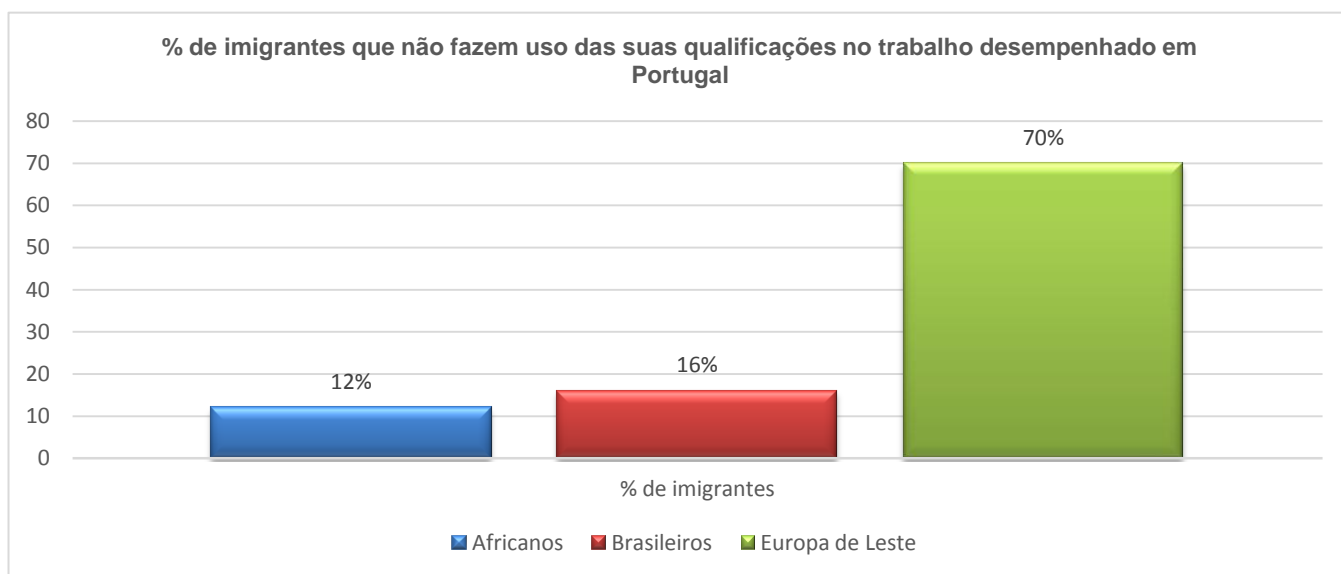


Gráfico 2 Percentagem de imigrantes que, não fazem uso das suas qualificações no trabalho desempenhado em Portugal.

Fonte: Lages, F. Mário, *et.al.*, (2006b). *Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: ACIDI. p. 241.

Este estudo feito pelo Observatório para a Imigração defende que os imigrantes com qualificações mais elevadas a não exercerem a sua formação são os da Europa de leste (70% dos imigrantes da Europa de leste tinham qualificações superiores às necessárias para as funções exercidas em Portugal). Ou seja, uma percentagem significativamente maior possui mais estudos do que os africanos (12%) e brasileiros (16%), porém o exercício do seu trabalho em Portugal não necessita das qualificações auferidas por estes imigrantes, uma vez que se trata de trabalhos precários. Não são, assim, integrados segundo as suas qualificações.

O gráfico 3 aprofunda esta análise, fazendo a distribuição dos Imigrantes da Europa do leste com formação superior (licenciados), antes exercida no seu país de origem, pelas diversas áreas de trabalho em Portugal, em 2006 (Lages, *et.al.*, 2006b). Por exemplo, imigrantes com formação em medicina exerceram funções não qualificadas na construção civil. Assim, este gráfico 3 mostra que apenas 7%

¹ Dos imigrantes regularizados em 2001, apenas 2,6% têm um contrato de trabalho sem termo, distribuindo-se os restantes 97,4% por contratos a termo certo ou incerto e por trabalho temporário.

conseguiram manter em Portugal a mesma profissão. Dos restantes, 3% passaram a quadros médios, 5% são trabalhadores de serviços, 32% são trabalhadores especializados e 53% trabalhadores não especializados².

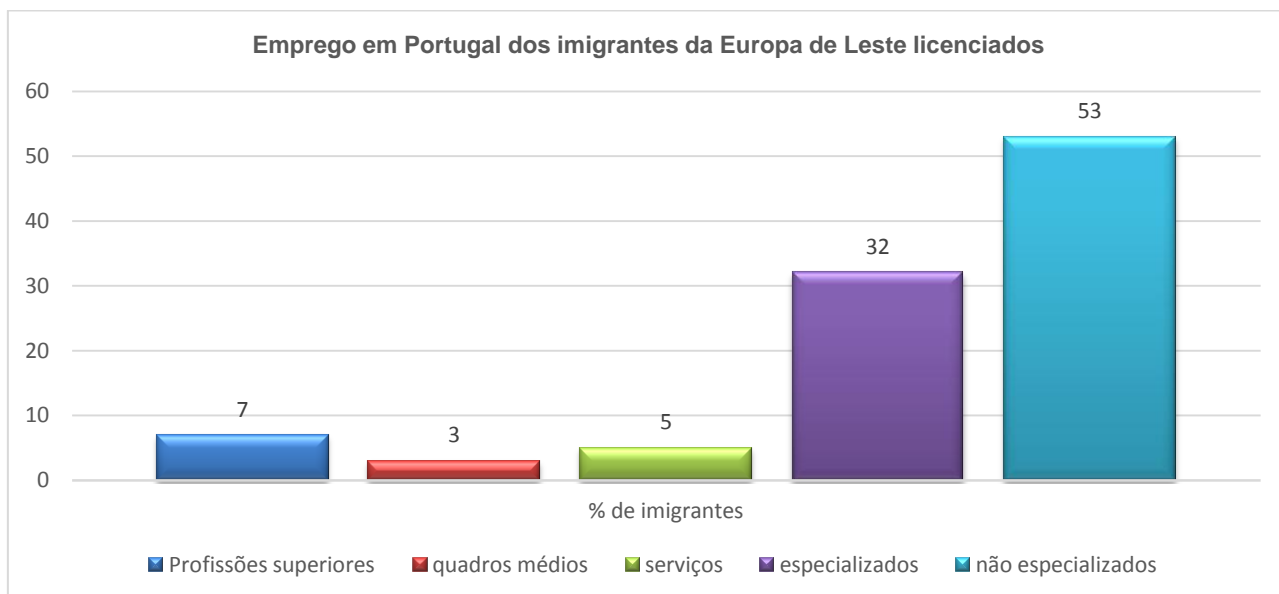


Gráfico 3. Profissão atual em Portugal dos imigrantes da Europa de leste licenciados, por categorias.

Fonte: Lages, F. Mário, *et.al.*, (2006b). *Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: ACIDI.

Apesar do contributo dos imigrantes ser positivo e notável para o país, pois veio colmatar a falta de mão-de-obra para o sector primário e secundário não qualificado (por exemplo, construção civil, limpezas, agricultura e silvicultura), dado o envelhecimento da população portuguesa, a verdade é que³ existe muita discriminação relativamente ao ordenado auferido pelos imigrantes comparado ao ordenado dos nacionais. Aqueles são sujeitos a mais horas de trabalho pelo mesmo ordenado ou por um ordenado inferior ao dos nacionais. Para ilustrar as diferenças recorremos a um estudo do Observatório para a Imigração sobre Trabalho dos imigrantes comparado segundo a proveniência geográfica (Lages, *et.al*, 2006).

Na tabela 1 é possível verificar a percentagem de imigrantes com trabalho precário, de 2002 a 2004.

² Prova-o, também, o facto de a maior parte dos imigrantes possuírem vínculos laborais muito precários.

³ O setor com maior número de imigrantes é o da construção civil, segundo o Relatório Anual de Atividades de 2000 da Inspeção Geral do Trabalho (IGT).

Tabela 1. Percentagem de imigrantes com vínculos laborais precários em Portugal em 2002 e 2004.

	Africanos		Brasileiros		Europa de Leste	
	2002	2004	2002	2004	2002	2004
Menos remunerados que os portugueses pelo mesmo trabalho	7,3	9,1	5,3	1,7	5,5	5,9
Possuem habilitações a mais para o trabalho que desempenham	2,0	2,0	6,3	6,4	7,4	0,2
Qualificados que futuramente ocuparão lugares superiores que os portugueses	3,2	6,0	8,5	3,4	8,4	8,2

Fonte: Lages, F. Mário, *et.al.*, (2006b). *Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: ACIDI.

Segundo F. Mário Lages e Verónica Policarpo (2000), os postos de trabalho criados para os imigrantes nos últimos anos antes da crise em Portugal caracterizaram-se como sazonais, inseguros e, na sua maioria, a termo certo sem renovação do contrato. Por outro lado, os imigrantes recém-chegados, para conseguirem emprego por mais precário que fosse, recorreram à ajuda de pessoas conhecidas ou de familiares para a sua integração laboral. São exemplo concreto os trabalhos sazonais da Expo 98, da construção civil, da construção do metro do Porto, da Ponte Vasco da Gama, dos projetos das Parcerias Público Privada (PPP), nomeadamente as auto estradas, entre outros.

Antes da crise, os imigrantes sofreram mais com a mão-de-obra barata, com o trabalho precário e mal pago e, como se não bastasse, sofreram de linguagens xenófobas e nacionalistas. Há portugueses que pensam que os imigrantes são um mal para o país, pois roubam o emprego aos nacionais, fomentam a mão-de-obra barata e o trabalho mal pago e precário, porque eles se sujeitam a tudo (Góis, *et.al.*, 2003).

Um dos fatores a que os imigrantes se sujeitam são os acidentes de trabalho por falta de condições de trabalho, principalmente na construção civil e na indústria. Estes são locais com maior número de acidentes mortais, graves ou ligeiros (Movimento SOS Racismo, 2002).

O gráfico 4 ilustra os números de acidentes de trabalho de imigrantes, em Portugal, em particular nos anos de muitos projetos de construção civil.

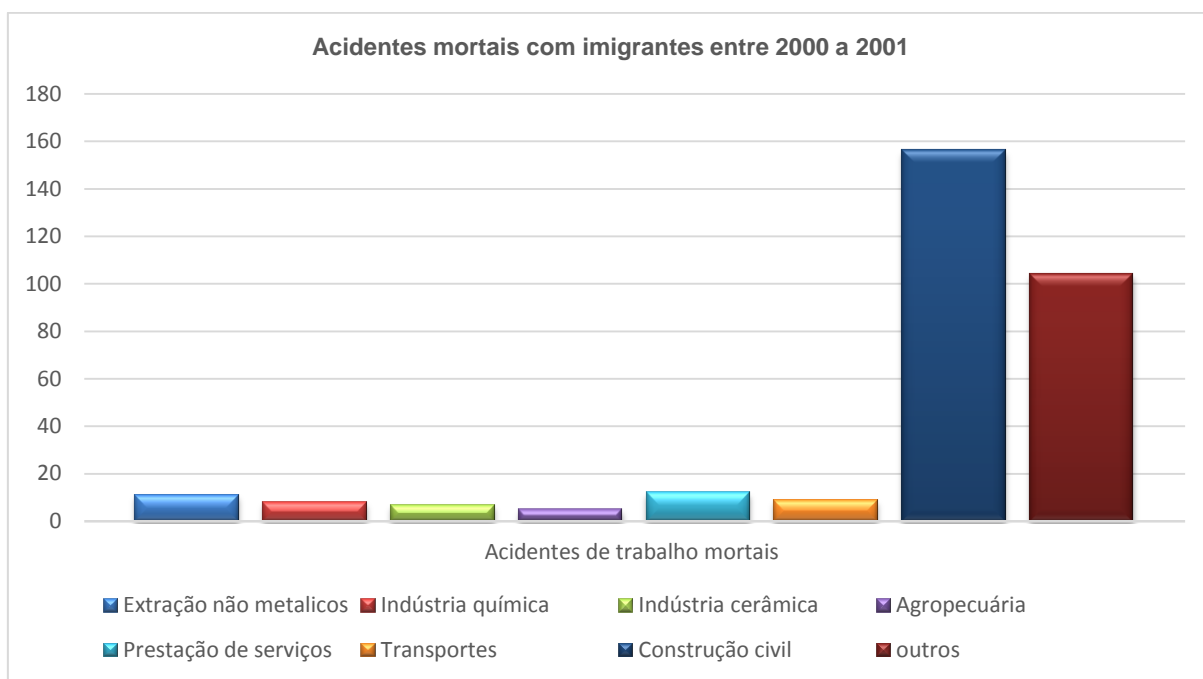


Gráfico 4. Acidentes de Trabalho Mortais Imigrantes 2000 a 2001.

Adaptado de Relatório Anual de Atividades 2000/2001 da IGT e da obra de 2002 “Os Movimentos Humanos e Culturas em Portugal” do Movimento SOS Racismo.

Este cenário justifica-se por motivos de competitividade existente na construção civil, o que originava, por parte dos empregadores, a maior procura de mão-de-obra, sobretudo barata. Como os imigrantes estão dispostos a trabalhar mais horas e, por vezes, com salários baixos e com todos os riscos acrescidos, esta é a solução para o problema desses empregadores (Góis, *et.al.*, 1999).

Uma das causas de acidentes de trabalho com imigrantes é a redução dos custos das condições de trabalho. Constatase a pouca segurança dos trabalhadores, nomeadamente, a redução do material de trabalho, a falta de formação em regras básicas de higiene e segurança no trabalho, entre outros problemas.⁴ Há pouco tempo atrás, no final do século XX, a comunicação social fazia eco das condições de trabalho e de todas as irregularidades a que estavam sujeitos os imigrantes.

O gráfico 5 mostra o grau de acidentes de trabalho mortais, em particular no final do século XX e no início do século XXI.

⁴ Na UE existe um consenso sobre a relação da precariedade com aparecimento de novos riscos profissionais, a potenciação dos riscos tradicionais e o aumento dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais (IGT, 2001).

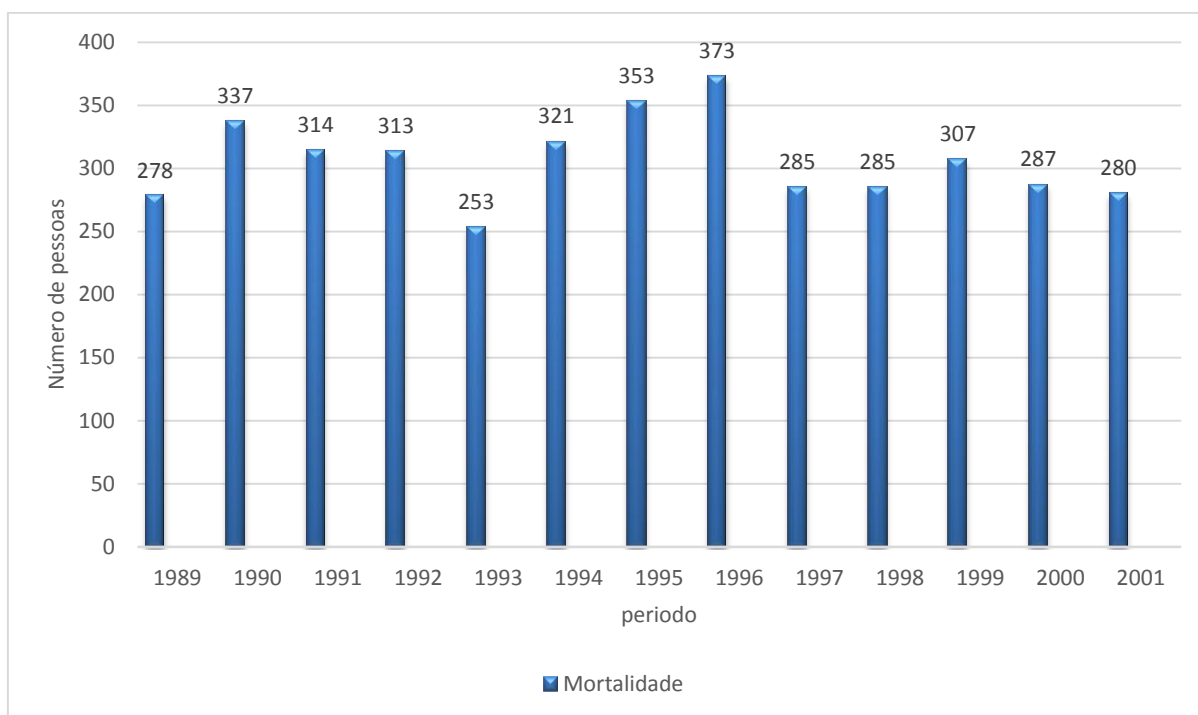


Gráfico 5. Acidentes de trabalho mortais dos imigrantes entre 1989 a 2001.

Fonte: Relatório Anual de atividades 2000/2001 da IGT.

O imigrante tem pouco poder reivindicativo, em Portugal, relativamente aos seus direitos, o que contribui para uma maior precariedade e sinistralidade laboral. Isso deve-se ao facto de os empregadores não contratarem diretamente os empregados, uma vez que recorrem a entidades subcontratadoras de operários, o que torna complexa uma responsabilização direta dos empregadores infratores⁵.

Segundo as estatísticas da Autoridade para Condições de Trabalho (ACT), esta só contabiliza os acidentes mortais ocorridos no Continente que lhe são comunicados ou os de que tem conhecimento através de denúncias. As estatísticas não contabilizam os acidentes de trabalho não denunciados.

Depois da denúncia do auto à ACT, esta elabora o inquérito, mesmo quando o óbito tenha ocorrido entre as últimas 24 horas até um ano após a data do acidente.

Mesmo assim, a atuação das autoridades é inoperante, uma vez que o mecanismo adotado para a resolução dos problemas dos trabalhadores tem pouca eficácia no que toca à atuação sobre os empregadores infratores. Esta é uma das

⁵ O setor da construção civil tem um horário semanal de 6 dias, de segunda a sábado, com duração média diária do trabalho entre 8 a 10 horas. Tal, associado ao elevado ritmo do trabalho, implicava um descanso semanal insuficiente para retemperar as energias necessárias. Pode-se considerar que não havia respeito do direito semanal da carga horária permitida por lei para o repouso, com possíveis consequências na sinistralidade laboral. (IGT, 2001).

causas do aumento da sinistralidade e precariedade do emprego em Portugal, em particular para os imigrantes.

Na tabela 2, é possível observar o número de sinistralidade de trabalho da construção civil, entre 2005 a 2008.

Tabela 2. Sinistralidade mortal de imigrantes no setor da construção civil entre 2005 a 2008.

	2005		2006		2007		2008	
Entidade reguladora	GEP	ACT	GEP	ACT	GEP	ACT	GEP	ACT
Construção civil	8	10	2	6	11	12	5	7
Total	26	12	12	14	18	20	13	9

Fonte: ACT e GEP/ MTSS, *Imigração e Sinistralidade Laboral*, 2005-2008 (Oliveira & Pires, 2008).

As percentagens de sinistralidade laboral mortal dos imigrantes, na última década, ilustram a fragilidade de ser imigrante em Portugal (Oliveira & Pires, 2008). Na tabela 3 é possível observar as nacionalidades de imigrantes sinistrados. A tabela 4 da p.1 do anexo 1 ilustra os números de acidentes não mortais de imigrantes, com particular atenção à indústria transformadora que apresenta valores acentuados em sinistralidade laboral

Tabela 3. Nacionalidades de imigrantes com sinistralidade mortal.

	2005		2006		2007		2008	
Entidade reguladora	GEP	ACT	GEP	ACT	GEP	ACT	GEP	ACT
Angola	2	1	0	0	2	2	1	2
Cabo Verde	3	1	0	0	1	0	1	0
Brasil	4	1	4	1	4	5	6	3
Guiné-Bissau	2	1	0	0	0	1	0	0
Moçambique	1	0	0	0	2	0	0	0
S. Tomé e Príncipe	0	0	0	0	0	0	0	0
Países da UE	1	0	0	0	1	1	1	1
Outros imigrantes	13	8	10	17	10	4	4	3
Total	26	12	14	18	20	13	13	9

Fonte: ACT e GEP/ MTSS, *Imigração e Sinistralidade Laboral*, 2005-2008 (Oliveira & Pires, 2008).

Segundo as estatísticas das entidades anteriormente citadas, existe um aumento do número de imigrantes com doenças provocadas por acidentes de trabalho. Depois do acidente, os imigrantes legais conseguem aceder aos tratamentos nos hospitais públicos e a direitos tais como baixas médicas e pensões

por invalidez pelo sistema de Segurança Social. Constata-se que os trabalhadores ilegais⁶ são os prejudicados pelo sistema, uma vez que não conseguem ter acesso aos cuidados de saúde realizados pelo Sistema Nacional de Saúde, ou a pensões, apesar de fazerem contribuições para a Segurança Social como exigência para posterior legalização. Segundo as estatísticas, se o número de beneficiários totais fosse contabilizado com os imigrantes ilegais, o valor desse benefício seria maior, dado que os imigrantes são os que estão mais vulneráveis aos acidentes de trabalho.

Na tabela 4, é possível observar a percentagem de imigrantes beneficiários de prestações sociais por doenças profissionais, segundo a nacionalidade, entre os anos de 2004 a 2008.

Tabela 4. Imigrantes beneficiários de prestações de subsídios de doença profissional por nacionalidade 2004 a 2008.

Ano	2004		2005		2006		2007		2008	
Nacionalidade	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Angola	20	33,3	15	19,0	16	20,3	12	18,2	13	18,1
Brasil	14	23,3	18	22,8	15	19,0	13	19,7	18	25,0
Cabo Verde	2	3,3	6	7,6	4	5,1	5	7,6	5	6,9
Ucrânia	14	23,3	13	16,5	13	16,5	12	18,2	9	12,5
Outros Estrangeiros	10	16,7	27	34,2	31	39,2	24	36,4	27	37,5
Total	60	100	79	100	79	100	66	100	72	100

Fonte: ACT e GEP/ MTSS, *Imigração e Sinistralidade Laboral*, 2005-2008 (Oliveira & Pires, 2008).

Outra situação com que se deparam os imigrantes em Portugal, em termos do emprego, é a carga horária que é recomendada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O trabalhador não pode fazer mais do que oito horas diárias, mas o imigrante em Portugal chega a fazer mais horas do que as recomendadas, sem uma compensação justa no pagamento das horas extra.

⁶ Dentro de Países da OCDE, Portugal, encontra-se no topo do grupo de países onde a economia informal tem uma elevada percentagem do Produto Interno Bruto (PIB). Esta representa cerca de 20% do PIB, ocupando o terceiro lugar no ranking da informalidade, logo atrás da Grécia, e da Itália (Oliveira & Pires, 2010). Entenda-se por economia informal toda a atividade económica que não sendo ilegal se processa à margem da lei vigente. Numa economia informal as condições de trabalho não estão submetidas a nenhum controlo, não há regras. Os salários e horários de trabalho são sujeitos a riscos elevados. A única regra é a lei da oferta e da procura em que muitas vezes a negociação acaba por ser unilateral e desequilibrada, já que não há nenhuma proteção formal ao trabalhador. É neste segmento que se inserem os imigrantes, em particular os que se encontram numa situação irregular.

Na tabela 5, da p. 2 do anexo 1 é possível verificar a diferença dos ordenados entre portugueses e imigrantes. Apesar de o número de imigrantes mal pagos ser maior, certos imigrantes de algumas nacionalidades superam a remuneração dos portugueses, uma vez que conseguiram ter oportunidades de empregos não precários equiparadas aos nacionais⁷. Em termos gerais, há pouca absorção de imigrantes com remunerações aceitáveis.

O gráfico 6 ilustra a distribuição percentual dos trabalhadores imigrantes e nacionais por conta de outrem, pelo tipo de contrato. Este mostra que os nacionais apresentam sobretudo contratos sem termo, efetivo (70,7%) e que os imigrantes têm sobretudo contratos a termo certo (50%), a maior parte das vezes sem renovação.

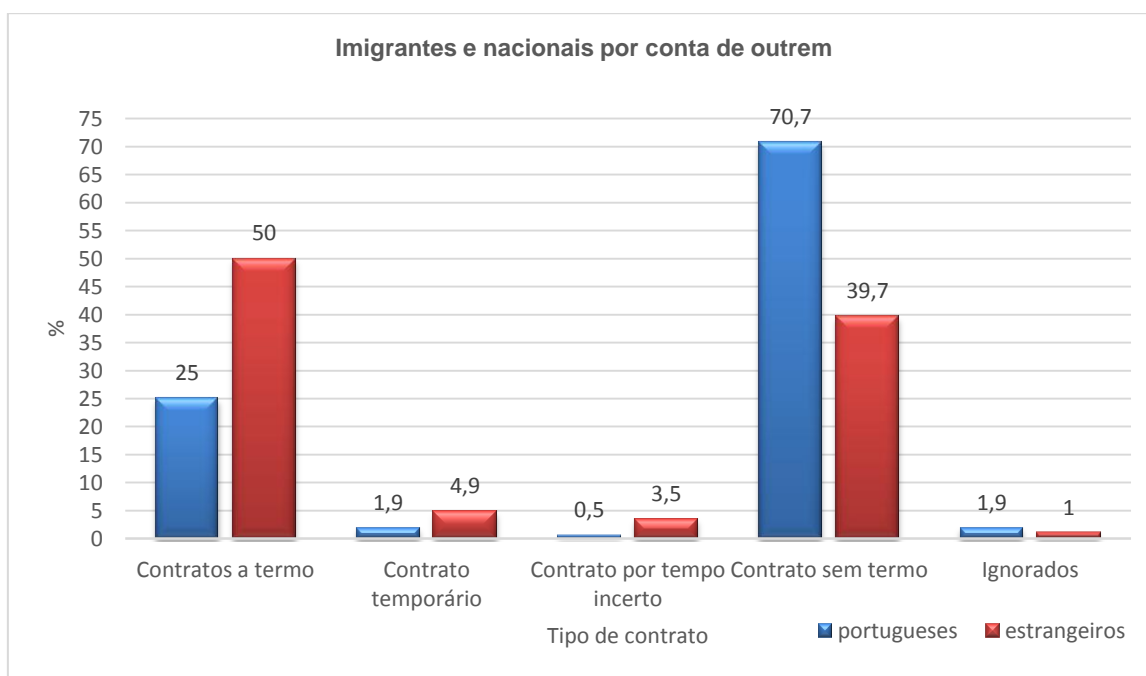


Gráfico 6. Distribuição percentual dos trabalhadores imigrantes e nacionais por conta de outrem, pelo tipo de contrato.

Fonte: ACT e GEP/ MTSS, *Imigração e Sinistralidade Laboral*, 2005-2008 (Oliveira & Pires, 2008).

Outro grande obstáculo com que se deparam os imigrantes é a discriminação laboral de origem étnica e de nacionalidade. Segundo as estatísticas da Comunicação para Igualdade Contra a Discriminação Racial (CICDR), entre

⁷ Os portugueses têm uma remuneração baixa em relação aos restantes países da União Europeia. Mesmo assim a maior parte dos imigrantes recebe salários baixos comparados com os salários dos nacionais e de alguns imigrantes de países desenvolvidos. Os imigrantes dos PALOP têm uma taxa de variação da média do ordenado mensal consoante a origem e as qualificações. (Oliveira & Pires, 2010).

2004 a 2009, aumentaram as queixas de discriminação étnica no emprego. Esse aumento deve-se ao direito que têm de fazer queixa contra os infratores e minorar as tendências xenófobas, mas, apesar de esse mecanismo existir, o medo de fazer queixa prevalece. Existem retaliações na maior parte dos casos denunciados, o que faz com que haja poucas queixas e, também, a justiça é inoperante em matéria da criminalização contra os xenófobos.

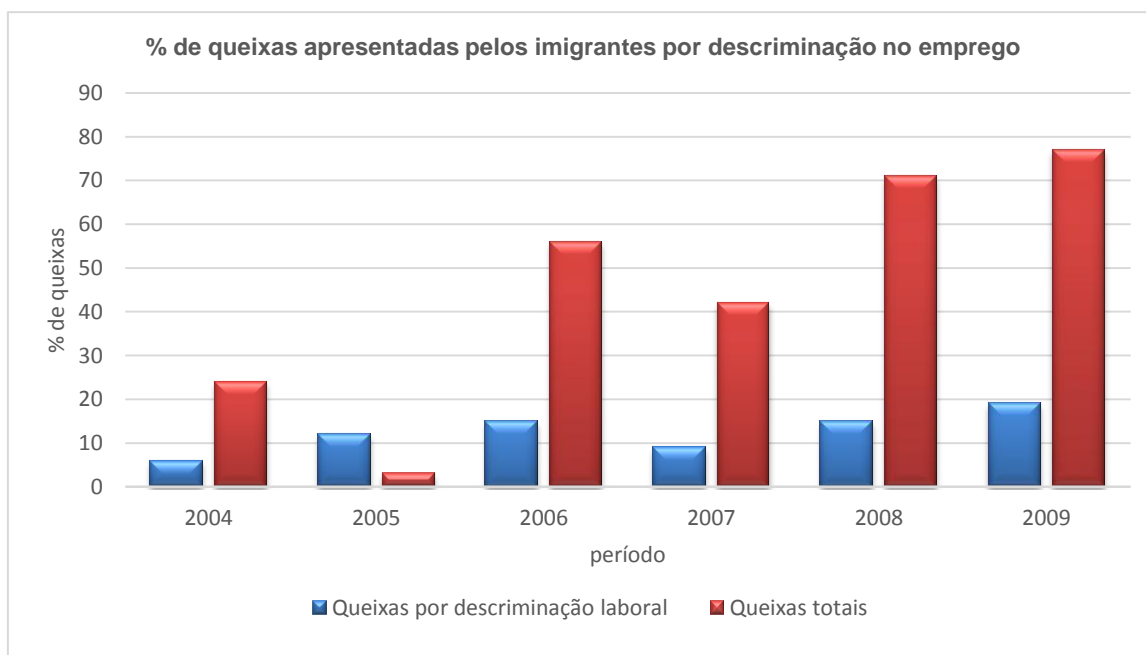


Gráfico 7. Queixas de imigrantes de discriminação no emprego apresentadas à CICDR, entre 2004 a 2009.

Adaptado de Estatística de 2004 a 2009 de Sinistralidade Laboral dos Imigrantes da GEP/MTSS (Peixoto, *et.al.*, 2011a).

A introdução do Sistema de Segurança Social para os imigrantes em Portugal permite avaliar os avanços e sucessos da integração, mas, mesmo assim, existem aspetos por melhorar para uma boa integração (Peixoto, *et.al.*, 2011a).

Segundo Peixoto (2008), as fontes estatísticas disponíveis sobre estudos quantitativos da População ativa de imigrantes divergem, porém vão ao encontro da realidade, pois a margem de erro entre uma fonte e outra é mínima. As fontes estatísticas mais usadas para a matéria da imigração são do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e do Serviço De Estrangeiros e Fronteiras (SEF), essas fontes não contemplam qualquer variável socioeconómica incluindo o trabalho.

As estatísticas do INE para a Segurança Social entre 2002 a 2010 confirmam que 91% da população ativa de imigrantes estavam inscritos no Sistema de Segurança Social, aproximando-se assim da população ativa nacional. A

exceção verifica-se no ano de 2007 em que ocorreu uma ligeira queda (Peixoto, *et.al.*, 2011a).

A aprovação da Lei da legalização de imigrantes ilegais fez com que o cenário tivesse uma melhoria na integração no emprego.

Há poucas décadas, os imigrantes já com descontos feitos à Segurança Social (ISS) não tinham os direitos ou benefícios para qualquer eventualidade como na doença, no desemprego e na morte, cenário que veio a mudar com a introdução de políticas de integração de imigrantes em Portugal. Se os imigrantes legais passaram a ter mais direitos no sistema, os ilegais passaram a ter o acesso ao desconto para aceder à sua regularização, o que, em termos de Direitos Humanos, é louvável uma vez que o cenário de imigrantes ilegais em Portugal era crítico (Peixoto, *et.al.*, 2011a).

Na tabela 7, p.2 do anexo 1 é possível verificar a estimativa nacional de estrangeiros com remunerações declaradas e pagas à segurança social entre 2002 a 2010.

Tabela 5. Estimativa Nacional de Estrangeiros com Remunerações Declaradas e Contribuições paga à Segurança Social de 2002 a 2010.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Autorização de Residência	38929	249995	63322	74631	32137	1612	436020	451742	---
Autorização de Permanência	74558	83655	83833	93391	2661	5741	-----	-----	-----
Visto de longa duração prorrogado	----	-----	-----	46637	55391	28383	4257	2449	--
Vistos de longa duração concedidos	----	-----	-----	16088	16937	10597	2825	3115	----
Total imigrantes Legais	413487	433650	447155	30747	437126	446333	443102	457306	---
% Taxa de atividade	68,1	64,4	61,9	67,3	67,6	68,5	66,0	66,9	68,0
População ativa estimada	281585	279271	276789	289893	295497	296811	301309	305938	---
Cidadãos Imigrantes singulares no ISSS	277180	262848	265203	267339	271439	244269	283697	277938	276417
Rácio	0,98	0,94	0,96	0,92	0,92	0,82	0,94	0,91	---

Fontes: INE; SEF; Segurança Social 2002 a 2010.

Apesar de não existir um estatuto legal para o acesso a quaisquer benefícios, com a implementação de descontos para a Segurança Social de imigrantes ilegais é possível saber quantos são os imigrantes ativos e os inscritos na Segurança Social⁸.

1.2. Remunerações e outros Rendimentos de Imigrantes na Segurança Social

Na tabela 6 p.3 no anexo 1 é possível ver as principais nacionalidades de imigrantes e os montantes de remunerações declarados à Segurança Social, no território português, entre 2002 a 2010⁹.

Tabela 6. Montantes de remunerações de imigrantes declaradas à Segurança Social por continentes em milhares de euros de 2002 a 2010.

Países	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
África	343.033	361.431	383.258	405.445	433.711	273.431	308.876	314.078	331.728
%	26,2	26,4	26,0	26,0	26,2	19,6	18,8	18,5	18,8
América	259.137	283.806	337.554	368.108	403.230	371.113	509.415	546.441	551.561
%	19,8	20,7	22,9	23,6	24,4	26,7	31,1	32,2	31,2
Ásia	53.236	55.800	61.050	67.838	74.458	66.081	86.275	102.961	117.064
%	4,1	4,1	4,1	4,4	4,5	4,7	5,3	6,1	6,6
Europa	653.983	665.819	668.812	713.948	738.824	679.507	733.507	730.620	763.354
%	49,9	48,6	46,8	45,8	44,7	48,8	44,7	43,1	43,2
Oceânia	2.354	2.273	2.360	2.708	2.822	1.845	1.894	1.830	1.885
%	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fontes: Instituto de informática/MTSS.

Por razões de arredondamentos, os totais podem não corresponder à soma das parcelas (Peixoto, *et.al*, 2011a).

⁸ Os estrangeiros estão sobretudo inseridos no regime geral e em menor grau nos outros regimes existentes. A possibilidade de se criar um regime especial de proteção social dos trabalhadores imigrantes parece remota, quer porque dificilmente colheriam eco, designadamente por ser politicamente a contracorrente quer porque não existe motivos substantivos que pudessem justificar uma automatização em termos de proteção social.

⁹ Segundo as fontes *Imigrantes e Segurança Social em Portugal*: Instituto de Informática/MTSS; Observatório para a Imigração (Peixoto, *et.al.*, 2011)

No processo de inclusão dos imigrantes no Sistema da Segurança Social, entre 2007 a 2009, foram aprovadas muitas medidas pelo Conselho de Ministros 63-A/2007 de 3 de Maio. Salientamos a quatro questões pertinentes para um bom enquadramento:

- Salvaguardar os direitos adquiridos e direitos em formação dos trabalhadores migrantes decorrentes da sua vinculação ao sistema previdencial da Segurança social¹⁰:

- Apoio humanitário em situações de extrema pobreza de imigrantes;
- Sensibilização e formação dos funcionários da Segurança Social no acolhimento e integração dos imigrantes;
- Prioridade ao estabelecimento de Convenções de Segurança Social em falta com os países de origem de imigrantes para Portugal, da dimensão das comunidades presentes.

1.3. Sistema de Pensões dos Imigrantes em Portugal

Segundo estudo realizado sobre as pensões dos imigrantes em Portugal, entre 2002 a 2010, verifica-se que as Pensões de invalidez da população migrante em Portugal, na última década, aumentaram de 1.098 para 1.790. Constata-se ainda que os imigrantes de Cabo Verde estão no topo da lista, com cerca de 46,6%, seguindo-se os imigrantes da Europa de Leste, sendo os brasileiros os que ocupam o último lugar. Este aumento não é maior porque a imigração jovem no Sistema de Pensões em Portugal só se fará sentir em meados de 2030 para diante, ou seja, quando os imigrantes jovens entrarem na idade para a reforma (Oliveira & Pires, 2010).

Assim, pensa-se que a proporção das pensões dos imigrantes só se fará sentir a médio e a longo prazo, pois, até à data, o valor dos beneficiários é muito reduzido quando comparado com o seu peso nas contribuições e prestações imediatas.

Apesar de apresentar valores baixos, verifica-se um aumento do número dos beneficiários de pensões aproximadamente de 0,2% para 0,3%. Desses beneficiários, no topo da lista estão os imigrantes de países africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com 55,9% no universo de pensionistas estrangeiros.

¹⁰ Em 2011, aguardavam ainda a entrada em vigor acordos e convenções com Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Ucrânia, sobretudo devido ao atraso no cumprimento de formalidades por parte desses países ([Http://www.seg-social.pt/](http://www.seg-social.pt/); Peixoto, *et.al.*, 2011).

Destes, os Cabo-verdianos lideram a lista e seguem-se os imigrantes da União Europeia com 13,3%. Os restantes imigrantes têm uma percentagem baixa no acesso a pensões.

No que diz respeito a pensões de sobrevivência de imigrantes em Portugal, estas revelam valores mais elevados em relação às outras pensões porém, constata-se que o valor permanece baixo. Quanto aos imigrantes com pensões de sobrevivência, até 2010, eram 6.421 pensionistas e representavam 0,9% do total das pensões (Peixoto, *et.al.*, 2011a). Apesar de serem poucos os pensionistas imigrantes, constata-se que, em termos gerais, o valor gasto aumentou de 6,6 para 16,4 milhões de euros, verificando-se um aumento de 0,5% para 0,8%. Desses valores, os imigrantes dos PALOP representam dois terços do total de beneficiários até ao ano de 2010.

1.4. Saldo financeiro das contribuições para o Sistema de Segurança Social dos Imigrantes em Portugal na última década

Segundo André Corrêa, Pedro Silva e Almeida Silva (2004), na última década este aumentou para um valor de 333,1 milhões de euros em 2002, e 568,1 milhões de euros em 2003, o que contribuiu para um saldo positivo nos cofres do Estado.

O contributo para a Segurança Social prevaleceu até 2010, antes da crise se manifestar em Portugal, conforme evidencia a tabela 7, citada anteriormente. Porém, presume-se que o cenário mude drasticamente caso não haja medidas de integração de imigrantes em Portugal, uma vez que há muitos imigrantes a regressarem à terra de origem. Há países a dar incentivos aos seus cidadãos para retornarem à terra de origem, com medidas que passam por incentivos a créditos com facilidades na sua amortização, incentivos ao emprego, em particular para os imigrantes qualificados e, a par desses, salienta-se também o incentivo que Portugal, país de acolhimento, oferece para o retorno voluntário dos imigrantes que manifestam a vontade de regressar ao país de origem. O Estado português comparticipa com despesas da viagem, pagando o valor total do bilhete de voo, e o cidadão beneficia, também, de um valor monetário para o recomeço de negócios na terra de origem, uma vez que existem muitos imigrantes em situação de desemprego em Portugal.

Os imigrantes deram um grande contributo para o Sistema da Segurança Social, mas, com a crise, o cenário é de queda acentuada por não existirem políticas de incentivo ao emprego para comunidade imigrante em Portugal.

Tabela 7. Contribuição dos Imigrantes para a Segurança Social na última década.

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total/€	9992,361	10337,290	10755,489	11168,700	11755,028	12462,711	13217,080	13305,401	13501,032
Estrangeiros	433444	455257	491177	519752	551837	464203	546504	561523	580213
%	4,3	4,4	4,6	4,7	4,7	3,7	4,1	4,2	4,3

Fontes: Instituto de Informática/ MTSS e Centro Nacional De Pensões.

1.5. Segurança Social e os Acordos Comunitários sobre os Imigrantes

Com a introdução de novas regras dos Países membros da União Europeia sobre a Segurança Social dos Cidadãos da União, Portugal tem o dever de cumprir os princípios subjacentes às medidas que visam uma proteção do trabalhador migrante no âmbito dos instrumentos Internacionais de coordenação das legislações em matéria da Segurança Social, que são:

- ✓ O princípio da igualdade de tratamento entre os cidadãos nacionais e estrangeiros que residam legalmente nos países membros, no acesso a prestações e medidas de proteção social;
- ✓ O princípio da determinação da Lei aplicável ou unicidade da legislação aplicável, de forma a impedir sujeição simultânea a várias legislações aplicando-se em geral a legislação do país de trabalho¹¹. São previstas exceções nos casos de trabalhadores destacados, funcionários públicos, trabalhadores dos serviços, agentes diplomáticos ou Consulares, pessoal de empresas de transportes ocupados noutro Estado, funcionários que pertencem a serviços administrativos ou oficial destacado por esse Estado num outro;
- ✓ A aplicação do princípio de manutenção dos direitos adquiridos com o objetivo de possibilitar a exportação das prestações sociais, como as prestações de doença, invalidez, do desemprego, com vista a atenuar as condições de territorialidade previstas por

¹¹ Os trabalhadores devem-se sujeitar à legislação do país em que se encontra sedeadada a empresa de que dependem (Peixoto, *et.al.*, 2011).

algumas prestações. Em outros termos, permite-se aos estrangeiros transferirem para Portugal os benefícios de que são titulares ou admitirem a sua exportação futura considerando períodos contributivos cumpridos para a Segurança Social Portuguesa¹². Este é um princípio de direito essencial para garantir formas de migração circular. A União Europeia não dispõe de um único sistema Europeu de Segurança Social, nem uma disposição única sobre a matéria devido à grande divergência dos níveis de vida, tradições e das instituições de cada Estado-membro, cabendo, assim, a cada Estado-membro, o poder decisório sobre a proteção dos seus cidadãos e imigrantes, bem como as contribuições pagas (Comissão Europeia, 2010).

O agravamento das condições económicas dos imigrantes começou a notar-se a partir de 2008, relativamente aos apoios sociais e à proteção daqueles que se encontram com maior vulnerabilidade, e o problema agravou-se com os cortes feitos no âmbito do programa do ajustamento feito pelo Governo de Passos Coelho.

Os agravamentos não resultaram de uma estratégia inicial de imigração virada para a maximização dos apoios públicos, argumento este defendido em alguns Estados-membros, mas de um impacto mais gravoso da crise e da necessidade de proteção aos mais vulneráveis (Peixoto, *et.al.*, 2011a).

Portugal, nesse âmbito, precisará de tomar medidas para que os imigrantes não regressem com facilidade às suas terras de origem, porque no futuro a sua permanência fará contrabalançar os efeitos da queda demográfica para a sustentabilidade do Sistema da Segurança Social. Embora a sustentabilidade do sistema financeiro da Segurança Social esteja muito para além do contributo dos imigrantes, contudo este será uma mais-valia.

¹² O subsídio de desemprego só pode ser exportado ou importado por um período máximo de três meses prorrogáveis até seis meses (<http://Europa.UE/scadplus/leg/pt/cha/c10521.htm>).

CAPÍTULO 2- IMIGRAÇÃO E A DEMOGRAFIA PORTUGUESA

Um estudo das Nações Unidas de 2001, sobre a demografia da população mundial, revelou que a falta de imigração em Portugal nos próximos 50 anos poderá originar um decréscimo populacional de 10 milhões para 8,3 milhões de habitantes, e a redução da população ativa entre os 15 a 65 anos sofrerá um aumento considerável que pode aproximar-se dos 50%. Ou seja, a população ativa poderá ter uma queda acentuada de 6,5 milhões para 4,5 milhões e um aumento da população idosa de 1,6 milhões para 2,5 milhões (Comissão Europeia, 2010). O envelhecimento da população portuguesa já era notável nos anos 60 do século XX, contudo a dinâmica migratória ajudou a minimizar os efeitos da queda populacional e do envelhecimento em Portugal (Valente, *et.al.*, 2003).

Segundo as estimativas do Jornal Expresso de 25/8/2001 e do Movimento SOS Racismo (Movimento SOS Racismo, 2002), a diferença entre os nascimentos e os óbitos na última década em Portugal foi de 89.800 habitantes, sendo este um número superior quando comparado com o nascimento dos habitantes que foi de 450.900. Verificou-se que nos nascimentos o saldo foi positivo devido à vaga de entrada de imigrantes em Portugal no final do século XX e no início do século XXI que rondou as 361.100 pessoas (Baganha, 2006).

Um estudo de 2001 do Instituto Superior de Gestão de Lisboa (ISG) concluiu que, se não existirem medidas de incentivo à natalidade e à imigração em Portugal, as reservas da Segurança Social sofrerão um colapso a partir de 2021.

Os saldos positivos da Segurança Social na primeira década de 2000 e o aumento de receitas na ordem dos 9,5% devem-se, em parte, à regularização dos imigrantes ilegais e a políticas de descontos dos imigrantes ilegais para a sua legalização. Em parte, devem-se também as pequenas empresas que possuem funcionários imigrantes, que são na ordem de 25.000, e que também regularizaram as suas contribuições à Segurança Social, permitindo assim, o acréscimo do saldo positivo dos cofres do Estado.

Um dos fatores que é preciso valorizar na imigração é que a taxa de natalidade e fecundidade da população portuguesa tem sido deficitária comparada com a taxa de natalidade e fecundidade dos imigrantes.

Segundo as estatísticas de 2001 do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) sobre a demografia populacional portuguesa até em 1995, o número de nados vivos de cidadãos estrangeiros era de 3.445, correspondente a 3% do total dos nados

vivos. Essa percentagem era superior comparada com a taxa de natalidade dos nacionais.

Dados estatísticos de 2003 do INE apontavam que 9% da população ativa em Portugal eram imigrantes, os quais, no universo total da população, tinham uma percentagem de 4,5%.

Conforme os valores do recenseamento geral da população de 2001, os resultados mostram a natalidade positiva da população migrante em Portugal, como ilustra a tabela 8 sobre o saldo da natalidade de imigrantes e portugueses (Lages, *et.al.*, 2006a; Movimento SOS Racismo, 2002).

Tabela 8. Taxa de Natalidade e de Fecundidade da População Portuguesa e Estrangeira (2001)

Taxa de Natalidade	Portugal	Estrangeiros em Portugal
Taxa de Natalidade Masculina	21%	51,1%
Taxa de Natalidade Feminina	20,4	55,8
Taxa de Fecundidade Geral	41,4	106,9

Fontes: XIV^o Recenseamento Geral da População e Estatísticas Demográficas (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2001)

Verifica-se que a população estrangeira ocupa o primeiro lugar em termos de natalidade, quando comparada com a natalidade dos nacionais. Um dos fatores que influencia a baixa natalidade em Portugal é o facto das mulheres portuguesas cada vez mais optarem por terem menos filho em média que no passado recente. Outro fator deve-se ao início tardio da maternidade por parte das mulheres portuguesas (Movimento SOS Racismo, 2002).

Se, num passado recente, em meados da década de 80, em Portugal, o nascimento do primeiro filho ocorria em média aos 23,6 anos de idade, na década de 90 passou para os 24,9 anos, e, no início do século XXI, a nascença do primeiro filho passou para os 26,8 anos. Outro fator que demonstra a importância da imigração na demografia portuguesa é o facto das mulheres estrangeiras apresentarem em média um nível de fecundidade bastante elevado comparado com o nível de fecundidade das nacionais, e isso ocorre por vários motivos.

Assim, as estrangeiras, chegadas a Portugal, depararam-se com problemas da língua, com ausência de informações sobre o Sistema Nacional de Saúde e com um défice de informação sobre a prevenção de gravidez indesejada.

Também as africanas têm uma cultura diferente da Europa e de Portugal, uma vez que têm o velho ditado de não se poder ter só um filho porque Deus pode arrancá-lo e ficarem sós. Por isso, fazem mais filhos para a salvaguarda da família.

Outro fator importante da imigração foi a introdução do reagrupamento familiar. A maior parte dos imigrantes beneficiaram dessa medida para a sua legalização, com destaque para as famílias que tivessem filhos nascidos em território português. Isto incentivou a natalidade no seio da população migrante em Portugal e o facto de muitos imigrantes terem conseguido trazer os seus filhos para Portugal através do reagrupamento familiar ajudou a demografia portuguesa. Desses beneficiários, destacam-se os Brasileiros, os da Europa de leste os africanos, sobretudo Angolanos, Cabo-verdianos e Guineenses. Segundo os dados estatísticos do INE e do SEF (2001-2002), de todas as nacionalidades estrangeiras existentes em Portugal, as que têm maior representação demográfica são a Angolana, Brasileira, Alemã, Cabo Verdiana, Europa de leste, Guineense e do Reino Unido, seguindo-se outras nacionalidade com pouca representação (Peixoto, 1994).

Os imigrantes do Reino Unido são, na sua maioria, reformados que optam por viver em Portugal.

A área metropolitana de Lisboa e Vale do Tejo tem maior número de imigrantes, com relevância para a comunidade Angolana, Cabo Verdiana, Brasileira e Europeia de leste, com uma percentagem de 2,4% no universo de 4,6% da população migrante em Portugal (Dias, 2002 SOS Racismo, 2002).

2.1. Consequências da Imigração na Dinâmica Demográfica e Social em Portugal

A presença dos imigrantes em Portugal traduziu-se, inevitavelmente, num grande conjunto de mudanças nos domínios demográficos, económicos e paisagísticos (Medeiros, 2005), na modificação da área Metropolitana de Lisboa, do Algarve e um pouco por todo país, destacando-se os impactos a seguir nomeados.

Em termos demográficos, os imigrantes contribuíram para o aumento populacional a partir da década de 90 até à data. A imigração fez com que haja equilíbrio populacional uma vez que o país tem apresentado envelhecimento acentuado (Valente, Hugo, & Santos, 2005).

Os imigrantes jovens contribuíram para o desenvolvimento do país, com especial atenção na natalidade em Portugal (Medeiros, 2005).

Em termos sociais e paisagísticos, os imigrantes em Portugal têm contribuído significativamente para a diversidade sociocultural, concretamente na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e em outros pontos do país.

A tabela 9 representa distritos com afluência de imigrantes.

Tabela 9. A percentagem de imigrantes por distritos

Lisboa	44%
Setúbal	12%
Algarve	10%
Porto	6%
Baixo Voga	3%
Restantes distritos	2%

Fontes: XIV^o Recenseamento Geral da População e Estatísticas Demográficas (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2001)

CAPÍTULO 3 – DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA EM PORTUGAL SOBRE A ORIGEM DOS IMIGRANTES

A discriminação de base étnica continua a aumentar a nível mundial, verificando-se valores assustadores. Com a globalização, as pessoas tendem cada vez mais a ostracizar as outras etnias. Muitos casos chegam a ser considerados violações dos Direitos Humanos e a falta de aceitação de cidadãos de etnias diferentes é um cenário completamente contraditório com a globalização (Lages, *et.al.*, 2006^a; Movimento SOS Racismo, 2002).

No mundo da globalização, os cidadãos deviam ter mente mais aberta e serem mais tolerantes uns aos outros, evitando a discriminação de origem étnica, religiosa, orientação política e sexual.

A maioria dos imigrantes em Portugal sofreu discriminação, apesar de não se ter feito sentir com intensidade, situação que foi minorada depois das políticas do Alto Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural (ACIDI) e os movimentos anti raciais, tais como o movimento SOS racismo, as igrejas, em particular a Igreja Católica, entre outros.

Segundo (Movimento SOS Racismo, 2002), na época este denunciava o mau desempenho do SEF no atendimento aos estrangeiros em Portugal, o qual passava pela arrogância e intimidações sobre os imigrantes, com a presença de agentes da Segurança Pública prontos a prender em caso de desentendimentos com os funcionários do SEF, mesmo que os fatos não justificassem uma atuação de género.

O ACIDI introduziu políticas que visam a proteção de imigrantes em Portugal. Dessas medidas, destacam-se as mais pertinentes.

Assim, criaram-se Leis e Decretos-lei, tal como o Decreto-lei nº 134/99 (anexo 2, p. 8) para a prevenção da discriminação de imigrantes nos direitos fundamentais, económicos e culturais.

Também, a Lei nº 18/2004 de 11 de Maio (anexo 2, p.14) transpôs a diretiva nº 2000/43/CE do Conselho de Ministros de 29 de Junho para a aplicação da igualdade no tratamento entre pessoas sem distinção de origem étnica ou nacionalidade.

Por sua vez, o Conselho de Ministros nº 166/06 (anexo 2, p.15), de 15 de Dezembro, estabelece prioridades na integração de imigrantes na sociedade portuguesa.

A Portaria nº 111/2007 (anexo 2, p. 21), de 24 de Janeiro criou o programa «Todos Iguais todos diferentes», com o fim de promover debates, colóquios, animações socioculturais e ações de formação para Cidadania e Direitos Humanos e na promoção da diversidade.

O Decreto-lei nº 63-A/07 de 3 de Maio (anexo 2, p.14) aprovou o plano nacional de criação de conselho consultivo para qualificar as políticas traçadas no acolhimento e integração de imigrantes e na desburocratização ao acesso à saúde, à educação, à habitação e à Segurança Social.

Finalmente, em 2009, foi criada a Lei nº 126/09 (anexo 2, p 5) que visa o acesso à autorização de residência, ou de permanência, reagrupamento familiar e o direito à nacionalidade, de forma que o país fosse mais acolhedor, democrático e pluralista e tornar Portugal um país tolerante e intercultural.

As queixas apresentadas pelos imigrantes incidiam mais no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), sobretudo pelo mau atendimento dos funcionários¹³. O desprezo que mostravam pelos imigrantes era a sua principal falha, porque os funcionários do SEF tratavam aos imigrantes como se fossem criminosos. O Movimento SOS Racismo justifica que a má escolha e pouco rigor na seleção dos funcionários do SEF influenciava essas práticas, assim como a diminuta formação profissional dos funcionários que é considerada a grande causa do aumento da má qualidade do atendimento aos imigrantes. Após as novas regras introduzidas pelo ACIDI em Políticas de regularização dos imigrantes, a situação no SEF mudou drasticamente para o bem-estar do atendimento aos cidadãos estrangeiros. Estas regras passam pela existência de representações de comunidades de imigrantes que realizam triagens sobre todas as matérias de legalização, estabelecendo uma ordem de atendimento das situações urgentes e dos interesses dos mesmos na sua legalização.

O Movimento SOS Racismo (2002) constatou obstáculos à integração dos imigrantes, quer no emprego, quer na sua legalização e na interação com a sociedade em geral. No seu quotidiano, depararam-se com a existência de forças de segurança para controlar imigrantes, observando-se uma diferença entre os nacionais e a população estrangeira. Como se não bastassem as forças de Segurança como a GNR e a PSP, houve ainda a necessidade de criação de uma terceira força destinada a controlar e fiscalizar os Imigrantes que são os Inspectores do SEF. Atualmente, os assuntos referentes aos imigrantes têm uma repartição

¹³Artigo 4º do Código do Procedimento Administrativo da Lei da Imigração (Chicharo, 2008).

própria, embora hoje em dia as conhecidas “Lojas do Cidadão” permitam serem todos tratados por igual na resolução dos assuntos legais. Até ao surgimento das Lojas de Cidadão, houve separação e atendimento diferenciado entre o cidadão nacional e o imigrante. Essa separação fez-se sentir mais no SEF, e, apesar de não ser negativa, não deixou de ser constrangedora para o imigrante. Porém, nas instituições públicas, até a data, verifica-se a utilização de polícias ou segurança privada para resolver eventuais desacatos de qualquer cidadão, existindo igualdade no tratamento entre imigrantes e nacionais.

Ainda em relação à legalização, existem outros problemas que, com o andar do tempo, têm vindo a minorar uma vez que, até a uma década atrás, o cidadão estrangeiro só podia obter a legalização se auferisse rendimentos anuais ou nos casos em que apresentasse alguém que assumisse a responsabilidade. Esse fator frustrava os imigrantes, pois a grande maioria pretendia renovar a autorização de residência e esta era rejeitada por vários motivos como por exemplo, por ter perdido o emprego mesmo que residisse há vários anos em Portugal e após ter descontado para o Sistema de Segurança Social. A estes não era concedido o direito a legalização, problema que veio a ser minorado posteriormente com a criação de um Decreto-Lei nº 84/2007 de 5 de novembro da Lei 23/2007 de 4 de julho que diz que, atualmente, o cidadão migrante, mesmo que perca o emprego, pode-se legalizar (Peixoto, *et.al.*, 2011b).

Nestes casos, as condições atribuídas envolvem imensas burocracias, que não chegam a ser protetoras para pessoas em situação frágil.

Para devida legalização, o cidadão desempregado tem o dever de estar inscrito no Centro de Emprego e deve receber o subsídio de desemprego ou rendimento social de inserção. Caso não tenha essas prestações, é negado o acesso à regularização, o que continua a ser um obstáculo para a maior parte de imigrantes que pretende permanecer em território português.

Quanto aos alunos, sobretudo do 1º e 2º ciclo, a perceção da discriminação étnica também se agudizou por vários anos nas escolas. Apesar de o problema se ter minimizado, a verdade é que os cidadãos de origem africana e os ciganos se sentiram discriminados por parte de alguns docentes e colegas.

O mesmo acontece nos transportes públicos, verificam-se cenários discriminatórios, em particular com os cidadãos de origem africana. Estes são os mais afetados, pois sujeitam-se a trabalhos como os da construção civil e limpezas, trabalhos esses que fazem transpirar imenso, por vezes produzindo odores e

levando a que esses cidadãos sejam os mais descriminados quando entram nos transportes públicos.

Se, por um lado, os imigrantes se depararam com a hostilidade das autoridades que deviam ser defensoras dos imigrantes, por outro lado, nas religiões, em particular a Igreja Católica, Igrejas protestantes, Evangélica, Nazareno, entre outras, os imigrantes encontram um amparo de uma mão amiga quando se deparam com situações de extrema pobreza e exclusão social, uma vez que as religiões perpetuam a solidariedade em ajudar o próximo sem distinção de etnias (Bastos, 2006).

As religiões olham para a grande maioria desfavorecida e tentam construir padrões familiares com vista a reduzir a sexualidade precoce, a dependência económica e a violência através de apoios, mesmo que esses apoios sejam pontuais, a curto e a médio prazo. Uma das formas de integrar os imigrantes passa pela formação religiosa cristã, onde o conceito de fraternidade, família e a não discriminação por cor da pele ou pela origem étnica têm a sua relevância.

As igrejas têm a perceção do racismo de que são alvos os imigrantes em outras instituições da sociedade.

Apesar de as igrejas terem uma boa iniciativa no acolhimento e na não discriminação dos imigrantes, existem seitas de cariz étnico que se limitam ao convívio de uma determinada etnia, exemplo concreto é o da igreja nazareno que, na sua maioria, acolhe mais cidadãos de origem Cabo-Verdiana. Eles são fechados ao realizarem os seus convívios, que podem ser considerados como um fechamento sobre a comunidade eclesial (Bastos, 2006).

Nos últimos anos, a discriminação de base étnica, a xenofobia, antissemitismo e nacionalismo assumiram na Europa uma dimensão preocupante, que passam por práticas violentas levadas a cabo por grupos da extrema-direita e pelas forças Policiais. Por esse motivo, há entidades que mais fizeram ouvir a sua voz para repudiar as práticas discriminatórias e xenófobas, mesmo assim as associações de imigrantes e os movimentos antirracistas tiveram poucos resultados satisfatórios na sua intervenção porque a própria Justiça em Portugal é inoperante quanto aos crimes de discriminação.

A inexistência de um instrumento jurídico regulador, apesar da Constituição da República Portuguesa,¹⁴ no seu artigo 26º, salvaguardar o direito à

¹⁴ Propõe-se a alteração dos artigos 239º e 240º do Código Penal, passando a ser punido com pena de prisão até a um ano o incitamento à discriminação racial bem como a exibição e venda de uniformes e insígnias ligados ao regime exterminatório.

proteção legal contra todas as formas de discriminação e o artigo 46º da Constituição¹⁵ proibir organizações que perfilhem as ideologias fascistas, a realidade é que o cidadão estrangeiro e as minorias étnicas estavam desprovidos de mecanismos para acionar esses direitos constitucionais. Surgiu, assim, o Movimento SOS Racismo em junho de 1996, que junto da Assembleia da República apresentou a Petição nº40/VII/1ª da Associação Portuguesa dos Direitos dos Cidadãos com uma proposta contra a discriminação racial, petição que foi assinada também pela Associação Portuguesa dos Direitos do Cidadãos.

A petição propunha a punição de comportamentos discriminatórios no emprego, na prestação de bens e serviços, no acesso à habitação, à saúde, à educação. Esta entrou em 21 de novembro de 1997 e um ano depois os grupos parlamentares do PS e PCP prepararam um anteprojeto que foi discutido e aprovado na generalidade em plenário da Assembleia da República, a 25 de março de 1999, e na especialidade três meses depois, e aprovado por unanimidade a 28 de agosto do mesmo ano. Viria a ser publicado em Diário da República pela Lei nº 134/99, e, no ano de 2000, veio a ser regulamentado através do Decreto-Lei nº 111/2000 (anexo 2 p16).

A Lei nº 18/2004 (anexo 2 p. 15) define a não discriminação racial, densifica o conceito de prática discriminatória (art.º 3º; 4º) vinculando todas as Entidades Públicas e Privadas a este diploma e o (art.º 2º; 9º; 15º) estabelece sanção da prática de discriminação nas áreas sensíveis como a habitação, a saúde, a educação etc. Segundo os números do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), em 2002 dos casos denunciados apenas 12 de discriminação racial na habitação, acesso ao emprego, serviços públicos, agressões e recusa de aluguer de automóveis, agressões policiais, entre outros, foram validados para possíveis investigações.

O Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP), de Lisboa, de 2000 a 2001, abriu apenas oito inquéritos dos quais só cinco permaneceram em investigação. Segundo o estudo realizado pelo movimento SOS Racismo em 2002, estas investigações não afastam atos raciais.

Uma das razões da existência do racismo é a pouca aplicação da Lei, nomeadamente na produção de provas que são difíceis de a vítima apresentar, levando a que as queixas apresentadas caiam por terra. O Movimento SOS

¹⁵ A Lei nº 65/98 de 2 de setembro veio alterar o artigo 240º do Código Penal passando a punir com pena de prisão de 6 meses a 5 anos atos que incitam ou encorajam a discriminação racial.

Racismo vai mais longe, ao denunciar a existência de cidadãos, em particular estrangeiros, que não chegam a apresentar queixa por medo de represálias ou pela falta de conhecimentos jurídicos, e também por um sentimento de impotência e uma total descrença nos mecanismos institucionais que têm sido impotentes e inoperantes. A crítica vai para os órgãos da Justiça pois a aplicação da Lei tem sido pouco respeitada apesar da sua existência.

Segundo Vasconcelos (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2001), em Democracia impõe-se ao mundo como critério o reconhecimento (*Aristóteles*), assim, para que a Democracia não esmague a liberdade, há que colocar acima do consenso eleitoral os valores que lhe dão sentido e lhe cabe realizar os direitos fundamentais, tolerância, e a responsabilidade.

Sem responsabilização individual, a tolerância transforma-se em permissividade cínica¹⁶ e indiferente e os direitos desqualificam-se e reduzem-se a prerrogativas grupais agressivas. A Democracia perverte-se e o Estado de Direito caduca.

Diferentes autores defendem maneiras diferentes de avaliar o racismo dão diferentes definições de racismo. McConahay (McConahay, *et.al.*, 1986) diferencia o racismo em escala moderna de racismo, entre preconceito discriminatório e racismo, Pettigrew, (Pettigrew, *et.al.*, 1995) e Mertens (Pettigrew & Mertens, 1999) diferencia o racismo entre racismo flagrante e subtil. No entanto, as diferenças de definição dos autores são mínimas.

Segundo Mertens e Pettigrew (1999) a prática sem representação política organizada do racismo flagrante, que tem emergido sob uma forma mais direta, em termos de confronto social, aldeãs, autoridades concelhias que promovem a expulsão das minorias étnicas, como os ciganos acusados de tráfico de droga em que se evita a sua integração em bairros sociais multiétnicos.¹⁷

Segundo Kovel (Gaertner & *Dovídio*, 1986), Portugal enquadra-se na discriminação de base étnica que é praticado de forma não tradicional, referido anteriormente como racismo subtil.

Segundo Jorge Macaísta Malheiros (1996), a discriminação de base étnica em Portugal manifesta-se de várias formas, que passam por atitudes e omissões,

¹⁶ Art.º 3º nº1 da Lei nº 134/99, de 28 de agosto: entende-se por discriminação racial qualquer distinção, exclusão, restrições ou preferências em função da raça, da cor da pele, ascendência, origem nacional que tenha por objetivo a anulação ou restrição do reconhecimento, fruição ou exercício em condições de igualdade de direitos, liberdades, e garantias ou de direitos económicos sociais e culturais (Movimento SOS Racismo, 2002).

¹⁷ É exemplo o reportado na peça “Ciganos em privação de Liberdade” Revista do Ministério Público nº 77, Lisboa 1999, pp.59-88.

por palavras que variam em função dos estratos sociais, por atitudes políticas e morais. Apesar de alguns incidentes discriminatórios na sociedade portuguesa, não se pode considerar Portugal como um país que se integra na lista genericamente racista.

A integração de imigrantes não é só uma questão de direitos e igualdades, é também uma questão cultural (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2001).

Na figura seguinte, é possível observar guetos existentes na cidade de Lisboa que foram, ou ainda são, abrigos da maior parte de imigrantes sobre tudo de origem africana. (Figura 1).



O bairro Cova da Moura, subúrbio de Lisboa, Portugal, concentra a população africana.

Figura 1. Evidência da existência de guetos na cidade de Lisboa, ocupados por alguns imigrantes.

É fundamental que Portugal aprofunde a sociedade multicultural em que pretende viver, de forma a melhorar a integração das minorias étnicas e imigrantes. Não basta uma linha de Políticas, de inclusão social que só se baseia no respeito pelo conhecimento das especificidades das diferentes culturas na legislação sobre a matéria. O assunto deve ser abordado aprofundadamente, nomeadamente sobre a integração dos imigrantes na área económica e sobre o mercado de trabalho que lhes é oferecido, e se existe uma integração adequada dos filhos na educação, na saúde, nos apoios sociais e na convivência com a sociedade portuguesa em geral (Cruz, 2002).

A autora defende, ainda, que o papel que as Câmaras Municipais têm na boa integração dos imigrantes é relevante, uma vez que estas são conhecedoras da realidade dos seus munícipes, em todas as áreas transversais da sociedade.

Apesar de ser matéria do Governo a elaboração das linhas mestres para a integração dos imigrantes, quanto à política habitacional esta é uma matéria exclusiva das Câmaras Municipais, as quais devem traçar linhas mestres para o realojamento das populações de migrantes, uma vez que são o interlocutor privilegiado entre as populações e o Governo Central.

Existem municípios que já introduziram programas para o atendimento das populações migrantes e para a sua integração junto dos cidadãos nacionais em todas áreas transversais da sociedade com objetivos de boa integração. Assim, os Centros Locais de Apoio ao CLAI aproximam os imigrantes para melhor interação das suas culturas e hábitos com a cultura Portuguesa.

3.1. A Lei da Nacionalidade Portuguesa

O Estado português consagrou cinco formas de obtenção de nacionalidade. Na primeira, obtém-se a nacionalidade pelo nascimento, na segunda, a nacionalidade é dada pela adoção, a terceira é pelo casamento, a quarta é fornecida pela naturalização, a quinta e última ocorre pelas ascendências - filhos de mães ou pais portugueses nascidos no estrangeiro ou filhos de estrangeiros nascidos em Portugal que tenham os seus pais a residir no território português. As quatro primeiras formas de obtenção de nacionalidade estão reguladas pela Lei n.º 37/81 de 3 de outubro, com alterações introduzidas pela Lei nº 25/94 de 19 de agosto e alteradas pelo Decreto-Lei nº 237-A/2006 e pelo Decreto-lei nº. 43/2013 De 1 de abril (anexo 2 p.61).

A aquisição da nacionalidade por casamento consagra - artigo 3º da Lei de nacionalidade estrangeira (anexo 2 p.40) - que um estrangeiro casado por mais de três anos com um português tem o direito à nacionalidade Portuguesa, mediante o comprovativo da certidão de casamento. O preceito resulta de alteração introduzido pela Lei nº 25/94 de 19 de agosto (anexo 2 p.40). A Lei anterior previa que um cidadão estrangeiro para obtenção da nacionalidade teria apenas que contrair o matrimónio comum (Movimento SOS Racismo, 2002). A nova Lei não impõe ao cônjuge a residência em Portugal, para aquisição da nacionalidade é necessário apenas que seja casado há mais de três anos com Cidadão português para requerer a nacionalidade junto do Consulado Português no país de origem ou onde reside, ou ainda por um procurador habilitado em Portugal.

Para filhos de estrangeiros existem dois critérios fundamentais na aquisição da nacionalidade. O primeiro é o critério do *jus sanguinis* que requer que

um dos progenitores seja de nacionalidade portuguesa, a esse não importa o local onde tenham nascido basta que seja registado no respetivo Consulado.

O segundo critério de acordo com a Lei publicada em 1981, ratificada pelos Decretos-Lei nº 237 de 2006 e o Decreto-Lei nº 43 de 1 de abril de 2013 (anexo 2 p.51), rege-se por *jus solis* tímido ou mitigado segundo classifica o Movimento SOS Racismo. A Lei exige mais dois pressupostos, dos quais um dos progenitores resida legalmente em Portugal há pelo menos seis anos. Na anterior Lei nº 2098 de 29 de julho de 1959 nascer em Portugal era suficiente para ser Português. Era a manifestação total de *jus solis* em toda a sua extensão territorial. A Lei ainda sofre de uma alteração gravosa no Decreto-Lei nº 43/ 2013 (anexo 2, p.61), que veio agravar a situação dos filhos de imigrantes nascidos em Portugal, uma vez não lhes é reconhecido automaticamente a nacionalidade, apesar de terem nascido em Portugal.

A Lei nº 43/2013 de abril (anexo 2, p.61) vem agravar a discriminação sobre filhos de imigrantes nascidos em Portugal, pois estes passam a ser submetidos a um exame do conhecimento da língua portuguesa acreditado pelo ensino público ou cooperativas em Portugal, caso queiram a aquisição da nacionalidade. Para este processo, os pais devem requerer nos estabelecimentos de Ensino do 1º ciclo ou do Secundário, onde a criança frequenta as aulas para aprovação. Caso o aluno tenha feito a língua portuguesa e saiba falar e escrever corretamente, é motivo para a atribuição da nacionalidade, porém no caso em que não reúna esse requisito, a nacionalidade pode não ser concedida apesar de ter nascido em Portugal.

No caso de imigrantes adultos ou menores com deficiências, terão de apresentar um atestado médico multiuso de incapacidade, devidamente comprovado nos termos da legislação portuguesa. O mesmo processo é utilizado para os imigrantes com idades iguais ou superiores a 60 anos, que não saibam ler ou escrever, contudo o processo permite a realização de provas de língua portuguesa a esses imigrantes, adequadas às suas capacidades.

Caso não reúna esses requisitos, o filho de imigrantes nascido em Portugal poderá esperar até atingir a idade adulta, maior de 18 anos, para aquisição da nacionalidade¹⁸. Na alteração da Lei, foi ainda fixado o pagamento de taxas para a realização dos exames da língua portuguesa pela Portaria nº 1262/2009 de 15 de outubro, alterada pela Portaria nº 216-B/2012 de 18 de julho, na alínea *b) do nº 2*, e

¹⁸ Diário da república, série-nº63-1 de abril de 2013

o candidato à prova não pode ter idade inferior à idade legal exigida para a conclusão da escolaridade obrigatória, à data da realização da prova (anexo 2, p.62).

Um dos obstáculos criados com essas alterações é, no caso de existência de dúvidas sobre a eficácia do certificado apresentado para comprovar o conhecimento da língua portuguesa, os serviços de Registos Centrais poderem solicitar junto do Ministério da Educação e Ciência que se pronuncie sobre o certificado, sob pena do imigrante não lhe ser reconhecido a prova e ser-lhe indeferido o direito à nacionalidade.

O Movimento SOS Racismo (2002) considera muito injusta a forma de aquisição da nacionalidade por ter muita burocracia que envolve muitos gastos monetários e por ter que passar por várias instituições para o efeito. No artigo nº 6 da Lei da Nacionalidade é possível ler na íntegra os requisitos (anexo 2, p.62).

No mesmo artigo (anexo 2, p.62) é possível ver, em cada grupo de imigrantes, os requisitos exigidos para a nacionalidade, uma vez que a mesma Lei faz diferença entre os imigrantes de origem lusófona e de outros países.

De entre essas diferenças, destacam-se a diferença de anos de permanência em Portugal, pois aos imigrantes lusófonos e brasileiros bastam cinco anos para a aquisição da nacionalidade, seguida dos requisitos exigidos pelo denominador comum. Já os imigrantes de outros países que não fazem parte da lusofonia, os requisitos que lhes são pedidos são mais um ano do que aos imigrantes lusófonos e brasileiros, isto é, devem ter 6 anos de residência legal em Portugal, seguido dos outros requisitos legais. Dos requisitos legais, o registo criminal da terra de origem é um documento fundamental para a aquisição da nacionalidade, assim como a certidão de nascimento, declaração do SEF que confirma os anos de permanência legal em território português, se já cumpriu serviço militar obrigatório, declaração de meios de subsistência, entre outros requisitos. O cidadão, apesar de cumprir todos os requisitos, pode ver-lhe atribuído ou não a nacionalidade porque a última palavra é sempre do organismo do Estado português competente, que autoriza o deferimento ou o indeferimento da nacionalidade portuguesa.

Para António Neves do Movimento SOS Racismo (Movimento SOS Racismo, 2002), o atual modelo de aquisição da nacionalidade é injusto, porque bastava o cidadão estrangeiro, interessado na nacionalidade, residir em Portugal por um determinado número de anos e cumprir os pressupostos exigidos pela Lei, para que automaticamente lhe fosse atribuído a nacionalidade portuguesa. A Lei da

nacionalidade Portuguesa ainda é precária e injusta por ser demasiada burocrática em todos os critérios utilizados para a sua aquisição.

Segundo Habermas e Mónica Ribeiro (Movimento SOS Racismo, 2002) em matéria de Direitos Humanos, tem-se discutido sobre este tema complexo já demasiado tempo, com o objetivo de gerar um consenso e com fins de agir em conformidade com esse consenso. Porém, em matéria de nacionalidade não existe esse consenso, porque a Lei criada dificulta mais para quem quer viver, realizar os seus sonhos e fazer parte da Nação do Povo português.

Nesse contexto, Portugal parece tentar escapar às regras básicas de Direitos Humanos que são o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à dignidade, à diferença, o direito à escolha, o direito à aquisição da nacionalidade de fazer parte de um povo de uma Nação segundo a escolha do cidadão, uma vez que esses direitos fazem parte da essência do ser humano. Os Estados democráticos assumiram essa responsabilidade ao assinar várias convenções, acordos, e cartas de princípios sobre os Direitos Humanos, onde Portugal não é exceção. Segundo os valores da Cidadania Europeia, estes reforçam ideias comuns aos Estados membros para uma boa prática de acolhimento e integração dos que querem fazer parte dos seus Estados membros a viver sem conflitos e em paz. A União Europeia também reforça os países terceiros a seguirem os valores democráticos para a construção de cidadania livre justa, e percursora.

CAPÍTULO 4 - ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE DOS IMIGRANTES EM PORTUGAL

No século XX e até no início do século XXI, pouco se fazia sobre a temática da saúde dos imigrantes em Portugal. Um estudo realizado por Backstrom defende que os imigrantes são um grupo vulnerável que são expostos a problemas graves de saúde devido à falta de inserção comunitária, a níveis sócio culturais mais baixos, barreiras linguísticas, falta de conhecimentos de hábitos e costumes do país de acolhimento, e à ignorância dos serviços sociais que se encontram à disposição (Backstrom, 2002).

Há vários anos, Portugal não tinha preparação adequada para responder à saúde de imigrantes, o que chegou a provocar polémicas sobre as Leis feitas pelos sucessivos Governos. O tratamento para com os imigrantes chegou a ser considerado pouco humano, foi alvo de muitas críticas sobre o tema, e com a introdução das políticas de integração de imigrantes veio a mudar a forma de tratamento dos imigrantes no sistema nacional de saúde, os quais passaram a ter direitos equiparados aos nacionais nos Hospitais públicos e Centros de Saúde.

Segundo o autor referido anteriormente, as condições sociais e habitacionais revelam níveis mais baixos e condições extremamente precárias, devido há existência de um número significativo de imigrantes que desconhecem os serviços de cuidados de saúde da sua área, utilizando serviços alternativos de saúde inadequados.

A maior parte dos imigrantes, quando era confrontada com situações extremas de saúde, utilizava as urgências hospitalares e não conseguia utilizar os serviços de saúde primários por motivos burocráticos. Estes obrigam a marcação de consulta antecipada nas extensões de Centros de Saúde da área de residência, e a não atribuição de médicos de família era um dos obstáculos, assim como a falta de conhecimento do procedimento do Sistema Nacional de Saúde e a falta do acesso a uma comunicação adequada nos Centros de Saúde com os profissionais. Segundo Espinosa (Backstrom, 2002) a língua da maior parte dos imigrantes era, e continua a ser, um obstáculo ao acesso dos cuidados primários de saúde, problemas que, com o andar do tempo, foram sendo ultrapassados com a formação contínua dos técnicos da área da saúde e com a alteração da forma de cuidados de saúde de imigrantes no Sistema Nacional de Saúde.

Mesmo assim, foram muitos os constrangimentos por parte de imigrantes uma vez que se autodiagnosticavam, e por consequência, levavam para casa tratamentos errados porque a compra de fármacos não era correta para a doença¹⁹.

Os imigrantes com situação mais crítica no acesso à saúde eram os ilegais, aos quais chegava a ser cobrado o dobro das taxas moderadoras da saúde, e caso não tivessem condições para pagar, eram na sua maioria rejeitados nos cuidados necessários. Tal conduta chegou a ser alvo de críticas sobre os técnicos da saúde, porque era classificada como um atentado contra os Direitos Humanos.

Até o final do século XX, os imigrantes deparavam-se com outro problema que era o de lidarem com técnicos de saúde que, por vezes, tinham preconceitos raciais. Havia, igualmente, pouca comunicação por falta de conhecimento das línguas dos imigrantes, uma vez que os imigrantes não sabiam falar a língua portuguesa e os técnicos tinham pouca preparação de línguas, o que era um entrave para os tratamentos adequados.

Também havia preconceito dos técnicos da saúde para com os imigrantes por motivos de falta de higiene. Os imigrantes eram pessoas muito vulneráveis que vinham de países com dificuldade financeira, e o seu acolhimento em Portugal era péssimo a ponto de não terem o acesso a uma boa higiene, uma vez que as barracas não ofereciam condições mínimas para a sua habitação.

A falta de condições de habitação, em particular dos imigrantes clandestinos que viviam em habitações degradadas sem saneamento básico, água, luz, recolha do lixo, fazia agravar o estado de saúde, em particular das crianças e idosos.

A construção de casas precárias com materiais tais como as chapas de zinco ondulado e madeira que, na sua maioria, não tinham condições para serem aproveitados para construção de habitação, tornou-se um problema de saúde pública uma vez que, com invernos rigorosos com temperaturas baixas e verões com temperaturas altas, era motivo de bronquites pneumonias, tuberculoses, entre outras doenças, o que fazia dos imigrantes os mais vulneráveis em termos de saúde. A estes problemas somavam-se os casos de imigrantes com infeções VIH/SIDA que, por falta de tratamentos nos hospitais, originaram um aumento significativo dessas infeções. Eram pessoas que, no seu país de origem, nunca

¹⁹ Segundo a associação *Novager* os dados são do recenseamento da população de 1981, e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de 1984, bem como da Direção Geral da migração e Serviços Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde (Backstrom, 2002).

tiveram tratamento da doença e, em Portugal, tiveram os obstáculos citados anteriormente.

A Organização Internacional para a Migrações (OIM) propôs um debate político sobre VIH/SIDA quanto à admissão de imigrantes que, muitas vezes, incide apenas sobre as consequências que tem ou pode ter para os serviços de saúde e para os serviços sociais dos países de destino.

A Organização Internacional das Migrações (OIM) e a Organização das Nações Unidas para o combate o VIH (ONUSIDA) decidiram conjugar ações para que os imigrantes sejam integrados na ordem de trabalho sobre o VIH/SIDA²⁰ porque é uma matéria relevante para a saúde pública.

Os imigrantes em Portugal também foram os mais visados no pagamento das taxas moderadoras que, na época, na sua maioria eram inoportáveis uma vez que não tinham a mínima comparticipação e abrangiam pessoas com pouco poder financeiro. A situação era mais sentida no norte de Portugal, nomeadamente na cidade do Porto, onde a Administração Regional de Saúde do Norte (ARS) recusava a comparticipação das despesas dos doentes imigrantes. Mesmo assim, eram tratados e medicados e, posteriormente, tinham de pagar todas as despesas do seu bolso, mesmo quando se deparavam com situações de extrema pobreza. É por essa razão que muitos imigrantes não iam aos centros de saúde ou aos hospitais, optando por comprar medicação na farmácia mesmo que essa não fosse compatível com a doença, porque só assim conseguiam atenuar a falta de resposta dos Hospitais e Centros de Saúde. A medida gerou polémica e foi posteriormente exigido que a Lei fosse revista para que os imigrantes tivessem direito ao acesso à Saúde, ao Serviço Nacional de Saúde e que tivessem a comparticipações nos diagnósticos e nos tratamentos, conforme ocorre com os nacionais porque era uma questão de saúde pública.

Por causa da inoperância dos Hospitais e Centros de Saúde Públicos, em 2001, o Provedor de Justiça, na época, pediu explicações ao Ministério da Saúde, com vista à resolução do problema que afetava os trabalhadores imigrantes que, mesmo a descontar para a Segurança Social, não tinham o acesso a diagnósticos e tratamentos, no sentido de ser alargado o sistema para os imigrantes legais e os ilegais por razões humanitárias e de Saúde Pública.

²⁰ O Médico José Cunha partilha a opinião que aponta as condições precárias em que os imigrantes vivem e trabalham em Portugal. Os imigrantes passam fome e muitas vezes chegam doentes a Portugal.

A 2 de abril de 2002, surge a Circular da Direção Geral de Saúde (DGS) sobre cuidados aos Estrangeiros residentes em Portugal, a qual chamava a atenção dos técnicos que lidam com os doentes migrantes a residir legalmente e façam descontos em Portugal para que fosse atribuído o cartão de Utente como aos nacionais, passando a usufruir dos cuidados de Saúde e da medicação. Quanto aos imigrantes ilegais, passaram a ter o acesso ao Serviço Nacional de Saúde, com apresentação de um documento da Junta de Freguesia que confirma que reside naquela área há mais de noventa dias.

O Movimento SOS Racismo foi crítico do Sistema Nacional de Saúde que considerou vergonhoso pela falta de respostas para o problema dos imigrantes.

A mesma Associação apelava à sociedade em geral para que os imigrantes legais ou ilegais passassem a fazer parte integrante da Saúde em Portugal e de todas as atividades desenvolvidas no domínio das migrações e das políticas nacionais.

As políticas de saúde levadas a cabo para com os imigrantes em Portugal devem ter em conta não só a comunidade estrangeira mas também a nacional, devido à interação existente entre elas todos os dias, quer a nível de lazer quer a nível laboral, porque a falta de tratamento dos imigrantes pode refletir-se em toda a sociedade uma vez que todos estão expostos a contágios. Introduzidas as alterações, a saúde dos imigrantes melhorou exponencialmente mas a crise que assola o país põe em causa as conquistas e há perigo de regressão em matéria de integração de imigrantes na saúde porque existe alteração quer para os nacionais quer para os imigrantes quanto aos cuidados de saúde.

CAPÍTULO 5 – INTEGRAÇÃO DOS FILHOS DE IMIGRANTES NO SISTEMA EDUCATIVO EM PORTUGAL

A autora Alexandra Rosa (2005) defende que a educação na sociedade moderna e democrática se justifica por razões fundamentais. Por um lado, existe o fenómeno da globalização das comunicações e dos saberes, e por outro lado existe o recrudescimento de manifestações de racismo e de xenofobia que têm ocorrido um pouco por todo mundo. Isto reforça a importância da formação orientada para o aprender a viver numa sociedade globalizada.

Alexandra Rosa (2005) do Movimento SOS Racismo constata que a reformulação apenas da prática pedagógica dos professores não é suficiente para responder à problemática da transformação da escola monocultura e elitista na escola democrática e multicultural, porque são transformações que implicam o envolvimento de atividades da escola e da comunidade educativa, órgãos políticos, Professores, a família e a comunidade, responsabilidades comuns para uma boa integração dos imigrantes e de minorias étnicas para a promoção da igualdade (Stoer & Cortesão, 1999).

Compete à educação não só criar condições de aprendizagem que estimulem a imaginação e o espírito crítico, a elaboração de pensamentos, a resolução dos problemas, o conhecimento e a compreensão dos outros que conduzam à convivência harmoniosa entre todos, mas também proporcionar o desenvolvimento de uma educação global da pessoa humana e ser social e a vivência interativa de diferentes grupos culturais que valorizem a diversidade mas também a semelhança. Em situações mais vulgares, os professores devem praticar uma abordagem intercultural seja quais forem as disciplinas e as origens dos seus alunos, porque só assim é possível tomar a consciência do valor da originalidade e do contributo das diversas culturas (Stoer & Cortesão, 1999).

Com o aumento da imigração em Portugal, a partir dos anos 90, face à crescente heterogeneidade dos alunos no sistema educativo e à manifesta capacidade das escolas e professores iniciou-se uma reformulação dos programas educativos para responder à nova realidade do ensino, com o objetivo de se implementar programas de educação multicultural.

Em 1993, nasce o Projeto Intercultural com o objetivo de incrementar a igualdade no acesso e usufruto dos benefícios da educação, da cultura e da ciência.

O Projeto Intercultural teve outra aposta que era a da formação dos professores para uma maior diversidade de culturas, tendo em vista a variedade de etnias nas salas de aulas.

Segundo Leite e Alexandra Rosa (Rosa, *et.al.*, 2002), entre 1993 e 1995, trinta Escolas do Ensino Público tinham sido abrangidas pelo Projeto. A 2ª fase do Projeto foi de 1995 a 1997, e não foi estendido a todas escolas públicas por razões da fraca adesão no universo das escolas em todo o país.

Um dos aspetos indicado como fracasso do Projeto das escolas aderentes foi a pobreza dos alunos que fez com que a atenção se virasse mais para o tratamento das causas sociais dos alunos do que para a própria interação cultural.

Na época foi considerada como uma medida inovadora das políticas do Governo, uma vez que oficialmente não havia outra forma de solucionar o problema.

Foi criado o projeto para inserção de crianças ciganas, com objetivo de eliminar situações de exclusão social. Em 2 de novembro de 1998 foi instituído o Decreto-Lei nº 329/98 (anexo 2 p.23), que institucionaliza a diversidade religiosa nas Escolas Públicas do Ensino Básico e Secundário com a disciplina de Educação Moral e Religiosa, em que só se fez representar a Igreja Católica, por ter o maior número de crianças que professam a fé Católica. O resto dos alunos com outras profissões de fé, caso dos protestantes, muçulmanos e outros, não foram integrados por falta de número suficiente para formar turmas e professores para dar resposta ao problema, que até à data continua sem solução²¹ para esses alunos.

No mesmo ano, é criado o Projeto Cidade Digital pelas minorias que resultou de um protocolo entre o Ministério da Ciência e Tecnologia MCT e o Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), com objetivo de combater a exclusão social das camadas desfavorecidas, minorias étnicas e imigrantes.

O Despacho nº 1165/2000 criou um grupo de trabalho para mediadores culturais com o objetivo de aproximar todas camadas envolvidas na sociedade para a boa convivência entre etnias.

²¹ Esta situação parece ter sofrido um retrocesso já que em agosto de 2002 foi aprovado um Decreto-Lei que passou a incluir a disciplina de Educação Moral e Religiosa (EMR) no currículo dos alunos do 1º ciclo prevendo que a disciplina seja lecionada durante 25 horas É medida que gerou a contestação da posição e de Associação de pais. Para o bloco de esquerda representa um retrocesso no processo de construção de uma escola laica e para Ana Benavente ex-Secretária de Estado da educação é um retrocesso Democrático (Jornal Público, 2002).

Segundo Milagre e Tiago (2001) na época os professores embora reconhecendo as diferentes culturas, olhavam a diferença não pelo seu potencial mas sim pelos obstáculos e reconheciam pela negativa, por falta de informações adequadas sobre o assunto.

Segundo os autores anteriormente citados, realizou-se um estudo, em 2001, com o objetivo de perceber como encaram os professores do 1º ciclo a diversidade cultural dos seus alunos e variáveis inerentes à educação de minorias étnicas e migrantes. Os discursos proferidos pelos docentes mostravam discursos típicos de professores mono culturais por falta de formação para a nova forma de ensino multicultural na sociedade portuguesa. Os professores entrevistados mostravam muitas dificuldades em ter alunos com uma vasta diversidade cultural porque era um obstáculo na aprendizagem, problema que veio a ser ultrapassado com a introdução de formação contínua de professores para a multiculturalidade.

A Alexandra Rosa (Movimento SOS Racismo (2002) levou a cabo estatísticas sobre alunos migrantes em Portugal, com utilizando os dados da Base de Dados Entre Culturas 1994-95. Conclui que, entre 1994 e 1995, estavam inscritos nas escolas públicas portuguesas, nos três ciclos de ensino básico e secundário, 32.508 alunos oriundos de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, 1.456 oriundos do continente asiático, 4.963 de etnia cigana, 3.336 brasileiros, 7.946 de países da União Europeia, 35.343 filhos de ex-emigrantes e ainda 8.116 alunos provenientes de outras origens totalizando 92.212 alunos não Lusos o que corresponde 6,6% do universo dos de alunos inscritos. Em 97/98, alunos dos PALOP eram 36.229, alunos oriundos de Ásia eram 1.739, de etnia cigana eram 5.930, brasileiros eram 3.542, países da União Europeia eram 10.026, filhos de ex-emigrantes 25.101, e alunos oriundos de outras origens 9.577, perfazendo alunos não lusos 91.144 matriculados num universo de 7,1% de alunos em Portugal²².

Em termos geográficos, os alunos imigrantes em Portugal, em 1996/1997, tinham a maior representação nos Conselhos da Moita, com uma percentagem de 18,1%, na Amadora com 16,2%, em Oeiras 12%, em Loures 10,3%, Seixal 9,8%, e Cascais 9,8%.

A distribuição pelos quatro níveis escolares era heterogénea nos anos 1997/1998 (Rosa, *et. al.*, 2002). Uma percentagem 49.7% de alunos de origem cabo verdiana estavam matriculados no 1º ciclo, e 21.4%. estavam matriculados no

²² De acordo com a nomenclatura usada na referida base de dados. Fonte: Base de Dados Entre Culturas

segundo ciclo Os guineenses ocupavam o segundo lugar com 16,2% nos dois primeiros ciclos, em terceiro lugar eram os santomenses com uma percentagem de 10,2% nos dois primeiros ciclos, e em quarto lugar estavam os angolanos com mais de 7,1% indicando uma forte repetência nos dois ciclos e um forte abandono escolar. Por sua vez, apesar dos moçambicanos terem uma percentagem relativamente baixa de 8,4% nos dois primeiros ciclos, têm tendência para progredirem os estudos ao nível mais elevado de escolaridade. Os alunos Asiáticos estavam matriculados mais nos dois primeiros ciclos com uma percentagem de 13,9%, os brasileiros tinham uma percentagem de 10,4% também nos dois primeiros ciclos, assim como os filhos de ex-emigrantes numa percentagem de 6,2%. Apenas os alunos dos países da União Europeia apresentam uma percentagem de 9,5% distribuída entre o todo o ensino Básico e Secundário. Ou seja, nota-se clara diferença/heterogeneidade entre os alunos filhos de imigrantes de países da União Europeia e os restantes.

Quanto aos alunos de etnia cigana apresentavam a média mais baixa da média nacional. Encontravam-se inscritos no primeiro ciclo com uma taxa de 91,4%, no segundo ciclo com uma percentagem de 6,3%, no terceiro ciclo 1,7%, e no secundário com uma percentagem de 0,3%.

A taxa de aprovação dos alunos imigrantes era baixa porque tinham muitas dificuldades no aproveitamento escolar. Os alunos da etnia cigana apresentavam uma taxa de representação baixa nos três ciclos, os cabo-verdianos eram os que estavam em 2º lugar no mau aproveitamento escolar, em terceiro lugar eram os guineenses com insucesso escolar, os angolanos aparecem com uma taxa ligeiramente superior de aprovações acima da média nacional, os moçambicanos são os que apresentavam uma taxa de sucesso superior em todos os ciclos, sendo considerado um caso excecional porque é uma comunidade pouco representada em Portugal comparada com as outras comunidades lusófonas.

Em relação ao fraco aproveitamento escolar dos alunos da lusofonia destacam-se os guineenses com o fraco aproveitamento em relação aos outros países. No ensino secundário, os cabo-verdianos e santomenses têm uma taxa positiva de aprovações, seguidos dos Asiáticos que estão acima do padrão nacional, que ronda os 70,3% de aproveitamento escolar, os brasileiros e os alunos dos ex-emigrantes apresentavam uma taxa abaixo dos valores nacionais. Apesar dos alunos de etnia cigana ser a minoria, quando estão integrados no ensino têm um desempenho excelente quase a 100%. Há estatísticas que mostram que 16 alunos da etnia cigana matriculados no ensino secundário chegaram ao fim do ciclo

com bons resultados. O problema maior dos alunos da etnia cigana é a integração no 1º e no 2º ciclo, uma vez que com facilidade abandonam o período escolar por motivos culturais, o que não acontece com os mais crescidos porque a consciência é diferente e são pouco dependentes de terceiros, os encarregados de educação.

Numa sociedade com orientação democrática, o abandono escolar de crianças e jovens de camadas desfavorecidas não deixa qualquer cidadão indiferente porque leva a imaginar as consequências do abandono escolar que podem ser dramáticas. Essas camadas, na idade adulta, facilmente entram na marginalização porque são os que mais sofrem com o desemprego ou com o emprego precário, com pouco poder económico para ter uma vida digna.

Com a globalização, a educação é fator chave para a diversificação quebrando assim as tradições mono culturais, e caso não se implemente com rigor a integração dos imigrantes e minorias étnicas no ensino, perde-se a razão da existência da diversidade. A marginalização dessas camadas é certa, e como consequência há o perigo da perda das identidades culturais na sociedade acolhedora uma vez que a educação é o motor que salvaguarda a identidade de qualquer cultura (Movimento SOS Racismo, 2002)

Portugal, nos últimos anos, tem vindo a inverter as tendências do abandono escolar em todos os alunos quer imigrantes quer de etnia cigana quer dos nacionais, mas o cenário de insucesso escolar ainda é visível no universo dos alunos.

Por outro lado, por falta de incentivos contra o abandono escolar ou de apoio ao aproveitamento escolar, os alunos são absorvidos pela formação profissional em cursos que, na sua maioria, não oferecem saídas profissionais. Cai por terra a aquisição de emprego digno porque o Governo é inoperante em políticas de emprego.

Os trabalhos sazonais, como a apanha de cereais, frutas, as limpezas, a restauração e a construção civil têm sido setores que às vezes vão absorvendo a camada juvenil para o emprego.

A falta de oportunidades para jovens de etnia cigana faz com que a única forma de sobrevivência passe por fazer pequenos negócios nas feiras existentes um pouco por toda parte de Portugal, além da atribuição do rendimento social de inserção por parte do Governo. São as únicas fontes de rendimento o que faz com que sejam pessoas vulneráveis na sociedade.

Com a crise em Portugal, os mais vulneráveis da sociedade que são os jovens, os imigrantes e os de etnia cigana. Passam muitas dificuldades dado que se

acentuou a escassez dos trabalhos até precários que, nos anos anteriores, faziam face a situações de extrema pobreza e exclusão social. Depois da Tróica em Portugal, é visível a regressão civilizacional dado que se verificam grandes assimetrias entre pessoas a viver na miséria, na delinquência e na marginalização, em particular a camada juvenil, os imigrantes e as minorias étnicas, e por outro lado assiste-se a elites com maior poder de compra com fortunas acumuladas por pouca gente da sociedade portuguesa.

CAPÍTULO 6 - INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES NA HABITAÇÃO SOCIAL EM PORTUGAL

O direito à habitação digna está consagrado na Constituição da República Portuguesa, mas, apesar da consagração na Constituição, continua a não ser para todos. Os imigrantes e as minorias étnicas são os mais vulneráveis nas condições da habitação, com indicadores acentuados na pobreza e exclusão social. Os imigrantes em Portugal são a camada populacional mais atingida por esse flagelo. Até há poucos anos atrás na década de 2000, os imigrantes, na sua maioria, viviam em condições precárias na habitação que passava por alugar quartos, barracas, nos estaleiros das obras, bairros clandestinos nas zonas suburbanas marcadas pelo estigma da marginalidade, e na pior das hipóteses a engrossar os sem-abrigo porque não eram contemplados para a aquisição de habitação social (Raposo, 2002).

Malheiros e Raposo (2002) mostram como os imigrantes se concentram em maior número nas zonas suburbanas desqualificadas das grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Para combater esta precariedade, foram definidas políticas e serviços para implementar medidas direcionadas para a requalificação e melhoria de habitações para o realojamento das camadas mais desfavorecida da sociedade, as minorias étnicas e os imigrantes.

O problema é que não existiam serviços especializados nas autarquias que tratassem da situação de imigrantes com habitações precárias. As autarquias defendem que o acesso à habitação para os imigrantes é igual ao tratamento dos nacionais (Raposo, 2002).

A aquisição de habitação social para os imigrantes é efetuada sem diferenças especiais de etnia, cultura, origem e religião segundo os princípios consagrado na Constituição da República Portuguesa. O problema é que, em nome dessa igualdade de direitos, não se tenha em conta as desigualdades. Em termos gerais, as autarquias acabam lavando as mãos como Pilatos uma vez que se demitem das suas responsabilidades consagradas na Constituição da República Portuguesa, em assegurar a todos o direito a dignidade humana quer para os nacionais quer para as minorias étnicas e aos imigrantes.

Em Portugal, os imigrantes sofreram marginalização na aquisição de habitação acrescidas da marginalização socioprofissional em particular nas grandes áreas metropolitanas do Porto, Lisboa e vale do Tejo.

Segundo Malheiros e Raposo (2002), é nos meados dos anos 70, com a afluência mais significativa de imigrantes dos países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), que o processo de diferenciação do espaço residencial da Área Metropolitana de Lisboa começa a ter uma dimensão étnica acentuada.

Nos anos 80, as diferenças entre os imigrantes com pouco poder de compra e os imigrantes com maior poder de compra agravam-se porque se acentua a internacionalização da economia portuguesa. Por um lado, há quadros e técnicos superiores internacionais bem pagos, e por outro lado assiste-se ao crescente mercado de trabalho na construção civil, nas obras públicas, no comércio, e nos serviços com mão-de-obra barata e não qualificada mal paga que se instala nas periferias urbanas (Raposo, 2002).

Desses, destacam-se os cidadãos de origem africana que são os mais visados no trabalho precário, seguidos dos da Europa de Leste, consequentemente são os mais afetados a viverem em habitações precárias sem condições dignas (Raposo, 2002).

Com trabalho precário, contratos a prazo e outros em situação de desemprego, o poder de compra é reduzido, o que torna difícil a possibilidade de arrendar ou adquirir habitação no mercado privado. A sobrevivência deles passa por recorrer a barracas ou construções clandestinas em zonas menos protegidas com menor qualidade urbanística, zonas que se caracterizam pela ausência de emprego, proximidade de estruturas de apoio às instalações de pequenas e médias empresas, a inadaptação dos serviços de equipamentos coletivos de apoio às comunidades e espaços públicos degradados.

Se, por um lado, as requalificações urbanísticas favoreceram os bairros centrais dando melhor imagem, por outro lado há as zonas antigas dos centros populacionais que têm os seus valores urbanísticos sobrevalorizados e que não permitem a possibilidade de comprar ou arrendar uma habitação por parte dos imigrantes ou nacionais, por não terem maior poder de compra. Mesmo com muitas dificuldades, os imigrantes com pouco poder de compra alugam habitações, só que o maior problema é a sobrelotação de pessoas nas habitações porque, só assim, conseguem fazer face ao pagamento da renda, o que, em termos urbanísticos aumenta a polarização espacial.

O realojamento das populações dos bairros de barracas para a habitação social não favoreceu a desconcentração espacial dos grupos sociais de poucos recursos e em particular dos imigrantes. Apenas realojaram as pessoas com necessidades mais preocupantes, e apesar de muita gente estar em situação precária são negligenciados pela sociedade porque continua a fraca resposta para a habitação social.

O acesso aos transportes públicos e aos transportes privados contribuiu significativamente para as desigualdades entre as zonas centrais e marginais dado que há pouca cobertura para as zonas periféricas. A esse problema soma-se a ausência de equipamentos sociais. São bairros caracterizados por guetos e os residentes desses espaços, na sua maioria, são estigmatizados pela sociedade.

Capítulo 7 - A CRISE E OS IMIGRANTES EM PORTUGAL

A crise que assola o país veio mudar a forma de viver dos imigrantes em Portugal, dado que há cada vez mais imigrantes desempregados. Segundo C. João Batista (2012), jornalista do Diário de Notícias - Económico, há cada vez mais imigrantes a regressarem à terra de origem. O aumento do desemprego, a precariedade de trabalho e as más condições de vida dos imigrantes, fazem com que cada vez mais optem pela medida do incentivo do retorno voluntário ao país de origem.

A Organização Internacional das Migrações (OIM), com sede em Genebra, Suíça, mas representada em mais de 100 países e de que Portugal faz parte, tem vindo a desenvolver políticas de retorno voluntário dos imigrantes aos países de origem.

O programa de retorno voluntário foi criado em Portugal em 2001, com vista a uma política de uma vida digna e humana ao responder as dificuldades dos imigrantes que queiram o retorno voluntário.

Segundo dados da Organização Internacional das Migrações (OIM), entre 1997 e 2008 beneficiaram do programa do apoio ao retorno voluntário 2389 imigrantes de 48 países.

O retorno voluntário é um programa que é direcionado a imigrantes mais vulneráveis no país de acolhimento e que mostrem vontade de voltar ao país de origem. Para usufruir deste programa, faz-se a abertura do processo ao retorno voluntário, averigua-se se o imigrante dispõe de meios financeiros ou se está em situação de vulnerabilidade no território português e que quer regressar ao país de origem numa forma voluntária. Nestas situações, o cidadão não pode ter antecedentes criminais punidos pela Lei portuguesa, sob pena de recusa do seu pedido, não pode prestar falsas declarações e não pode ter beneficiado do mesmo programa anteriormente ou de um programa semelhante.

Os menores de idade também usufruem do programa desde que sejam acompanhados pela pessoa a quem foi conferido o poder paternal ou a guarda do menor²³. Os imigrantes que tenham uma das nacionalidades de Países Membros da União Europeia não têm o direito de usufruir do programa do retorno voluntário porque o programa é destinado a países que não fazem parte da União Europeia.

²³ [Wwww.embcv. pt/ficheiros/PRV_P2.PDF](http://www.embcv.pt/ficheiros/PRV_P2.PDF)

Quanto aos imigrantes interessados no programa, podem dirigir-se às organizações ou a instituições de apoio social e aconselhamento ao imigrante, no âmbito de retorno voluntário, das quais destacamos algumas:

- Rede dos Centros Locais de Apoio e Integração do Imigrante (CLAIs);
- Centro Nacional de apoio ao Imigrante (CNAI), Lisboa, Porto, Faro;
- Serviços de Jesuítas do Apoio aos Refugiados Lisboa Lumiar;
- Centro de Acolhimento João Paulo II, Coimbra;
- Cruz Vermelha de Braga;
- Associação de Imigrantes e Culturais;
- Departamentos Sociais das Câmaras Municipais;
- Departamentos da Segurança Social;
- Centros de Saúde e Hospitais;
- Instituições Sociais IPSS;
- Centros Paroquiais e Caritas Portuguesas;
- Embaixadas e Consulados;
- Organizações não-governamentais;
- Estabelecimentos de Ensino.

Da abertura do processo até à fase da aprovação, este é encaminhado para o departamento de SURRIA, o qual é o detentor da avaliação dos pedidos enviados por vários organismo que tratam da matéria até a fase final, que passa pela OIM.

Os organismos mencionados funcionam em articulação com a OIM Organização Internacional das Migrações.

Os imigrantes interessados são entrevistados minuciosamente, posteriormente é comunicado à OIM que passa a fazer o acompanhamento do cidadão, em todas as fases, até ao embarque.

Do início do processo até à fase do embarque, a OIM Organização Internacional das Imigração²⁴ articula com os serviços Consulares dos cidadãos em causa com vista a uma boa reinserção no país de origem.

A Organização também é responsável por disponibilizar meios financeiros para as passagens aéreas e mais um suporte de cinquenta euros para despesas adicionais no decurso da viagem. Acresce, ainda, os apoios financeiros para o recomeço de vida no país de origem que variam de cidadão para cidadão. Estes

²⁴ [Wwww. embcv.pt/ficheiros/PRV_P2-PDF](http://www.embcv.pt/ficheiros/PRV_P2-PDF)

apoios são para a abertura de negócios ou a continuação da formação académica no país de origem, e o valor não tem um teto fixo igual para todos, ou seja, o valor do apoio é diferente em cada caso, conforme o projeto de cada um e segundo as suas necessidades.

Segundo a OIM, os imigrantes que se destacam em maior número ao retorno voluntário são os brasileiros²⁵ com 18 mil beneficiários, os segundos com maior apoio dos programas são os imigrantes dos países lusófonos, com destaque para Angola, e por fim o resto dos países com representação em Portugal.

O programa parece ser uma boa solução para o problema da imigração em Portugal, só que é uma boa solução a curto prazo, porque a médio e a longo prazo o retorno dos imigrantes às suas origens tem reflexos negativos relativamente ao PIB.

Segundo dados de 2010 do Banco de Portugal, os imigrantes representavam 5% do PIB em Portugal. A mesma fonte refere a existência de transferências de 124,7 milhões de euros nos primeiros três meses de 2010, menos 2,9 milhões de euros no período homólogo de 2009, para países de origem, pois nesta altura começa a transferência dos dinheiros pelo medo de uma crise profunda, facto que se concretizou. Também começa a fazer-se sentir a não entrada de muitos imigrantes no emprego e são poucos a fazerem o reagrupamento familiar, uma vez que o reagrupamento familiar é um fator impulsionador da economia.

O representante da Associação de imigrantes brasileiros de Lisboa salienta que os imigrantes sofreram uma brutal queda de trabalho uma vez que os grandes setores que mais absorviam os imigrantes eram a construção civil e a restauração que foram os mais atingidos pela crise.

Quanto aos imigrantes brasileiros, o retorno voluntário deve-se as melhorias de políticas no Brasil com o Governo de Lula da Silva e a sua sucessora Dilma Rousseff.

Essas políticas de incentivo ao retorno voluntário ao Brasil permitiram ofertas de créditos com juros acessíveis e bonificações, e houve também facilidade de integração no emprego. Estes benefícios fizeram com que o retorno voluntário dos brasileiros fosse bem-sucedido.

A associação de imigrantes (Kalina), da Europa do Leste, revela que nos últimos anos há menos imigrantes da Europa de Leste que escolhem Portugal

²⁵ [Www.DN. PT/inicio/economia/interioraspexid=1576368](http://www.DN.PT/inicio/economia/interioraspexid=1576368)

como país de destino, porque já optam por outros destinos da Europa, e os que estão em Portugal muitos pensam em sair e outros abandonam Portugal a procura de outros destinos.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) revela que, nos últimos 3 anos, saíram de Portugal cerca de 20 mil imigrantes, a maior parte foi à procura de outros destinos e outros passaram a ser cidadãos nacionais. O programa do retorno voluntário visa a reintegração na terra de origem, para formação profissional ou negócios, com o objetivo de incentivar os cidadãos migrantes a não tornar a imigrar forçosamente por motivos económicos ou financeiros.

Segundo Luísa Frey e Rafael Plaisante, no seu artigo “Retorno voluntário de imigrantes” do Jornal Público datado de 13 de fevereiro de 2014, nos últimos anos as verbas do programa foram bloqueadas numa altura em que os imigrantes da Europa de Leste estão a abandonar Portugal em massa. A mesma fonte questionou o Secretário de Estado da Administração Interna do Governo de Passos Coelho sobre a razão do bloqueio das verbas. O Secretário de Estado justificou a burocracia para a aquisição das verbas, e também afirmou que havia falta de apresentação de planos por parte da Organização Internacional de Migrações OIM, mas que o programa seria retomado o mais breve possível (Frey & Plaisante, 2014).

As opções feitas pelo Governo revelam a fragilidade das políticas de integração de imigrantes em Portugal em tempos de crise, mas os imigrantes em Portugal são importantes em particular numa altura em que os jovens portugueses estão a emigrar em massa, em destaque para os jovens licenciados. É um Governo que com muita facilidade se quer livrar dos imigrantes, ignorando que essas medidas podem trazer consequências negativas a médio e longo prazo.

Até a data, a matéria de imigração em Portugal é pouco tratada. Quase nenhum Partido fala ou se preocupa com a imigração e os imigrantes.

A crise pode alterar de uma forma negativa a integração de imigrantes em Portugal, apesar de ter dado passos significativos na integração de imigrantes. Neste momento essas políticas estão em causa e com risco acrescidos de retrocesso na integração de imigrantes em Portugal.

CONCLUSÃO

Este tema foi elaborado com vista a fazer uma reflexão sobre a integração de imigrantes em Portugal e a avaliação foi feita do ponto de vista político.

Dessa avaliação cabe-nos mostrar a evolução da integração de imigrantes com todas as suas consequências na sociedade portuguesa.

Constata-se que Portugal, durante séculos, foi um país de emigração mas o cenário altera-se com as independências das ex. colónias em África. Atualmente, Portugal é também um país de imigração com fortes representações dos países lusófonos, Europa de Leste, Brasil e resto do mundo.

No que diz respeito ao emprego, conclui-se que o emprego para os imigrantes em Portugal caracterizou-se por ser precário, com pouca oportunidade de progressão na carreira para os imigrantes qualificados. Na área do emprego, Portugal segrega a comunidade imigrante, e mesmo antes do implodir da crise em 2008, os sucessivos Governos nunca resolveram a situação do emprego quer para os imigrantes quer para os nacionais.

No capítulo da demografia portuguesa e os imigrantes, houve mais-valia na presença dos imigrantes dado que Portugal, desde os anos 60, começa a deparar-se com o envelhecimento da população.

Também em termos demográficos, os imigrantes foram uma lufada de ar fresco para o aumento populacional nas últimas décadas.

Os imigrantes fizeram com que houvesse alterações nos bairros periféricos das áreas metropolitanas, em Lisboa e Vale do Tejo e em outros pontos do país.

Em termos paisagísticos, os bairros de lata ocupados por imigrantes tiveram melhorias significativas com a construção dos bairros sociais.

Sobre a discriminação, é notória a boa convivência entre os portugueses e os imigrantes apesar de existirem alguns incidentes discriminatórios no seio dos portugueses para com os imigrantes. Portugal genericamente não se enquadra na lista dos países considerados racistas.

No que concerne o capítulo de cuidados de saúde dos imigrantes em Portugal, é lamentável o cenário é lamentável e não se deve repetir porque Portugal nessa temática não salvaguardou os princípios básicos dos Direitos Humanos junto da comunidade de imigrantes. Este capítulo, e segundo a avaliação que se levou a cabo, mostra sem margem de dúvida a falta de sensibilidade dos sucessivos Governos na aplicação de políticas de saúde para tratarem os doentes imigrantes e no acesso de outros cuidados de saúde nos hospitais públicos.

No capítulo de integração de filhos de imigrantes no sistema nacional educativo, apesar de obstáculos que a escola mono cultural portuguesa teve, houve uma rápida reformulação das políticas educativas passando para escolas multiculturais.

Apesar de se depararem com discriminação por parte de alguns professores e alunos, os alunos migrantes viram o cenário a evoluir para uma boa integração. É de salientar que, em termos de integração de imigrantes em Portugal, a educação é a instituição pública que mais e melhor acolheu e integrou os imigrantes.

No capítulo da habitação social, constata-se até à data atrasos na integração de imigrantes na habitação. Ainda existem muitas dificuldades para um imigrante adquirir habitação social, por razes burocráticas das Camaras Municipais e porque a lista de espera, em média, é de 6 ou mais anos para a aquisição da habitação.

Até à data, é baixo o número de imigrantes integrados na habitação social, apesar de este critério ser da responsabilidade da Camaras Municipais. É necessário reavaliar o modelo porque este não resolve o problema dos mais carenciados como os imigrantes e outras camadas vulneráveis da sociedade.

No mesmo capítulo da habitação, se houvesse a possibilidade de introduzir um critério de aquisição de casas por grupos, tais como os de violência doméstica numa lista, os idosos em outra lista, os imigrantes em outra lista, as famílias monoparentais numa lista, entre outras camadas mais vulneráveis da sociedade, gerava-se mais justiça e seria mais célere atribuir as casas às pessoas que mais precisam. Hoje, existe uma injustiça na atribuição das casas uma vez que os concorrentes queixam-se de serem atribuídas casas a quem menos precisa e ficando para trás os mais vulneráveis.

No capítulo da crise e os imigrantes em Portugal, concluiu-se que o cenário é crítico para imigrantes residentes em Portugal, dado que a maior parte perderam os seus empregos e os apoios sociais são insuficientes para dar resposta às despesas familiares e ter uma vida digna.

Com a crise em Portugal, caso os Governos não decidam adotar políticas de emprego ou auto emprego para imigrantes, o país sairá a perder porque os imigrantes ultimamente tendem a sair de Portugal à procura de novos destinos dentro do espaço Europeu, outros vão pelo facilitismo do apoio ao retorno voluntário para a terra de origem e nem sempre são bem-sucedidos com o programa uma vez que existem muitos países com as mesmas dificuldades que

Portugal atravessa. É um valor monetário mal gasto, sendo que seria mais rentável o valor do retorno voluntário ser aplicado nos imigrantes que queiram investir em Portugal, país de acolhimento, fomentando a economia através de negócios familiares. Estes negócios familiares têm-se desenvolvido em várias etnias em Portugal tais como os chineses, os Guineenses, os brasileiros e outros que conseguem ter a capacidade de montar um negócio e ser rentável e credível.

O governo deve reavaliar as políticas de integração em todos ramos da sociedade porque as políticas levadas a cabo até à data não são mais compatíveis com o novo modelo de se estar na Europa, no mundo e em Portugal

É de salientar que Portugal, até à data, foi o país que mais acolheu os imigrantes mas não os integrou bem. Tal como defendia uma autora no texto, não basta reconhecer as diferenças e legalizar, é preciso ir mais além na integração dos imigrantes. O imigrante em Portugal não pode ser aquele que só consegue emprego que o nacional não quer fazer.

Os imigrantes qualificados são marginalizados porque não há oportunidades de emprego segundo as suas qualificações. Mesmo quando existem vagas para tal, há uma total segregação profissional que Portugal exerce diante da comunidade migrante.

As Políticas traçadas para a integração de imigrantes em Portugal melhoraram relativamente aos Direitos Humanos, contudo existe ainda um longo caminho a percorrer para que o imigrante se sinta integrado na sociedade portuguesa.

Outro fator a reiterar é que Portugal, apesar de ser um país pequeno, não deixa de ser desenvolvido, e como tal, a integração dos imigrantes deve ser mais adequada relativamente à habitação, emprego, saúde e apoios sociais.

Antes de trazer mais imigrantes com vistos de trabalho para Portugal, deve-se reformular a forma da contratação, dando prioridade aos que já cá estão acolhidos mas que ainda não estão integrados. Deve existir menos burocratização para a sua legalização para evitar situações constrangedoras como as que citámos anteriormente no texto.

Relativamente aos filhos de migrantes nascidos em Portugal, recomenda-se que se reavalie a Lei para a aquisição da nacionalidade, uma vez que a atual é injusta ao submeter as crianças de imigrantes a testes de língua portuguesa mesmo quando essas já cá nasceram, não é valorizado o *jus solis*.

Devem ser implementadas políticas relacionadas com mais creches, com horários alargados para os filhos de imigrantes, de forma a facilitar a procura de

emprego para os que se encontram desempregados, e para proporcionar a tranquilidade aos pais que já têm emprego, pois a falta de creches que assegurem a adequadamente a estadia dos seus filhos tem constituído um entrave para o trabalho. Recomenda-se que se reavalie o aumento dos benefícios sociais para as famílias.

Termina-se a presente dissertação de mestrado com o pedido a todos os atores, a começar pelo Governo, os Partidos políticos e sociedade civil, que reformulem o acolhimento e a integração de Imigrantes em Portugal.

A autora sugere que a legalização dos cidadãos estrangeiros poderia ser efetuada no registo civil e notariado, permitindo uma descentralização do SEF de forma a haver uma maior amplitude de recursos e menor burocracia e menos tempo de espera, o que só traria benefícios a todos e ao Governo. Uma boa Política de acolhimento traria uma boa integração de imigrantes em Portugal que é um benefício para o país, bem como para os imigrantes.

Recomenda-se que seja revista a Lei eleitoral dos imigrantes porque, se na economia são um contributo para o país, também a nível político podem dar o seu contributo. Portugal põe os imigrantes à margem em termos políticos, não há representação da comunidade imigrante nos cargos políticos nem no voto eleitoral mesmo que estes estejam há muitos anos em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

ACIDI [Alto Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural] (2009) *Imigração em Portugal*. Lisboa: ACIDI;

ACIDI (2010-2013), *II Plano para integração de Imigrantes*. Lisboa: ACIDI. pp. 95-219;

ACIDI (2007) *Plano para integração dos imigrantes*, Lisboa: ACIDI;

Ávila, P. & Alves, M. (1993). Da índia para Portugal, trajetórias sociais e estratégias coletivas dos indianos. *Sociologia problemas e prático*. nº 13. Pp.115-133;

Backstrom (2002). *Os imigrantes e a saúde em Portugal*. Lisboa: ACIDI. pp. 341-351;

Baganha, M. I., *et.al*, (1999). Migrações Internacionais de e para Portugal: O que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de ciências Sociais*. 52/53. pp. 229-280;

Baganha, M. I., *et.al.*, (2001), *Imigração e Política, o caso português*, Lisboa: Fundação Luso Americana;

Baganha, M. I., *et.al.* (2003) *A última vaga de Imigrantes de Leste em Portugal*. Comunicação à Conferencia de Imigração de Leste da Europa uma nova realidade oportunidades e desafios. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;

Baganha, M. I., *et.al.* (2004) Novas migrações Novos desafios: a imigração do Leste da Europa, *Revista Crítica de ciências Sociais*. nº 69-115;

Baganha, M. I., (2006). Imigrantes de leste em Portugal. *Revistas de Estudos Demográficos*. 38. Pp.31-45. INE.

Base de Dados Entre Cultura (2004). *A imigração em Portugal*. Lisboa: ACIDI;

Bastos, J.G. & Bastos, S. P., (2002). *Imigrantes minorias étnicas e minorias nacionais em Portugal, hoje: da exclusão social e identitária ao multiculturalismo?* SOS Racismo a imigração em Portugal os movimentos humanos e culturais. Lisboa. pp. 272-288;

Bastos, S. P., (2006), *Filhos diferentes de Deuses diferentes: manejo da religião em processo de inserção social diferenciada, uma abordagem estrutural dinâmica*. Lisboa: ACIME. pp. 23-273;

Batista, C. J. (2012). Portugal e retorno de imigrantes. *Diário de Notícias Económico*. Consultado em 3 de Março de 2014 em WW.DN Portugal. Inicio/Economia/interior asx?Id=1576368.

Batista, S. P., et.al. (2011). Imigração e Trabalho Doméstico, os imigrantes no mercado de trabalho: O caso Português. Dissertação de Mestrado em desenvolvimento e Cooperação Internacional ISEG/UTL, Lisboa. In Banco de Portugal. Boletim Económico, pp. 103-124;

Cabral, S. & Duarte, C. (2011). Os Imigrantes no Mercado de trabalho. *Banco de Portugal. Boletim Económico*. Primavera de 2011, pp 103-128;

Canotilho, J. J.G., et. al. (2000). *Direitos Humanos, Estrangeiros Migrantes e Minorias*. Oeiras Celta;

Chicharo, A. (2008). *Direito do Estrangeiro*. Lisboa: ACIDI. pp. 22-40.

Comissão Europeia (2010). *As Disposições da UE em Matéria da Segurança Social Os seus Direitos quando se desloca no interior da União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia;

Conceição, J.B (2008). *Segurança Social manual prático*. 8ª Edição. Coimbra: Almedina;

Correia, A. (2003). *O Impacto da Imigração em Portugal, nas contas do Estado*. Lisboa: ACIME;

Correia, A., et.al. (2007). *O Impacto da Imigração em Portugal, nas contas do Estado*. 2ª Edição. Lisboa: ACIDI;

Corrêa, André, Silva, Pedro & Silva Almeida (2004) *O contributo financeiro dos imigrantes para o Sistema de Segurança Social*. Lisboa: ACIME.

Cruz, A. (2002) *O Papel das Autarquias no Processo de Integração das Comunidades Imigrantes em Portugal*. Lisboa: ACIDI. pp 299-309.

Daftary, F. (2003). *Breve história dos Ismaelitas. Tradições de uma comunidade muçulmana: tradução de Paulo Jorge Sousa Pinto*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa;

DGS [Direção Geral de Saúde] (2002). *II Circular informativa: cuidados aos estrangeiros residentes em Portugal*. Lisboa: DGS;

Diário da República (2013). *nº 63-1 de Abril, Lei da nacionalidade*. Lisboa;

Dias, B. (2002). *Os Imigrantes e o Mundo de Trabalho*. Lisboa: ACIDI. pp. 225-261. 336.

Dias, S., *et.al.*, (2007). Migração e Saúde. In Dias, Sónia (org). *Revistas Migrações. Número Temático Imigração e Saúde*, Nº 1. ACIDI Lisboa: pp.15-26.

Direção Geral de Segurança Social (disponível em <http://www2.seq-social.pt/>);

Dovídio, J. F. & Gaertner, S.L. (1998). On the nature of contemporary prejudice: The causes, consequences and challenges of aversive racism. In Eberhardt, J.L. & Fisk, S.T. (eds)., 1998. *Confronting Racism: The problem and the response*, Thousand Oaks, sage;

Dovídio, J. F., *et.al.*, (2003). Intergroup contact: "The past, present and the future". *Group Process & Intergroup Relations*. 6 (1). Pp.1-21;

Esteves, M. C. (eds.) (1991). *Portugal país de Imigração*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento;

Evangelista, J. (1971). *Um século de População portuguesa: (1864-1960)*. Lisboa: CED-INE;

FDUC [Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra] (2001). *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Coimbra editora. pp. 97-101.

Ferreira, J. M. C., *et. al.* (1995). *A economia e a Sociologia*. Lisboa: Oeiras Celta. pp. 265-270.

Fonseca, M. L., (2003). *Imigrantes de Leste nas Áreas Rurais Portuguesas: O caso do Alentejo Central*. Imigrantes de Leste uma nova realidade pp. 91-118;

Frey, L. & Plaissante, R. (2014). Retorno voluntário de imigrantes. *Jornal Público*. 13:2. <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/programa-de-retorno-voluntario-de-imigrantes-bloqueado-por-falta-de-verba-1158792>;

Fundação Oriente (2001). *De Moçambique a Portugal. Reinterpretações identitárias do Hinduísmo, em viagem*. Lisboa: Fundação Oriente;

Gaertner, S. L. & Dovídio, J. F. (1986). *The aversive form of racismo. Prejudice discrimination and racism: Orlando*. Academic press;

Garcia, M. L. (1999). *O Estudo dos estereótipos e as novas análises de racismo: serão estereótipos inevitáveis?* in J. Vala, ed., *novos racismos perspectivas comparativas*, Oeiras; Celta, pp. 121-131;

Góis, P. (2002). *A imigração cabo verdiana, para Europa e a sua inserção em Mercado de Trabalho locais*, Lisboa; Milão: Dissertação de Mestrado Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;

Góis, P., et. al. (2009). Segunda ou terceira vaga? As características de imigração brasileira em Portugal. *Revistas Migrações, Número Temático Associativismo Imigrante*. Nº 5. Lisboa: ACIDI, pp. 111-133;

Góis, M., et. al. (1999). *Os imigrantes e o Mercado de Trabalho, O Caso Português*. Lisboa: ACIDI. Pp 147-173;

Góis, M., et. al. (2003). *Imigrante e o Mundo de Trabalho*. Lisboa: ACIDI. Pp.19-46; 70-83;

Góis, M., et. al. (2006). *O Imigrante e o Mercado do Trabalho*. Lisboa: ACIDI. pp. 19-49; 147-173;

IGT [Inspeção Geral do Trabalho] (2001). *Relatório Anual de Actividades 2000/2001*. Lisboa: IGT;

INE [Instituto Nacional de Estatística] (2001). *XIVº Recenseamento Geral da População e Estatísticas Demográficas*. Lisboa: INE;

Lages, M. F. (1997). *Pós modernidade e identidade Colóquio/ Educação e Sociedade*, nº1. Lisboa: Gradiva. Pp.45-61;

Lages, M. F., et. al. (2004). *Sobre a inferência em estudos de opinião teias matemáticas*. Coimbra /Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra pp. 89-106;

Lages, M. F., et. al. (2006a). *Imigrantes e a População Portuguesa. Imagem de Reciprocidade*. Lisboa: ACIDI. Pp.30-62;

Lages, M. F., et. al. (2006b). *Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: ACIDI. pp. 30-57; 241.

Lages, M. F. & Policarpo, V. (2000). *Os Imigrantes e População Portuguesa*. Lisboa: ACIDI. Pp. 247;

Lages, M. F. & Policarpo, V. (2003). *Atitudes e valores Perante a Imigração*, Lisboa: ACIME;

Machado, F. L. (2002). Guineenses no mercado de trabalho entre a homogeneidade e a diferença. *Cadernos sociedade e trabalho*. 2. Pp.13-24;

Machado, F. L., et.al. (2003). *Etnicidade e sociedade dos Guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta Editora, pp. 131-142;

Malheiros, J.M. (1996). *Imigrantes na Região de Lisboa. Os Anos de Mudança*. Lisboa: Colibri. p. 137-160;

Malheiros, J.M. (2002). Nova imigração e Desenvolvimento Regional, Situação atual e oportunidade para as regiões Portuguesas. *Caderno sociedade e trabalho*. nº 2. pp 69-87;

Malheiros, J.M. (2007), *Segurança social o futuro hipotecado Lisboa*: Fundação Francisco Manuel Santos;

Malheiros, J. M., & Raposo, I. (2002). *A comunidade de imigrantes em Portugal*. Lisboa: ACIDI.

Marques, M., et. al (2002). *Empresários de origem imigrante em Portugal, Imigração e Mercado de Trabalho*, Caderno Sociedade e Trabalho: II pp. 131-147;

McConahay, J. B., et.al. (1986). *Modern racism, ambivalence and the modern racism scale in: prejudice discrimination and racism*. California: Academic Press;

Medeiros, C. A. (2005). *Geografia de Portugal. Sociedade, paisagens e Cidades*. Lisboa: Círculo de Leitores;

Mertens, R., Pettigrew, T. & Vala, J. (1999), *Será o racismo subtil mesmo racismo? Novos Racismos*, Oeiras: Celta Editora;

Milagre & Tiago (2001). *Integração dos filhos de imigrantes no sistema educativo*. Lisboa: ACIDI. p. 53.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade e Segurança Social (2007), *Estatística da Segurança Social, Instituto de Informática, Lisboa*: MTSS;

Ministério Público (1999). Ciganos em privação de Liberdade. *Revista do Ministério Público*. Nº 77. Pp.59-88;

Moreira, A. & Venâncio, J. C. (2000). *Luso tropicalismo uma teoria social em questão*. Lisboa: Vega;

Movimento SOS Racismo (2002). *Movimentos e Culturas em Portugal*. Lisboa: Movimento SOS Racismo. pp. 157-178; 250-287;

Neves, A. (2002). Lei da nacionalidade. In Movimento SOS Racismo (eds.) *Movimentos humanos e culturas em Portugal*. Lisboa: Movimento SOS Racismo pp.212-230;

OIM (2003). *Respostas e medidas no âmbito de saúde vários esforços conjugar a presença e a terapia in revistas África hoje*: Lisboa ACIDI;

Oliveira, C., et.al. (2008) *Revistas Migrações Número Temático Empreendedorismo Imigrante*. nº 3. Lisboa: ACIDI;

Oliveira, C. & Pires, C. (2010). *Imigração e Sinistralidade Laboral 2005-2008*. Lisboa: ACIDI. p. 64-78; 87;

Peixoto, J. (1994). *Os Movimentos Inter-regionais em Portugal nos anos 80 análise dos dados censitários*. Lisboa: INE Gabinete de Estudos Demográficos;

Peixoto, J. (2008), *Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: Investigação e tendências recentes*. In Peixoto, João, (org.). *Revistas Migrações. Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho*. Nº 2. Lisboa: ACIDI. pp. 73-94.

Peixoto, J., et.al. (2011a). *Os Imigrantes e Segurança Social*. Lisboa pp35-193;

Peixoto, J., et.al. (2011b). *O imigrante em situação de Desemprego em Portugal*. Lisboa: ACIDI. Pp.64-80;

Peixoto, J., et.al. (2011c), *Crise Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: Retorno Regulação ou resistência?* Cascais: Principia/ Fundação Calouste Gulbenkian;

Peixoto, J., et.al. (2009). *A Demografia da População Imigrante em Portugal, Percurso de Interculturalidade*, (vol.2), Lisboa: ACIDI e Centro de Estudos Povos e Cultura de Expressão português (CEPCEP), pp.7-47;

Pereira, C. (1996). *Migrações, Desenvolvimento e Dinamização Social*. Porto: FLUP. Pp 63-102;

Pereira, M., et.al. (2005). *Geografia de Portugal. Sociedade, Paisagens e Cidades*. Lisboa: Círculo de Leitores;

Pettigrew, T. F. (1998), *Reactions toward the new minorities of Western Europe annual Review of Sociology* 24. Pp. 77-103;

Pettigrew, T. F., et.al. (1995) *Subtle and blatant prejudice in Western Europe Journal of Social psychology*, vol. 25. Pp.57-75;

Pettigrew, T. F., et.al. (1999). *A sistematização dos preditores do racismo, uma perspectiva empírica, novo racismo*. Oeiras: Celta Edições;

Pinho, J. C. & Pereira, J. A. C. (2008). *Direitos de Estrangeiros Entrada e Permanência Saída e Afastamento*. Coimbra Editora;

Pires, R. P. (2003), *Migrações e Integração, Teoria e aplicações á Sociedade Portuguesa*, Oeiras: Celta Edições;

Pires, R. P., et.al. (coord.) (2010). *Portugal Atlas das Migrações Internacionais*. Lisboa: Tinta-da-china e Fundação Calouste Gulbenkian;

Pires, S. (2004), *O terceiro setor imigrante e as associações de imigrantes do Leste Europeu em Portugal*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, oficina do CES nº 204;

Raposo, I. (2002). *Habitação o Pecado Mora ao Lado*. Lisboa: ACIDI pp. 396-400.

Rosa, A. (2005). *Multiculturalidade e Educação*. Lisboa: Movimento SOS Racismo;

Rosa, A., et.al. (2002). *A imigração em Portugal os movimentos humanos e culturais em Portugal*. Lisboa: Movimento SOS Racismo. pp. 35-341;

Resolução do Conselho de Ministros (1996), nº 157 Lisboa;

Sabino, C. A., et.al. (2010). *The making of policies of policies immigration. Portugal socius working papers*. Nº 2/2010;

SASSEN, S. (2003). *Será este o caminho?* EURIZONE: Publicado (04-06-2004);

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF] (1999), Lisboa. (<http://www.sef/estatísticas.html>);

Silva, P. D. (2005). *A Protecção Social da população imigrante – Quadro legal. Estudo Comparado e Propostas de reforço*. Lisboa: ACIME;

Silva, P. D. (2015), *A proteção da população imigrante* Quadro Legal Estudos comparados e propostas de reforço, Lisboa: ACIME;

Stoer, S. R & Cortesão, L. (1999). *Programa de Educação Multiculturais. Levantado a Pedra*. Porto: Edições Afrontamento;

Vala, J., et.al. (1999a). *O racismo flagrante e o racismo subtil em Portugal. Novos racismos*. Oeiras: Celta Edições.

Vala, J., et.al. (1999b). *Expressões do racismo em Portugal, perspectiva Psicológica*, Lisboa: ICS/ Universidade de Lisboa;

Vala, J., et.al. (2003a). *Valores sociais, preconceitos e solidariedade relativamente a grupos racionalizados e imigrantes. Mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: ICS/EVS;

Vala, J., et.al. (2003b), *Simetrias e identidades, jovens negros em Portugal*, Oeiras: Celta Edições;

Valente, R. M. J., et.al. (2003). *A Imigração e a Demografia Portuguesa*. Lisboa: ACIME. pp 10-50;

Valente, R. M. J., et.al. (2004). *Contributo dos imigrantes na Demografia Portuguesa. O Papel da População de Nacionalidade Estrangeira*. Porto: ACIME;

Valente, R. M. J., Hugo, R. S., & Santos, T., (2005). *Contributo dos imigrantes na Demografia Portuguesa. O Papel da População de Nacionalidade Estrangeira*. Lisboa: ACIME. p. 68-119;

Vitorino, A. (2007). *Imigração oportunidade ou ameaça? Introdução aos Relatórios dos workshops realizados no âmbito do Fórum Gulbenkian Imigração* Lisboa/ Estoril: Fundação Calouste Gulbenkian, Principia pp. 17-43;

<http://Europa.UE/scadplus/leg/pt/cha/c10521.htm>

[Www.DN. PT/inicio/economia/interioraspexid=1576368](http://www.dn.pt/inicio/economia/interioraspexid=1576368)

<http://www.dn.pt/economia/interior/portugal-esta-a-perder-imigrantes-com-a-crise-1576368.html>

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Ange, 11
Backstrom, 49, 50
Baganha, 34
Bastos, 41
Chicharo, 39
CICDR
 Comunicação para a Igualdade
Contra a Discriminação Racial, 26, 27
Comissão Europeia, 33, 34
Corrêa, 31
Cortesão, 53
Cruz, 44, Dias, 16, 17, 18, 36, 72
Dovídio, 43
Ferreira, 18
Gaertner, 43
Góis, 14, 15, 16, 17, 21, 22
IGT
 Inspeção Geral do Trabalho, 20, 22, 23
INE
 Instituto Nacional de Estatística, 27, 28
 Instituto Nacional de Estatística, 34, 35, 36, 37
Koff, 11
Lages, 11, 16, 18, 19, 20, 21, 35, 38
Leite, 54
Malheiros, 43, 59, 60
McConahay, 43
Medeiros, 36
Meertens, 43
Mertens, 43
Milagre, 55
Movimento SOS Racismo, 12, 21, 22, 34, 35, 38, 39, 43, 45, 47, 48, 55, 57
Observatório para a Imigração, 19, 29
OIT
 Organização Internacional do Trabalho, 25
Oliveira, 24, 25, 26, 30
Peixoto, 16, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 40
Pereira, 17, 18
Pettigrew, 43
Pires, 24, 25, 26, 30
Policarpo, 21
Raposo, 59, 60
Rosa, 53, 54, 55
Silva
 Pedro, 31
SOS Racismo, 36
Stoer, 53
Tiago, 55
Valente, 34
Vasconcelos, 43
White, 11

ANEXOS

Anexo 1

Tabela 4. Número de Acidentes não Mortais de Estrangeiros por atividade económicas 2003-2007

Ano	2003		2004		2005		2006		2007		Taxa de Mudança %
Atividades Económicas	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	2003/2007
Agricultura/Silvicultura	324	3,0	321	2,7	291	2,6	375	3,2	400	3,2	23,8
Pesca	85	0,8	79	0,7	59	0,5	30	0,3	40	0,3	-52,9
Indústrias Extrativas	105	1,0	148	1,2	139	1,2	99	0,9	74	0,6	-29,5
Indústria Transformadora	3076	28,8	3117	26,1	2682	23,8	2757	23,8	2708	21,7	-12,0
Produto. Distribuição. Eletricidade Gaz; Água	18	0,2	12	0,1	9	0,1	26	0,2	42	0,3	1,33
Construção	2974	27,8	3117	26,1	2682	23,9	2757	23,8	2708	21,7	-12,0
Comércio grosso e retalho. Veículos automóveis e bens de uso pessoal. Doméstico	1140	10,7	1350	11,3	1110	23,9	2757	23,8	2708	21,7	-12,0
Alojamento, Restauração	644	6,0	938	7,9	896	8,0	967	8,3	1066	8,5	65,5
Transporte e Comunicação	299	2,8	344	2,9	409	3,6	357	3,1	491	3,9	64,2
Setor imobiliário; Aluguer e Serviços prestados as Empresas	1329	12,4	1665	13,9	1699	15,1	1726	14,9	1984	15,9	49,3
Ad. Pública; Defesa; Segurança Social	36	0,3	61	0,5	76	0,7	69	0,6	68	0,5	47,8

Educação	46	0,4	66	0,6	60	0,5	75	0,6	102	0,8	183,3
Saúde e ação social	222	22,0	309	2,6	304	2,7	390	34,0	317	2,5	42,8
Outras atividades. Socorro e pessoais	272	2,5	282	2,4	286	2,5	313	2,7	690	5,5	153,7
Empregados Domésticos	36	0,3	52	0,4	72	0,6	31	0,3	36	0,3	0,0
Org. internacionais e Instituições extra territorial	3	0,7	52	0,4	60	0,5	33	0,3	1	0,0	-98,7
C A ignorada	78	0,7	52	0,4	60	0,5	33	0,3	1	0,0	-98,7
Total	10697	100	11940	100	11223	100	11601	100	12489	100	16,8

Fontes: Estatística GEP/MTSS Imigração e sinistralidade laboral não mortal 2003-2007.

Tabela 5. Remuneração Média de Imigrantes por Nacionalidade 2000-2005

Nacionalidades	2000	2005	Taxa de Mudança %
Angola	615,08 €	625,26 €	1,7
Brasil	867,26 €	608,72 €	-29,8
Cabo Verde	457,97 €	507,86 €	10,9
Guiné Bissau	432,36 €	510,51 €	18,1
Moçambique	732,28 €	930,69 €	27,1
São Tomé e Príncipe	431,78 €	513,12 €	18,8
Alemanha	1.248,75 €	1.610,57 €	26,4
Canadá	802,49 €	1.018,88 €	27,0
China	370,73 €	416,36 €	12,3
Espanha	1.248,75 €	1.501,61 €	6,0
E.U.A	1.274,53 €	3.460,69 €	27,1
Índia	427,05 €	470,34 €	10,1
Suíça	1.248,75 €	3.460,5 €	17,1
R. Moldava	417,03 €	494,97 €	18,5
Rússia	711,31 €	572,70 €	-19,5
Ucrânia	392,97 €	470,34 €	21,4
Paquistão	407,03 €	463,326 €	13,8

Fontes: GEP/MTSS Estatísticas Imigração e sinistralidade 2000-2005

Anexo 2

Assembleia da República **Lei n.º 17/96 de 24 de Maio** *Estabelece um processo de regularização extraordinária da situação dos imigrantes clandestinos* A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), 168.º, n.º 1, alíneas b), c) e d), e 169.º, n.º 3, da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Objecto e âmbito

Artigo 1.º

Objecto

1 - A presente lei estabelece um processo de regularização extraordinária da situação de cidadãos originários de países de língua oficial portuguesa que se encontrem a residir em território nacional sem a necessária autorização legal.

2 - O regime estabelecido na presente lei é extensivo, nas condições previstas no artigo seguinte, aos demais cidadãos estrangeiros não comunitários ou equiparados que se encontrem a residir em território nacional sem autorização legal.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1 - Podem requerer a regularização extraordinária, nos termos da presente lei:

- a) Os cidadãos originários de países de língua oficial portuguesa que tenham entrado no território nacional até 31 de Dezembro de 1995 e nele tenham residido continuamente e disponham de condições económicas mínimas para assegurarem a subsistência, designadamente pelo exercício de uma actividade profissional remunerada;
- b) Os cidadãos originários de países de língua portuguesa cuja entrada no País tenha ocorrido em data anterior a 1 de Junho de 1986 e obedeçam às condições previstas no n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 212/92, de 12 de Outubro;
- c) Os demais cidadãos estrangeiros não comunitários ou equiparados que tenham entrado no País até 25 de Março de 1995 e nele tenham residido continuamente e disponham de condições económicas

mínimas para assegurarem a subsistência, designadamente pelo exercício de uma actividade profissional remunerada.

2 - Considera-se que há residência continuada em território nacional quando o cidadão estrangeiro nele permaneceu ininterruptamente ou apenas se ausentou por períodos de curta duração para prestar assistência à família, gozar férias ou por outro motivo socialmente relevante.

Decreto-Lei n.º 43/2013, de 1 de abril

O Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, aprovou o Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, o qual foi adaptado aos princípios e normas que enformam a Lei n.º 37/81, de 3 de outubro - Lei da Nacionalidade -, revista pela Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril, tendo-se simplificado procedimentos relativos aos pedidos de nacionalidade e ao respetivo registo, de forma a tornar mais fácil para os cidadãos o exercício dos seus direitos.

Tendo em conta as tendências recentes da alteração dos movimentos migratórios e atenta a experiência adquirida durante os últimos anos, que aconselha a introdução de ajustamentos ao modelo de realização da aferição do conhecimento da língua portuguesa, no âmbito do processo de aquisição da nacionalidade, torna-se necessário alterar o artigo 25.º do aludido Regulamento da Nacionalidade Portuguesa.

O presente diploma vem, assim, modificar os procedimentos inerentes à prova do conhecimento da língua portuguesa, de modo a garantir maior rigor e transparência na sua verificação.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma procede à primeira alteração ao Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro.

Artigo 2.º Alteração ao Regulamento da Nacionalidade Portuguesa

O artigo 25.º do Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 25.º

[...]

1 - [...].

2 - O conhecimento da língua portuguesa pode ser comprovado por uma das seguintes formas:

a) Certificado de habilitação emitido por estabelecimento de ensino público, particular ou cooperativo reconhecido nos termos legais, desde que o seu detentor tenha frequentado com aproveitamento a unidade curricular/disciplina de Português. pelo menos

em dois anos letivos;

b) Certificado de aprovação em prova de língua portuguesa realizada em estabelecimentos de ensino da rede pública, quando efetuada em território nacional, ou em locais acreditados pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., quando realizada no estrangeiro, devendo a regulamentação desta prova, bem como o respetivo controlo, constar de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros, da administração interna, da justiça e da educação;

c) Certificado em língua portuguesa como língua estrangeira, emitido mediante a realização de teste em centro de avaliação de português, como língua estrangeira, reconhecido pelo Ministério da Educação e Ciência, mediante protocolo;

d) Certificado de qualificações que ateste a conclusão do nível A2 ou superior, emitido por estabelecimento de ensino público, centros de emprego e formação e centros protocolares do IEFP - Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.), ao abrigo da Portaria n.º 1262/2009, de 15 de outubro, alterada pela Portaria n.º 216-B/2012, de 18 de julho.

3 - Pela realização da prova de língua portuguesa prevista na alínea b) do n.º 2 é exigido o pagamento de taxa, nos termos a fixar pela portaria prevista na referida alínea.

4 - Os candidatos à prova de língua portuguesa prevista na alínea b) do n.º 2 não podem ter idade inferior à idade legal exigida para a conclusão da escolaridade obrigatória, à data da realização da prova.

5 - Tratando-se de menor que não tenha concluído o 1.º ciclo do ensino básico em estabelecimento de ensino com currículo português, o conhecimento suficiente da língua portuguesa pode ser comprovado mediante declaração emitida por estabelecimento de educação ou ensino de português, frequentado pelo menor.

6 - Tratando-se de pessoas com graves problemas de saúde ou com deficiências com grau de incapacidade devidamente comprovada por atestado médico multiuso passado nos termos da legislação portuguesa, ou de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos que não saibam ler ou escrever, a prova do conhecimento da língua portuguesa deve ser adequada à sua capacidade para demonstrar conhecimentos desta língua.

7 - Tratando-se de pessoa que tenha frequentado estabelecimento de ensino público ou de ensino particular ou cooperativo reconhecido nos termos legais em país de língua oficial portuguesa, o conhecimento da língua portuguesa pode ser comprovado por certificado de habilitação emitido por esse estabelecimento de ensino.

8 - Havendo dúvida sobre a suficiência do certificado apresentado para comprovar o conhecimento da língua portuguesa, a Conservatória dos Registos Centrais pode solicitar às autoridades competentes do Ministério da Educação e Ciência que se pronunciem, sob pena de, não sendo considerado suficiente, não poder valer como prova do conhecimento.»

Artigo 3.º Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.·
Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 31 de janeiro de 2013. - Pedro Passos Coelho - Paulo Sacadura Cabral Portas - Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva - Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz - Nuno Paulo de Sousa Arrobas Crato - Luís Pedro

Russo da Mota Soares.

Promulgado em 20 de março de 2013.

Publique-se. O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Referendado em 22 de março de 2013.

O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho.

Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional Lei 29/2012, de 9 de agosto. Primeira alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprovou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Despacho n.º1661-A/2013, de 28 de janeiro. Alteração ao despacho n.º11820-A/2012, de 4 de setembro de 2012. Despacho n.º 11820-A/2012. Define as condições para a aplicação do regime especial de autorização de residência para atividade de investimento em território nacional. Lei n.º23/2007 de 4 de Julho. A presente lei define as condições e procedimentos de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território português, bem como o estatuto de residente de longa duração.

Decreto Regulamentar 2/2013

Alteração ao Decreto-Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro, que Regulamenta a lei 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional.

Decreto-Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de Novembro . Regulamenta a lei 23/2007, de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional.

Portaria –Taxas. Portaria n.º 305-A/2012 Primeira alteração à tabela de taxas e demais encargos a cobrar pelos procedimentos administrativos previstos na Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, publicada em anexo à Portaria n.º 1334-E/2010, de 31 de dezembro.

Portaria n.º1334-E/2010

Fixa as taxas e os demais encargos devidos pelos procedimentos administrativos relacionados com a entrada e permanência de estrangeiros no País. *De acordo com o estabelecido pelo artigo 2º da Portaria n.º1334-E/2010, os valores das taxas previstas na tabela anexa à presente portaria são automaticamente actualizados, com arredondamento à casa decimal imediatamente seguinte, a partir de 1 de Março de cada ano, com base na variação do índice médio de preços no consumidor no continente relativo ao anterior, excluindo a habitação, e publicado pelo Instituto Nacional de*

Estatística.

Portaria n.º1334-E/2010 - Rectificação

Rectifica tabela de taxas a cobrar pelos procedimentos administrativos previstos na Lei n.º23/2007, de 4 de Julho.

Portaria n.º 1334-C/2010

Esta portaria visa definir os actos de secretaria e fixar os montantes das referidas taxas a praticar por todas as entidades tuteladas pelo Ministério da Administração Interna

Portaria - Meios de Subsistência

Portaria n.º 760/2009, de 16 Julho Adota medidas excepcionais quanto ao regime que fixa os meios de subsistência de que devem dispor os cidadãos estrangeiros para a entrada e permanência em território nacional.

Portaria 1563/2007 de 11 de Dezembro Define os meios de subsistência de que os cidadãos estrangeiros devem dispor para entrada, permanência ou residência em território nacional

5 outubro 2012

Entrada em vigor da Lei nº 29/2012, de 9 de agosto

Entra em vigor, esta segunda-feira, dia 8 de outubro, a Lei nº 29/2012, de 9 de agosto, publicada em Diário da República, 1.ª série, n.º 154, que constitui a primeira alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprovou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Entra em vigor, esta segunda-feira, dia 8 de outubro, a Lei nº 29/2012, de 9 de agosto, publicada em Diário da República, 1.ª série, n.º 154, que constitui a primeira alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprovou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

A Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto, implementa, a nível nacional, o Regulamento (CE) n.º 810/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho, que estabelece o Código Comunitário de Vistos, e transpõe cinco diretivas da União Europeia.

As cinco diretivas transpostas definem as normas e procedimentos comuns para o regresso de nacionais de países terceiros em situação irregular, estabelecem as condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente qualificado, prevêm as normas mínimas sobre sanções e medidas contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular, alargam o âmbito de

aplicação da Diretiva n.º 2003/109/CE, do Conselho, aos beneficiários de proteção internacional, e, por último, estabelecem um procedimento de pedido único de concessão de uma autorização única para os nacionais de países terceiros que residam e trabalhem num Estado membro.

Assim, assente no cumprimento de obrigações internacionais, na perspetiva de que a segurança nacional passa também pela eficácia no combate à imigração ilegal e aos crimes a ela associados e no princípio do reforço dos direitos dos imigrantes, destacam-se alterações nos seguintes aspetos:

- Criação de um novo tipo de autorização de residência denominado «Cartão Azul UE»;

Trata-se de um título específico para facilitar a entrada e residência em Portugal de trabalhadores nacionais de Estados terceiros altamente qualificados, por períodos superiores a 3 meses, constituindo um mecanismo favorável à mobilidade geográfica e profissional no âmbito da União Europeia, ao reagrupamento familiar, e à aquisição do estatuto de residente de longa duração;

- Estabelecimento de um regime específico para investidores estrangeiros: a Autorização de Residência para Atividade de Investimento (ARI);

O artigo 90.º -A prevê a concessão de uma autorização de residência a nacionais de Estados terceiros para efeitos do exercício de uma atividade de investimento, uma vez verificado o preenchimento de determinados requisitos. O n.º 3 do artigo 90.º -A enuncia as condições para a aplicação do regime especial previsto nesta norma, sendo estas condições definidas no despacho n.º 11820 -A/2012, de 3 de setembro, dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros e da administração interna;

- Alargamento do estatuto de residente de longa duração aos beneficiários de proteção internacional;

- Restrição aos limites à recusa de entrada e à decisão de expulsão, passando a não beneficiar daquele limite os cidadãos estrangeiros que tenham praticado crimes graves ou que constituam uma ameaça para a ordem pública e para a segurança nacional e a não renovação da autorização de residência a quem tenha sido condenado em pena que ultrapasse um ano de prisão. Refira-se que este regime relativo à não renovação da autorização de residência já resultava da anterior redação da alínea d) do n.º1 do artigo 78.º da Lei n.º23/2007, de 4 de julho, sendo certo que se estende agora aos casos em que

foi decretada, por autoridade judicial, a suspensão da execução da pena de prisão superior a um ano, no caso de condenação por crime doloso previsto na Lei de estrangeiros ou com ele conexo ou por crime de terrorismo, por criminalidade violenta ou por criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada.

- Aumento da moldura penal dos crimes de auxílio à imigração ilegal, angariação de mão-de-obra ilegal e casamento por conveniência, além de combater o lucro com a imigração ilegal.

Criminalização do emprego ilegal de cidadãos estrangeiros e otimização dos mecanismos de combate às situações de emprego ilegal de cidadãos nacionais de países terceiros na vertente do empregador. *(atualizado em 9 outubro 2012).*

Assembleia da República

Lei n.º 134/99 de 28 de Agosto *Proíbe as discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica*

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Objecto

A presente lei tem por objecto prevenir e proibir a discriminação racial sob todas as suas formas e sancionar a prática de actos que se traduzam na violação de quaisquer direitos fundamentais, ou na recusa ou condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais ou culturais, por quaisquer pessoas, em razão da sua pertença a determinada raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.

Artigo 2.º

Âmbito

A presente lei vincula todas as pessoas singulares e colectivas, públicas ou privadas.

Artigo 3.º

Discriminação racial

1 - Entende-se por discriminação racial qualquer distinção, exclusão, restrição ou

preferência em função da raça, cor, ascendência, origem nacional ou étnica, que tenha por objectivo ou produza como resultado a anulação ou restrição do reconhecimento, fruição ou exercício, em condições de igualdade, de direitos, liberdades e garantias ou de direitos económicos, sociais e culturais.

2 - O disposto na presente lei não prejudica a vigência e aplicação das disposições de natureza legislativa, regulamentar ou administrativa, que beneficiem certos grupos desfavorecidos com o objectivo de garantir o exercício, em condições de igualdade, dos direitos nele referidos.

3 - O disposto na presente lei não prejudica igualmente a vigência e aplicação das disposições que restrinjam o reconhecimento de certos direitos a determinadas pessoas, com fundamento na Constituição, na lei ou em convenções internacionais regularmente ratificadas pelo Estado Português.

CAPÍTULO II

Práticas discriminatórias

Artigo 4.º

Práticas discriminatórias

1 - Consideram-se práticas discriminatórias as acções ou omissões que, em razão da pertença de qualquer pessoa a determinada raça, cor, nacionalidade ou origem étnica, violem o princípio da igualdade, designadamente:

- a) A adopção de procedimento, medida ou critério, directamente pela entidade empregadora ou através de instruções dadas aos seus trabalhadores ou a agência de emprego, que subordine a factores de natureza racial a oferta de emprego, a cessação de contrato de trabalho ou a recusa de contratação;
- b) A produção ou difusão de anúncios de ofertas de emprego, ou outras formas de publicidade ligada à pré-selecção ou ao recrutamento, que contenham, directa ou indirectamente, qualquer especificação ou preferência baseada em factores de discriminação racial;
- c) A recusa de fornecimento ou impedimento de fruição de bens ou serviços, por parte de qualquer pessoa singular ou colectiva;
- d) O impedimento ou limitação ao acesso e exercício normal de uma actividade económica por qualquer pessoa singular ou colectiva;
- e) A recusa ou condicionamento de venda, arrendamento ou subarrendamento de imóveis;
- f) A recusa de acesso a locais públicos ou abertos ao público;
- g) A recusa ou limitação de acesso aos cuidados de saúde prestados em estabelecimentos de saúde públicos ou privados;

- h) A recusa ou limitação de acesso a estabelecimento de ensino público ou privado;
- i) A constituição de turmas ou a adopção de outras medidas de organização interna nos estabelecimentos de ensino público ou privado, segundo critérios de discriminação racial, salvo se tais critérios forem justificados pelos objectivos referidos no n.º 2 do artigo 3.º;
- j) A adopção de prática ou medida por parte de qualquer órgão, funcionário ou agente da administração directa ou indirecta do Estado, das Regiões Autónomas ou das autarquias locais, que condicione ou limite a prática do exercício de qualquer direito;
- l) A adopção por entidade empregadora de prática que no âmbito da relação laboral discrimine um trabalhador ao seu serviço;
- m) A adopção de acto em que, publicamente ou com intenção de ampla divulgação, pessoa singular ou colectiva emita uma declaração ou transmita uma informação em virtude da qual um grupo de pessoas seja ameaçado, insultado ou aviltado por motivos de discriminação racial.

2 - É proibido despedir, aplicar sanções ou prejudicar por qualquer outro meio o trabalhador por motivo do exercício de direito ou de acção judicial contra prática discriminatória.

CAPÍTULO III

Órgãos competentes

Artigo 5.º

Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial

1 - A aplicação da presente lei será acompanhada por uma Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial, a criar junto da estrutura governamental responsável pela imigração e minorias étnicas.

2 - Compete especialmente à Comissão referida no número anterior:

- a) Aprovar o seu regulamento interno;
- b) Recolher toda a informação relativa à prática de actos discriminatórios e à aplicação das respectivas sanções;
- c) Recomendar a adopção das medidas legislativas, regulamentares e administrativas que considere adequadas para prevenir a prática de discriminações por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica;
- d) Promover a realização de estudos e trabalhos de investigação sobre a problemática da discriminação racial;
- e) Tornar públicos, por todos os meios ao seu alcance, casos de efectiva violação da presente lei;
- f) Elaborar e publicitar um relatório anual sobre a situação da igualdade e da discriminação

racial em Portugal.

Artigo 6.º

Composição

A Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial é constituída pelas seguintes entidades:

- a) O Alto-Comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas, que preside;
- b) Dois representantes eleitos pela Assembleia da República;
- c) Dois representantes do Governo, a designar pelos departamentos governamentais responsáveis pelo emprego, solidariedade e segurança social e pela educação;
- d) Dois representantes das associações de imigrantes;
- e) Dois representantes das associações anti-racistas;
- f) Dois representantes das centrais sindicais;
- g) Dois representantes das associações patronais;
- h) Dois representantes das associações de defesa dos direitos humanos;
- i) Três personalidades a designar pelos restantes membros.

Artigo 7.º

Funcionamento

1 - Compete ao Governo dotar a Comissão com os meios necessários ao seu funcionamento.

2 - A Comissão dispõe de uma comissão permanente, composta pelo presidente e por dois membros eleitos pelos restantes.

3 - A Comissão reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que convocada pelo presidente, ouvida a comissão permanente.

Artigo 8.º

Dever de cooperação. todas as entidades públicas têm o dever de cooperar com a Comissão na prossecução das suas actividades, nomeadamente fornecendo-lhe os dados que esta solicite com vista à elaboração do seu relatório anual.

CAPÍTULO IV

Regime sancionatório

Artigo 9.º

Regime sancionatório

1 - A prática de qualquer acto discriminatório referido no capítulo II da presente lei por pessoa singular constitui contra-ordenação punível com coima graduada entre uma e

cinco vezes o valor mais elevado do salário mínimo nacional mensal, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil ou da aplicação de outra sanção que ao caso couber.

2 - A prática de qualquer acto discriminatório referido no capítulo II da presente lei por pessoa colectiva de direito privado constitui contra-ordenação punível com coima graduada entre duas e dez vezes o valor mais elevado do salário mínimo nacional mensal, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil ou da aplicação de outra sanção que ao caso couber.

3 - Em caso de reincidência, os limites mínimo e máximo são elevados para o dobro.

Artigo 10.º

Pena acessória

Sem prejuízo das demais sanções que ao caso couberem, relativamente aos actos discriminatórios previstos na presente lei, o juiz pode, com carácter acessório, aplicar ainda as seguintes penas:

- a) A publicidade da decisão;
- b) A advertência ou censura públicas dos autores da prática discriminatória.

Artigo 11.º

Concurso de infracções

1 - Se o mesmo facto constituir, simultaneamente, ilícito penal e contra-ordenação, o agente é punido sempre a título penal.

2 - As sanções aplicadas às contra-ordenações em concurso são sempre cumuladas materialmente.

Artigo 12.º

Omissão de dever

Sempre que a contra-ordenação resulte da omissão de um dever, a aplicação da sanção e o pagamento da coima não dispensam o infractor do seu cumprimento, se este ainda for possível.

Artigo 13.º

Interpretação e integração

Os preceitos da presente lei devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais e a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

Artigo 14.º

Regime financeiro

As disposições da presente lei com implicações financeiras entram em vigor com o Orçamento do Estado para o ano 2000, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 167.º da Constituição.

Artigo 15.º

Regulamentação

Compete ao Governo, no âmbito da regulamentação da presente lei, tomar as medidas necessárias para a instituição da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial e definir as entidades administrativas competentes para a aplicação das coimas pela prática dos actos discriminatórios referidos no capítulo II, no prazo de 120 dias após a sua entrada em vigor.

Aprovada em 1 de Julho de 1999.

O Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos.

Promulgada em 13 de Agosto de 1999.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 18 de Agosto de 1999.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

Lei n.º 18/2004, de 11 de Maio

Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/43/CE, do Conselho, de 29 de Junho, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica, e tem por objetivo estabelecer um quadro jurídico para o combate à discriminação baseada em motivos de origem racial ou étnica.

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

Objeto

A presente lei transpõe, parcialmente, para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2000/43/CE, do Conselho, de 29 de Junho, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica, e tem por objectivo estabelecer um quadro jurídico para o combate à discriminação baseada em motivos de origem racial ou étnica.

Artigo 2.º

Âmbito

1 - A presente lei é aplicável, tanto no sector público como no privado:

- a) À proteção social, incluindo a segurança social e os cuidados de saúde;
- b) Aos benefícios sociais;
- c) À educação;
- d) Ao acesso e fornecimento de bens e prestação de serviços postos à disposição do público, incluindo a habitação.

2 - A matéria relativa à não discriminação no contrato de trabalho, nos contratos equiparados e na relação jurídica de emprego público, independentemente de conferir qualidade de funcionário ou agente da Administração Pública, é regulada em diploma próprio.

3 - A aplicação da presente lei não prejudica as diferenças de tratamento baseadas na nacionalidade ou nas disposições e condições que regulam a entrada e residência de nacionais de países terceiros e de apátridas no território nacional nem qualquer tratamento que decorra do respetivo estatuto jurídico.

Artigo 3.º

Definições

1 - Para efeitos da presente lei, entende-se por princípio da igualdade de tratamento a ausência de qualquer discriminação, directa ou indirecta, em razão da origem racial ou étnica.

2 - Consideram-se práticas discriminatórias as acções ou omissões que, em razão da pertença de qualquer pessoa a determinada raça, cor, nacionalidade ou origem étnica, violem o princípio da igualdade, designadamente:

- a) A recusa de fornecimento ou impedimento de fruição de bens ou serviços;
- b) O impedimento ou limitação ao acesso e exercício normal de uma actividade económica;
- c) A recusa ou condicionamento de venda, arrendamento ou subarrendamento de imóveis;
- d) A recusa de acesso a locais públicos ou abertos ao público;
- e) A recusa ou limitação de acesso aos cuidados de saúde prestados em estabelecimentos de saúde públicos ou privados;
- f) A recusa ou limitação de acesso a estabelecimento de educação ou ensino público ou privado;
- g) A constituição de turmas ou a adoção de outras medidas de organização interna nos estabelecimentos de educação ou ensino, públicos ou privados, segundo critérios de

discriminação racial, salvo se tais critérios forem justificados pelos objetivos referidos no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto;

h) A adoção de prática ou medida, por parte de qualquer órgão, funcionário ou agente da administração direta ou indireta do Estado, das Regiões autónomas ou das autarquias locais, que condicione ou limite o exercício de qualquer direito;

i) A adoção de ato em que, publicamente ou com intenção de ampla divulgação, pessoa singular ou coletiva emita uma declaração ou transmita uma informação em virtude da qual um grupo de pessoas seja ameaçado, insultado ou aviltado por motivos de discriminação racial.

3 - Para os efeitos do n.º 1:

a) Considera-se que existe discriminação direta sempre que, em razão da origem racial ou étnica, uma pessoa seja objeto de tratamento menos favorável do que aquele que é, tenha sido ou possa vir a ser dado a outra pessoa em situação comparável;

b) Considera-se que existe discriminação indireta sempre que disposição, critério ou prática, aparentemente neutro, coloque pessoas de uma dada origem racial ou étnica numa situação de desvantagem comparativamente com outras pessoas;

c) Não se considera discriminação o comportamento baseado num dos fatores indicados nas alíneas anteriores, sempre que, em virtude da natureza das atividades em causa ou do contexto da sua execução, esse fator constitua um requisito justificável e determinante para o seu exercício, devendo o objetivo ser legítimo e o requisito proporcional.

4 - O assédio é considerado discriminação na aceção do n.º 1 sempre que ocorrer um comportamento indesejado relacionado com a origem racial ou étnica, com o objetivo ou o efeito de afetar a dignidade da pessoa ou de criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.

5 - Uma instrução no sentido de discriminar pessoas com base na origem racial ou étnica é considerada discriminação na aceção do n.º 1. Artigo 4.º

Níveis mínimos de proteção: A presente lei consagra os níveis mínimos de proteção e não prejudica as disposições mais favoráveis estabelecidas noutra legislação, devendo prevalecer o regime que melhor garanta o princípio da igualdade de tratamento e da não discriminação.

Artigo 5.º Tutela de direitos:

As associações que, de acordo com o respetivo estatuto, tenham por fim a defesa da não discriminação baseada em motivos de origem racial ou étnica têm legitimidade para intervir, em representação ou em apoio do interessado e com a aprovação deste, nos respetivos processos jurisdicionais.

Artigo 6.º

Ónus da prova

1 - Cabe a quem alegar ter sofrido uma discriminação fundamentá-la, apresentando elementos de facto suscetíveis de a indiciarem, incumbindo à outra parte provar que as diferenças de tratamento não assentam em nenhum dos fatores indicados no

artigo 3.º

2 - O disposto no n.º 1 não se aplica ao processo penal nem às ações em que a averiguação dos factos incumbe ao tribunal ou a outra instância competente, nos termos da lei.

3 - O disposto nos números anteriores aplica-se igualmente às ações intentadas nos termos do artigo 5.º

Artigo 7.º

Proteção contra atos de retaliação É nulo o ato retaliatório que implique tratamento ou consequências desfavoráveis contra qualquer pessoa por causa do exercício do direito de queixa ou de acção em defesa do princípio da igualdade de tratamento.

Artigo 8.º

Promoção da igualdade

1 - Compete, nos termos do Decreto-Lei n.º 251/2002, de 22 de Novembro, ao Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas a promoção da igualdade de tratamento entre todas as pessoas, sem qualquer discriminação por motivo de origem racial ou étnica.

2 - Compete, ainda, ao Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas: a) Promover, através do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração, o diálogo entre os parceiros sociais nestes representados, tendo em vista a promoção da igualdade de tratamento, sem prejuízo da intervenção própria de outras entidades a quem incumba o diálogo social; b) Promover, através do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração, o diálogo com as organizações não governamentais cujos fins se inscrevam no âmbito do combate à discriminação por razões raciais ou étnicas;

c) Propor, através da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial, medidas normativas que visem suprimir disposições legislativas, regulamentares e administrativas contrárias ao princípio da igualdade de tratamento;

d) Prestar às vítimas de discriminação o apoio e a informação necessários para a defesa dos seus direitos.

3 - O disposto nos números anteriores não prejudica o direito de intervenção das entidades referidas no artigo 5.º

Artigo 9.º

Dever de comunicação

Todas as entidades públicas que tomem conhecimento de disposições que se integrem na previsão do n.º 1 do artigo 3.º devem informar desse facto a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial.

Artigo 10.º

Contraordenações

1 - A prática de qualquer dos atos discriminatórios previstos no artigo 3.º por pessoa singular, constitui contraordenação punível com coima graduada entre uma e cinco vezes o valor mais elevado do salário mínimo nacional mensal, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil ou da aplicação de outra sanção que ao caso couber.

2 - A prática de qualquer dos atos discriminatórios previstos no artigo 3.º por pessoa coletiva de direito público ou privado constitui contraordenação punível com coima graduada entre duas e dez vezes o valor mais elevado do salário mínimo nacional mensal, sem prejuízo da responsabilidade civil ou da aplicação de outra sanção que ao caso couber

3 - Em caso de reincidência, os limites mínimo e máximo são elevados para o dobro.

4 - A tentativa e a negligência são puníveis.

5 - Sempre que a contra-ordenação resulte da omissão de um dever, a aplicação da sanção e o pagamento da coima não dispensam o infrator do seu cumprimento, se este ainda for possível.

Artigo 11.º

Sanções acessórias

1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto, podem ainda ser determinadas as seguintes sanções acessórias, em função da gravidade da infração e da culpa do agente:

- a) Perda de objetos pertencentes ao agente;
- b) Interdição do exercício de atividades que dependa de título público ou de autorização ou homologação de autoridade pública;
- c) Privação do direito a subsídio ou benefício outorgado por entidades ou serviços públicos;
- d) Privação do direito de participar em feiras ou mercados;
- e) Privação do direito de participar em arrematações ou concursos públicos que tenham por objeto a empreitada ou a concessão de obras públicas, o fornecimento de bens e serviços públicos e a atribuição de licenças ou alvarás;

f) Encerramento de estabelecimento cujo funcionamento esteja sujeito a autorização ou licença de autoridade administrativa;

g) Suspensão de autorizações, licenças e alvarás.

2 - As sanções referidas nas alíneas, b) a g) do número anterior têm a duração máxima de dois anos contados a partir da decisão condenatória definitiva.

Artigo 12.º

Competência

São competentes para tomar conhecimento de facto suscetível de ser considerado Contraordenação as seguintes entidades:

a) Membro do Governo que tenha a seu cargo a área da igualdade e das minorias étnicas;

b) Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas;

c) Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial;

d) Inspeção-geral competente em razão da matéria.

2 - Logo que tomem conhecimento de facto suscetível de ser considerado contra ordenação, as entidades mencionadas nas alíneas a), b) e c) do número anterior

Enviam o processo para a inspeção-geral mencionada na alínea d) do mesmo número, a qual procede à sua instrução.

Artigo 13.º

Aplicação das coimas

1 - Instruído o processo, o mesmo é enviado à Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial, acompanhado do respetivo relatório final.

2 - A definição da medida das sanções e a aplicação das coimas e das sanções Acessórias, correspondentes é da competência do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, ouvida a comissão permanente mencionada no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto. Artigo 14.º **Destino das coimas** O destino das coimas é o seguinte:

a) 60% para o Estado;

b) 10% para o Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas;

c) 30% para a entidade administrativa que instruiu o processo de contra-ordenação.

Artigo 15.º

Legislação subsidiária

1 - Aos processos de contra-ordenação por prática discriminatória aplica-se o disposto nos artigos 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 111/2000, de 4 de Julho.

2 - Em tudo o que não estiver regulado na presente lei são aplicáveis a Lei n.º 134/99, de 28 de Agosto, e o regime geral das contra-ordenações.

Artigo 16.º

Entrada em vigor: A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. Aprovada em 1 de Abril de 2004. O Presidente da Assembleia da República, *João Bosco Mota Amaral*. Promulgada em 26 de Abril de 2004. Publique-se. O Presidente da República, JORGE SAMPAIO. Referendada em 28 de Abril de 2004. O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*. Diário da República, 1.ª série — N.º 85 — 3 de Maio de 2007
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007 Apesar da evolução positiva que as políticas de acolhimento e integração de imigrantes têm registado nos últimos anos, Portugal não tem ainda um plano global, integrado e de largo espectro que sistematize os objetivos e os compromissos sectoriais do Estado português, para acolher e integrar os imigrantes que nos procuram. Tendo consciência de que as políticas de imigração serão, cada vez mais, marcadas pelo pilar da integração, devidamente articulado com o controle dos fluxos migratórios, e com a crescente atenção à ajuda ao desenvolvimento dos países de origem, pretende-se definir, para o próximo triénio, um roteiro de compromissos concretos, que afirme o Estado como o principal aliado da integração dos imigrantes.

Entendendo que a procura de níveis superiores de integração deve ser uma constante, quer numa perspetiva sectorial, designadamente nas áreas do trabalho, segurança social, habitação, saúde, educação e justiça, quer numa perspetiva transversal, no que toca às questões do racismo e discriminação, igualdade de género e cidadania, pretende-se desenvolver um ambicioso programa político que, prevendo uma atuação concertada de todos os ministérios, identifique as áreas de intervenção específica de cada um. O Plano para a Integração dos Imigrantes, elaborado a partir de um trabalho conjunto de todos os ministérios, com contributos das organizações da sociedade civil recolhidos durante um período de discussão pública, resultou num documento que espelha as sensibilidades da sociedade portuguesa. Tendo como objetivo um salto qualitativo e eficaz nas políticas de acolhimento e integração dos imigrantes pretende-se dinamizar, com as diferentes estruturas quer do Estado quer da sociedade civil, um trabalho conjunto para um Portugal mais solidário e inclusivo. Na verdade, ainda que, no essencial, as medidas previstas se inscrevam na esfera de atuação do Estado, não deixam de constituir, também, um forte incentivo à sociedade civil para que acrescente valor nestes eixos de intervenção, quer no seu âmbito específico de ação quer em parcerias com o Estado. Neste âmbito, evidencia-se, ainda, de uma forma clara, a opção pela participação e responsabilidade dos imigrantes na conceção, desenvolvimento e avaliação das políticas de imigração,

considerando o associativismo imigrante como expressão primeira da participação dos imigrantes, e dando particular destaque à figura do mediador sociocultural. Este Plano pretende, assim, o lançamento de novas iniciativas, assegurar a consolidação de iniciativas existentes bem como a simplificação e desburocratização de vários processos. De forma a garantir a actuação concertada de todos os ministérios e o acompanhamento e avaliação dos objectivos propostos, prevê-se, também, a criação de uma Rede de Pontos Focais de Acompanhamento que, sob coordenação do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, apresentará ao Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração relatórios anuais de execução das medidas previstas no Plano.

Foi ouvido o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração. Assim: Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 - Aprovar o Plano para a Integração dos Imigrantes, que consta do anexo à presente resolução e que dela faz parte integrante.

2 - Criar uma Rede de Pontos Focais de Acompanhamento, constituída por dois representantes de cada ministério, um efectivo e um suplente, que, sob coordenação do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P., apresenta ao Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração relatórios anuais de execução das medidas previstas no Plano.

3 - A presente resolução entra em vigor no dia seguinte a da sua publicação. Presidência do Conselho de Ministros, 8 de Março de 2007, O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

A regulação da imigração em Portugal Para melhor podermos situar e compreender a nova lei sobre o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, a que nos podemos referir também como Lei da Imigração), julgamos conveniente traçar um breve perfil histórico da regulação nacional sobre estrangeiros, apontando em especial os momentos e as marcas de eventuais mudanças de sistema, o esboço dos caracteres gerais dessa regulação, as particularidades que nesse âmbito revele a nova lei e identificando ainda um conjunto de outras fontes relevantes.

a) Segundo um critério jurídico-integrativo, é plausível a divisão da história recente (desde a aprovação da Constituição de 1976) da regulação da imigração em Portugal (relevando naturalmente nesse conspecto todos os regimes jurídicos internos) em dois grandes períodos: o período anterior e o período posterior à adesão à Comunidade Europeia. Por seu lado, o segundo período (de 1986 a 2008) é passível de subdivisão nas seguintes três fases: 1ª) de tímida adaptação (atento o período transitório fixado até final de 1992), promovida em

especial pelo Decreto-Lei n.º 267/87, de 2 de Julho (que deixou intocado o regime preexistente – aplicável aos estrangeiros em geral – do Decreto-Lei n.º 264-C [-B]/81, de 3 de Setembro, integrado pelo disposto nos Decretos-Leis n.os 333/82, de 19 de Agosto, e 312/86, de 24 de Setembro); 2.ª) de transição, promovida pelo Decreto Lei n.º 59/93, de 3 de Março, e pelo Decreto-Lei n.º 60/93, de 3 de Março (aplicável aos cidadãos da União Europeia); 3.ª) de esforço de consolidação de um quadro normativo abrangente, partindo todavia da série de obrigações internacionais e comunitárias (procedendo nomeadamente ao esclarecimento do alcance de directivas precedentes, à transposição de novas directivas e à adaptação a alguns dos passos entretanto dados no sentido da definição de uma política comum de imigração). Tendo deixado intocado o regime aplicável aos cidadãos da União Europeia (Decreto-Lei n.º 60/93, de 3 de Março) e começando por pretender introduzir apenas algumas alterações ao Decreto-Lei n.º 59/93, de 3 de Março, esta terceira fase acabou por dar lugar à aprovação de um acto legislativo substancialmente autónomo, o Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto. Este novo regime, por seu lado, veio a conhecer sucessivas e extensas alterações (promovidas primeiro pela Lei n.º 97/99, de 26 de Julho, por apreciação parlamentar, e depois pelo Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 de Janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro) 7 . É duvidoso saber se a lei de 2007 inaugura uma nova fase ou se, ao invés, se situa numa linha de continuidade relativamente ao diploma de 1998 (através da charneira constituída pelo Decreto-Lei n.º 34/2003, de 25 de Fevereiro). Perante a hesitação e numa fase tão embrionária da nossa apreciação, bem podemos deixar essa questão em aberto.

b) Podemos no entanto afirmar que a partir de 1993 se registou uma mudança de paradigma na regulação da imigração em Portugal. Porquê? Porque, até 1993, para efeitos de adopção da lei, o cidadão nacional de um Estado membro da Comunidade Europeia era sempre e de algum modo considerado “estrangeiro” . A partir daí, o mesmo cidadão deixou de poder ser considerado um “estrangeiro” (é um não-nacional, mas que sempre tem a cidadania da União Europeia). Na verdade, a União Europeia, hoje em dia, assegura não só a ausência de controlos de pessoas nas fronteiras internas e um regime de vistos comum como «desenvolve uma política comum em matéria de asilo, de imigração e de controlo das fronteiras externas» . Essa política comum de imigração deve garantir quatro finalidades: (1) uma gestão eficaz dos fluxos migratórios, (2) um tratamento equitativo dos nacionais de países terceiros que residam legalmente nos Estados membros, (3) a prevenção da imigração ilegal e do tráfico de seres humanos e (4) o reforço do combate a estes dois fenómenos. Ou seja, sobretudo a partir do Tratado da União Europeia (que introduziu o conceito de cidadania

da União Europeia), boa parte da definição de políticas e da edição de medidas legislativas neste domínio foi transferida dos Estados para a União, o que justifica quer as mudanças semânticas (as expressões “imigrante”, “migrante” e “estrangeiro” têm agora um significado completamente distinto do que tinham há vinte anos), quer a mudança de perspectiva da lei interna (encontrando-se o regime geral do cidadão europeu agora definido, primariamente, pelas normas do Direito da União Europeia).

c) Fixando-nos, no entanto, na lei interna, podem ser esboçados os seguintes caracteres gerais da regulação da imigração ao longo das últimas décadas: – Generosidade, abertura e universalismo no plano da norma constitucional, mas escassa ligação entre a lei e a Constituição ; – Ausência quase completa de ligação entre a disciplina legal e a realidade social – resultado inevitável perante a ausência de indicadores de aplicação ou avaliação e perante a completa ausência de estudos justificativos das reformas legislativas sucessivamente empreendidas (afinal essencialmente dependentes da conjuntura e da sensibilidade socio-política dos governantes); – Salvo por ocasião de regularizações extraordinárias (ou da solução funcionalmente equivalente resultante da reforma da Lei da Nacionalidade em 2006), as leis portuguesas da imigração pouco se têm ocupado do fenómeno mais sério, mais grave e mais persistente: a realidade social da presença e do circuito de dezenas e dezenas de milhares de imigrantes não-regulares

– realidade social aliás induzida, em larga medida, pela ineficácia da própria legislação ;

– Insensibilidade às indicações da doutrina e da jurisprudência (interna e internacional);

– As leis são em geral “orientadas ao Estado” e aos procedimentos burocráticos, nunca às pessoas ou aos seus direitos (por isso, grandemente bloqueados ou distorcidos). – Fraca institucionalização (mais ainda no plano local, onde a acção e interacção se mostram mais necessárias); – Legalismo, excesso de especificação e frenesim regulador (de tal modo que a doutrina não chega a ter tempo para se debruçar convenientemente sobre um determinado quadro jurídico) . d) Ainda que revele maior sensibilidade (por exemplo, no domínio do reagrupamento familiar) e franca intenção de flexibilizar e desburocratizar os procedimentos, não nos parece que a Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, se afaste significativamente deste pano de fundo. e) Além da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho, podem identificar-se algumas outras fontes relevantes (para além das de Direito da União Europeia,

originário ou derivado, das de Direito Internacional Geral ou dos acordos especiais com os Países de Língua Portuguesa): – A Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen, de 14 de Junho de 1985, assinada em Schengen em 19 de Junho de 1990 (ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 55/93, de 25 de Novembro de 1993); – A Convenção de Varsóvia, de 16 de Maio de 2005, relativa à luta contra o Tráfico de Seres Humanos (aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República n.º 1/2008, de 14 de Janeiro);

A Lei n.º 34/94, de 14 de Setembro (que regula o acolhimento de estrangeiros e apátridas em centros de instalação temporária); e o Decreto-Lei n.º 85/2000, de 12 de Maio (que equipara os espaços criados nos aeroportos portugueses por força da Resolução de Conselho de Ministros n.º 76/97, de 17 de Abril, a centros de instalação temporária); – A Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto, que regula o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional, transpondo para ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/38/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril; – A Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007, de 3 de Maio, que aprova o Plano para a Integração dos Imigrantes; – O Decreto-Lei n.º 368/2007, de 5 de Novembro, que define o regime especial de concessão de autorização de residência para as vítimas do crime de tráfico de pessoas; – O Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de Novembro, que procede à regulamentação da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho; – A Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/2008, de 15 de Fevereiro, que fixa contingente global de oportunidades de emprego no ano de 2008; – O Decreto legislativo regional n.º 4/2008/M, de 18 de Fevereiro, que define as entidades competentes na Região Autónoma da Madeira para a aplicação do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Anexo 3

Plano para a Integração dos Imigrantes Tradicionalmente país de emigração, Portugal passou, a partir dos anos 90, a caracterizar-se por ser também um país de imigração. Os dados revelam que os imigrantes são hoje 9 % da população ativa e 4.5 % da população nacional. Neste quadro, o fenómeno migratório assume novos contornos para a sociedade portuguesa. Por um lado, consubstancia um importante contributo face à debilidade interna da situação demográfica; por outro é um fator positivo para o crescimento económico, para a sustentabilidade da segurança social e para o enriquecimento cultural do país. Contudo, esta realidade acarreta, igualmente, uma responsabilidade do Estado para com a integração destes cidadãos, com particular destaque para o reforço da coesão social e uma melhor integração e gestão da diversidade cultural. O papel positivo dos imigrantes na sociedade portuguesa não se dissocia, assim, da necessidade de políticas e medidas concretas que promovam o seu acolhimento e integração, e que assumem, por esta via, um cariz prioritário no âmbito das políticas de imigração. A par de uma nova Lei da Nacionalidade e da apresentação, na Assembleia da República, de uma proposta de lei relativa ao regime que define as condições e procedimentos de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território português, o Governo apresenta agora o Plano para a Integração dos Imigrantes que define, para o próximo triénio, um roteiro de compromissos concretos que afirma o Estado como o principal aliado da integração dos imigrantes. Através da atuação concertada de diferentes ministérios, e da definição das competências de cada um, desenvolve-se um ambicioso programa político para alcançar níveis superiores de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa, quer através do lançamento de novas iniciativas, quer através do Diário da República, 1.^a série — N.º 85 — 3 de Maio de 2007 2964- (3)lidação de iniciativas existentes e da simplificação e desburocratização de procedimentos. Este Plano identifica um conjunto de 120 medidas, distribuídas por diversas áreas sectoriais verticais e transversais, que assumem como grande finalidade a plena integração dos imigrantes na sociedade portuguesa e que assentam num conjunto de princípios orientadores, dos quais se destacam: Uma visão positiva da imigração, que reconhece o seu contributo económico, social e cultural e assume o compromisso pelo bom acolhimento e pela integração plena das comunidades imigrantes na sociedade portuguesa; Responsabilidade acrescida na conceção de políticas de integração, enquanto país com uma longa história de emigração e que, por isso, conhece as reivindicações e anseios dos imigrantes nos países de destino; Acolhimento com hospitalidade e integração com mais cidadania, como um dos pilares fundamentais das políticas de imigração; Afirmação do princípio da interculturalidade, garante da coesão social, aceitando a especificidade cultural e social de diferentes comunidades e sublinhando

o carácter interativo e relacional entre as mesmas, suportado no respeito mútuo e no cumprimento das leis do país de acolhimento; Participação e responsabilidade em todos os domínios da sociedade, estimulando os imigrantes a assumirem se como protagonistas participantes e corresponsáveis, pelas políticas de imigração e não apenas seus beneficiários; Afirmção simultânea e indissociável dos direitos e deveres dos imigrantes; Igualdade de oportunidades para todos, com particular expressão na redução das desvantagens no acesso à educação, ao trabalho, à saúde, à habitação e aos direitos sociais, rejeitando qualquer discriminação em função da etnia, nacionalidade, língua, religião ou sexo e combatendo disfunções legais ou administrativas; Direito a viver em família, reconhecendo o papel estruturante da mesma na integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento; Afirmção do Estado como principal aliado da integração dos imigrantes, assumindo como objectivo a simplificação dos requisitos formais no contacto com os imigrantes e a melhoria da qualidade dos serviços prestados; Afirmção da sociedade civil como parceiro fundamental na política de acolhimento e integração dos imigrantes, com um especial enfoque na dimensão local do acolhimento; Reconhecimento da capacidade empreendedora dos imigrantes como uma mais-valia para o desenvolvimento económico, social e cultural da sociedade de acolhimento; Promoção de um consenso social alargado na conceção e avaliação das políticas de acolhimento e integração, assente na participação de portugueses e de imigrantes, na sensibilização da opinião pública, na desmistificação de estereótipos e no reforço de plataformas de negociação e envolvimento dos parceiros sociais; Especial atenção à igualdade de género, reconhecendo a dupla vulnerabilidade da condição mulher/imigrante.

PARTE I Medidas de políticas de acolhimento

1 — Consolidação dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (PCM/ACIDI, I. P.)
Reforçar e alargar as áreas de intervenção e apoio dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), em Lisboa e no Porto, desenvolvendo novos serviços adequados às necessidades dos imigrantes, sempre numa perspetiva de integração e cooperação de serviços públicos. Reforçar e consolidar o envolvimento dos mediadores socioculturais como elementos estruturantes dos CNAI. Estimular o envolvimento mais aprofundado no Algarve, região com maior número de imigrantes, imediatamente a seguir à área metropolitana de Lisboa. Promover avaliações regulares, internas e externas, ao funcionamento e trabalho desenvolvido nos CNAI. Cooperar, sempre que a presença de imigrantes o justifique, com as novas Lojas do Cidadão, nomeadamente a de Faro, para a presença de extensões do CNAI.

2 — Consolidação e alargamento da Rede de Centros Locais de Apoio ao Imigrante (PCM/ACIDI, I. P.)

Consolidar o funcionamento dos Centros Locais de Apoio ao Imigrante já existentes e abertura de novos Centros em concelhos com presença significativa de imigrantes, com atribuições na informação, orientação e integração dos imigrantes no contexto local e com um forte envolvimento das autarquias e das instituições locais da sociedade civil.

3 — Consolidação da Rede Nacional de Informação ao Imigrante (PCM/ACIDI, I. P., MAI/SEF) Reforçar as várias ferramentas de informação, disponíveis em todos os suportes (papel, televisão, Internet, telefone), quer para informação aos imigrantes sobre direitos e deveres, quer para a sociedade de acolhimento em geral, nas várias línguas das principais comunidades estrangeiras presentes em território nacional.

4 — Melhoria do atendimento ao público pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (MAI/SEF) Alargar e desconcentrar os locais de atendimento ao público do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Melhorar as condições físicas de atendimento ao público em departamentos regionais do SEF. Desenvolver medidas de apoio no atendimento e disponibilizar serviços de atendimento ao público do SEF integralmente digitalizados, bem como afetar progressivamente equipamentos digitais que facilitem uma mais célere interação entre o SEF e os seus clientes. Substituir o título de residente de modelo tradicional por um cartão de cidadão estrangeiro, eletrónico, com segurança reforçada, utilizável no relacionamento com todos os serviços públicos. 2964-(4) Diário da República, 1.ª série — N.º 85 — 3 de Maio de 2007 Trabalho emprego e formação profissional.

5 — Formação específica dos quadros dos Centros de Emprego para a integração laboral dos imigrantes (MTSS/IEFP, I. P.) Desenvolver acções de formação contínua para funcionários dos Centros de Emprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.), para as problemáticas da integração laboral dos imigrantes, nomeadamente nas áreas da interculturalidade, cidadania e combate a todas as formas de discriminação.

6 — Facilitar a entrada no ensino superior português de estudantes que tenham frequentado o ensino superior estrangeiro e simplificar o reconhecimento de graus superiores estrangeiros em conjunto com a introdução de um serviço específico de atendimento para este fim (PCM/ACIDI, I. P., MCTES/DGES). Criar nos CNAI, em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, um Gabinete de apoio ao Reconhecimento e Equivalência de Habilitações. Incentivar a criação, nos estabelecimentos de ensino superior, de atendimento específico para o ingresso e reconhecimento de habilitações de cidadãos imigrantes, que os apoie no âmbito dos processos administrativos. Esta medida articula-se e concretiza-se através das medidas de simplificação do processo de reconhecimento de habilitações estrangeiras para efeitos de prosseguimento de estudos, bem como de creditação no âmbito do ensino superior da experiência e formação profissional, aprovadas pelos Decretos-lei 64/2006, de 21 de Março, 74/2006, de 24 de

Março, e 88/2006, de 23 de Maio, e da medida 6 do SIMPLEX 2007, através da qual se visam, entre outros objetivos:

1) Facilitar a entrada em Portugal de estudantes do ensino superior estrangeiro, para continuação dos seus estudos, com reconhecimento rápido e objetivo das suas formações escolares e profissionais adquiridas; 2) Simplificar o sistema de reconhecimento de graus estrangeiros em Portugal, incluindo os diversos ciclos de estudos (licenciatura, mestrado e doutoramento), a partir do mecanismo já existente para o grau de doutor, designadamente:

- i) Agilizando o procedimento de fixação do elenco de graus a que se aplica;
- ii) Alargando o mecanismo aos graus de licenciado e de mestre;
- iii) Incluindo, para estes graus, um procedimento de conversão automático de classificações.

7—Campanha de sensibilização específica sobre segurança no trabalho para trabalhadores imigrantes em sectores de actividade com maior incidência de sinistralidade (MTSS/ACT). Desenvolver, através da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), uma campanha dirigida aos trabalhadores imigrantes, em várias línguas, de sensibilização para as questões de segurança no trabalho, prevenção de acidentes laborais e doenças profissionais.

8 — Reforço da actividade inspectiva sobre entidades empregadoras que utilizam ilegalmente mão-de-obra imigrante e aplicação da lei na penalização destes empregadores (MAI/SEF, MTSS/ACT). Reforçar as competências e os meios da ACT para a fiscalização da utilização ilegal de mão-de-obra imigrante, em articulação com o SEF, sobretudo no que se refere à exploração e desrespeito pelos direitos dos trabalhadores imigrantes.

9 — Reforço do incentivo ao cumprimento integral das obrigações junto da Segurança Social e da administração fiscal (PCM/ACIDI, I.P., MAI/SEF, MFAP/DGCI, MTSS/ISS) Realizar uma campanha para a sensibilização dos imigrantes quanto à importância da integração na Segurança Social e para o cumprimento das obrigações fiscais, como fonte de direitos sociais fundamentais. Realizar uma campanha para a sensibilização dos empregadores quanto à importância da inscrição dos trabalhadores na Segurança Social e para o cumprimento das obrigações fiscais.

10 — Incentivo à responsabilidade social dos empregadores e trabalhadores portugueses na integração de trabalhadores imigrantes no seu contexto laboral (MEI, MTSS) Promover e divulgar, junto das empresas, um referencial de acolhimento e integração dos trabalhadores imigrantes, com o envolvimento dos trabalhadores portugueses, desenvolvido com o apoio e suporte de entidades especialmente vocacionadas para o efeito. A considerar, entre outras, ações no domínio do apoio à aprendizagem da língua, do acesso a

mecanismos de formação e qualificação profissional e à participação ativa nas estruturas socioculturais dos trabalhadores da empresa.

11 — Criação de medidas que visem facilitar a inserção social, profissional e laboral dos imigrantes através de ações de formação e de apoios à criação de emprego (MTSS). Implementar o Programa de Intervenção para Trabalhadores Desempregados Imigrantes, incluído no Plano Nacional de ação para a Inclusão, no que respeita a facilitação da inserção social, cultural e profissional dos imigrantes e que assegura a construção de soluções individuais orientadas para percursos de inserção, que potencia e rentabiliza os programas e medidas de emprego e formação profissional em vigor e os recursos existentes e a criar e que promove a cooperação, ao nível local e regional, com vista ao estabelecimento de parcerias e criação de plataformas de diálogo.

12 — Incentivo à participação sindical dos imigrantes (MTSS) Incentivar, em articulação com as associações sindicais, a sindicalização dos imigrantes, como forma de defesa dos seus direitos laborais, mas também como meio de integração social na sociedade portuguesa.

13 — Incentivo ao empreendedorismo empresarial dos imigrantes (PCM/ACIDI, I. P., MAI/SEF, MEI/DGAE/IAPMEI, I. P., MTSS) Reduzir as barreiras legais colocadas aos imigrantes, trabalhadores por conta própria e incentivo à criação Diário da República, 1.^a série — N.º 85 — 3 de Maio de 2007 2964- (5) de produtos bancários inovadores que fomentem e acompanhem a criação de novas empresas. Promover ações de carácter informativo dirigidas aos imigrantes sobre as regras, condições de acesso e objetivos do micro crédito. Criar um Gabinete de Acolhimento ao Empreendedor Imigrante, em articulação com a Direcção-Geral das atividades Económicas e com o IAPMEI, I. P., onde, uma perspetiva de integração e cooperação de serviços públicos, sejam prestados apoio e consultoria ao lançamento de iniciativas empresariais dos imigrantes, sejam dados a conhecer oportunidades e incentivos e onde seja feito um acompanhamento individualizado de todo o processo burocrático associado à constituição da empresa.

Habitação

14 — Desenvolvimento e abertura do mercado de habitação social através das Autarquias (PCM/DGAL, MAOTDR/IHRU, I. P., MTSS, MS, ME) Promover, através do Programa de Financiamento para Acesso à Habitação e de outros instrumentos adequados e com as Autarquias, um novo ciclo de habitação social que sirva, além dos portugueses elegíveis, os imigrantes, através da sua inserção habitacional em espaços partilhados e não segregados. Abordagem integrada, com todos os equipamentos sociais necessários para uma efectiva qualidade de vida, designadamente creches, escolas, espaço para ocupação de tempos livres para jovens, centro de saúde e de apoio a idosos.

15 — Novas soluções de habitação social, em parceria com Associações de Imigrantes, Instituições Particulares de Solidariedade Social, outras Organizações Não Governamentais e Cooperativas de Habitação (MAOTDR/IHRU, I. P.) Criar e desenvolver novas soluções sociais de habitação – nomeadamente em parceria com associações de imigrantes, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Organizações Não Governamentais (ONG) e Cooperativas – que sejam acessíveis a todos os imigrantes que se encontrem em território nacional de forma regular, através do recurso a instrumentos e ferramentas promovidos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU, I. P.).

16 — Criação de Gabinetes de Apoio à Habitação (PCM/ACIDI, I. P., MAOTDR/IHRU, I. P.) Criar, em parceria com Associações de Imigrantes e ONG, Centros de Apoio à Habitação que apoiem cidadãos imigrantes na procura e consolidação de soluções habitacionais, no combate à discriminação étnica, na mobilização de fiadores e no fortalecimento das dinâmicas das comunidades imigrantes que permitam avançar de uma forma mais sólida para novas soluções de acesso à habitação (constituição de cooperativas, entre outras).

17 — Aperfeiçoamento do acesso aos mecanismos de apoio ao arrendamento (MAOTDR/IHRU, I. P.) Viabilizar o acesso por parte dos imigrantes aos instrumentos de apoio ao arrendamento, em igualdade de circunstâncias.

18 — Sensibilização do sistema bancário para maior abertura ao acesso ao crédito bancário por parte de imigrantes (MEI) Avaliar o modo como o regime de acesso ao crédito bancário tem sido aplicado no que respeita os imigrantes, com o objectivo de identificar eventuais discriminações e fragilidades e de preparar um aperfeiçoamento do sistema implementado por via do Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de Março. Incentivar, em articulação com o Banco de Portugal, a criação de produtos bancários inovadores que disponibilizem aos imigrantes novas soluções, nomeadamente para a compra de casa, ajustadas ao seu perfil socioeconómico e com garantias adequadas ao contexto sociocultural, admitindo, por exemplo, fiadores estrangeiros residentes em Portugal.

19 — Conclusão do Plano Especial de Realojamento (MAOTDR/IHRU, I. P.) Imprimir maior celeridade à conclusão do processo de realojamento das famílias recenseadas no Plano Especial de Realojamento (PER).

20 — Reforço das soluções alternativas para habitantes de aglomerados habitacionais intervencionados pelo PER mas que não constem do recenseamento inicial (PCM/ACIDI, I. P., MAOTDR/IHRU, I. P.) Desenvolver um conjunto de soluções alternativas de apoio à habitação para pessoas residentes em zonas de intervenção PER, mas sem direito a realojamento, que integrem:

a) Alargamento do prazo de pré-aviso para permitir mais tempo de adaptação e transição para outra solução habitacional;

b) Integração em Planos individuais de apoio à procura de Habitação a desenvolver pelas autarquias e pelos Gabinetes de Apoio à Habitação;

c) Reforço dos apoios financeiros para procura de habitação alternativa, com alargamento do período de apoio à renda.

21 — Exigência do cumprimento dos deveres contratualizados pelos beneficiários de programas de realojamento (MAOTDR/IHRU, I. P.) Reafirmar a obrigatoriedade do cumprimento dos deveres contratuais (e.g. o pagamento de renda de casa, de água e eletricidade, manutenção das habitações), bem como de outros deveres (e.g. respeito e preservação do espaço público) por parte de imigrantes beneficiários de programas de realojamento, com efetiva responsabilização no caso de não cumprimento destes deveres.

Saúde

22 — Promover a realização de ações de formação, educação e de comunicação para combater a falta de informação dos imigrantes relativamente aos serviços de saúde incentivando-os a utilizar o Sistema Nacional de Saúde (MS/ARS). Realizar a nível regional, em articulação com os Centros de Saúde, ações de carácter informativo junto dos imigrantes, que lhes dêem a conhecer os seus direitos 2964-(6) Diário da República, 1.ª série — N.º 85 — 3 de Maio de 2007 e deveres, tendo em vista a sua integração nos serviços de saúde. Utilização de diversos suportes (papel, telefónico, presencial e através da comunicação social) e várias línguas.

23 — Promover o acesso dos imigrantes aos serviços de saúde (MS/ARS) Dinamizar a nível regional ações promotoras de informação, sensibilização e educação conducentes a uma maior adesão dos imigrantes às consultas do Centro de Saúde e a uma maior cobertura nacional. Incentivar a realização de projetos sobre imigrantes e saúde a nível municipal. Elaborar um Manual de Procedimentos administrativos para a inscrição, nos Centros de Saúde, de imigrantes, independentemente do seu estatuto, dando integral cumprimento ao Despacho n.º 25360/2001 do Ministério da Saúde, a divulgar a todos os serviços de saúde, bem como às Juntas de Freguesia. Criar um módulo de atendimento telefónico sobre problemas administrativos para inscrição de imigrantes nos estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

24 — Acesso à saúde de cidadãos estrangeiros em situação irregular (PCM/ACIDI, I. P.) Garantir o acesso à saúde de cidadãos estrangeiros em situação irregular, nos termos previstos na Lei, através da possibilidade da sua integração no SNS com a apresentação de credencial a emitir pelo ACIDI, I. P., em alternativa ao atestado de residência emitido pelas Juntas de Freguesia, de forma a agilizar a aplicação do Despacho n.º 25 360/2001 do Ministério da Saúde.

25 — Implementar a integração dos hospitais portugueses na Rede Europeia «Hospitais Amigos dos Migrantes» (MS/ARS/IHMT) Dar a conhecer aos Hospitais do SNS o referencial internacional de «Hospital Amigo dos Migrantes», no sentido de melhorar os serviços e as culturas organizacionais no que se refere às populações migrantes. nomeadamente no que diz respeito a: Monitorizar as necessidades e disponibilidades dos utentes e dos prestadores de cuidados de saúde; Adaptar a prática clínica, os serviços de prevenção e as acções de promoção da saúde às populações alvo; Ter cuidados especiais para os utentes com experiências migratórias traumáticas (e.g. prestar cuidados de saúde mental); Realizar um diagnóstico de necessidades em cada hospital, envolvendo utentes imigrantes, trabalhadores e administração; Melhorar a interpretação na comunicação clínica, ultrapassando as barreiras linguísticas.

26 — Plano de Formação para a interculturalidade dos profissionais do Sistema Nacional de Saúde (MS/ARS/IHMT) Desenvolver ações de formação contínua, visando a criação de competências interculturais e linguísticas dos prestadores dos cuidados de saúde, tendo em vista a melhoria da saúde de populações imigrantes e de minorias étnicas.

27 — Programa de integração profissional de imigrantes com licenciatura em medicina (MS/ACSS, I. P.) Utilizar as competências específicas de imigrantes com licenciatura em medicina, o que permitirá complementar respostas às necessidades do SNS, responder a necessidades específicas dos utentes imigrantes (e.g. dificuldades de comunicação), bem como proporcionar oportunidades de formação interpares para a interculturalidade.

28 — Desenvolver um Programa de Mediação Sociocultural na rede de hospitais e de centros de saúde em territórios com elevada presença de imigrantes (MS/ARS) Promover a contratação de mediadores socioculturais para prestação de serviços em Centros de Saúde e em Hospitais que sirvam territórios com elevada presença de imigrantes, tendo em vista a facilitação linguística e cultural no acesso à saúde.

29 — Desenvolver parcerias entre Organizações não governamentais, o Sistema Nacional de Saúde e outras entidades para a promoção do acesso dos imigrantes e minorias étnicas à saúde (MS/ARS). Criar e efetivar mecanismos de suporte às parcerias

com organizações locais, associações de imigrantes e outros grupos interessados nas questões dos imigrantes e minorias étnicas, para facilitar o desenvolvimento de prestações de serviços mais adequados às necessidades dos imigrantes (e.g. do ponto de vista cultural e linguístico). Incentivar a participação de organizações representativas das comunidades imigrantes para avaliação de necessidades, do impacto das ações e da responsabilização no processo de melhoria de prestação de serviços.

30 — Divulgar nos Consulados em Portugal dos países de origem e nos Consulados portugueses as condições de acesso à saúde em Portugal (MNE/DGACCP, MS/DGS) Divulgar orientações sobre as condições de acesso à saúde em Portugal para que os cidadãos de outros países possam beneficiar de cuidados de saúde. Educação

31 — Formação dos docentes para a interculturalidade (PCM/ACIDI, I.P., ME/DGIDC) Definir os referenciais de um Programa de Formação Contínua para professores, no sentido de incrementar as competências dos professores para o desenvolvimento do seu trabalho em escolas cada vez mais heterogêneas, considerando, nomeadamente, o português como língua não materna como área prioritária de formação.

32 — Revisão dos critérios da rede escolar para garantir uma composição de turmas equilibrada (ME/DGIDC) Rever critérios da rede escolar, nomeadamente no que se refere à distribuição por escolas de alunos oriundo Diário da República, 1.^a série — N.º 85 — 3 de Maio de 2007 2964-(7) dos de um mesmo grupos/bairro, bem como sugerir às direções das escolas/agrupamentos a necessidade de ter em atenção e equilibrar a «composição étnica» das turmas.

33 — Adequação das estratégias de acolhimento na Escola às especificidades dos alunos descendentes de imigrantes (ME/DGIDC) Desenvolver estratégias diversificadas de apoio à integração na escola de alunos filhos de imigrantes, nomeadamente que tenham em conta o nível etário dos alunos, o domínio da língua e o tempo de permanência em Portugal.

34 — Envolvimento das famílias imigrantes na Escola (ME/DGIDC) Propor e executar estratégias diferenciadas para o acolhimento e envolvimento das famílias imigrantes, esclarecendo, nomeadamente, sobre o papel que, no modelo de escola portuguesa, é atribuído à participação dos pais.

35 — Envolvimento de mediadores socioculturais em contexto escolar (PCM/ACIDI, I.P., ME/DGIDC) Repensar, em colaboração com associações de imigrantes, o perfil/recrutamento e afectação às escolas de mediadores socioculturais e reforçar o seu papel e funções pedagógicas em colaboração com os docentes, inserindo- os e valorizando- os enquanto elementos da comunidade educativa.

36 — Valorizar o papel do professor no acolhimento e integração de alunos descendentes de imigrantes (ME/DGIDC) Incentivar os docentes, para que conheçam a especificidade sociocultural dos seus alunos, bem como para que estabeleçam estratégias pedagógicas adequadas a esta diversidade. Reforço da necessidade do docente desenvolver uma relação estreita com o contexto familiar destes alunos.

37 — Apetrechamento das escolas com materiais interculturais (PCM/ACIDI, I. P., ME/DGIDC) Equipar escolas/agrupamentos com materiais pedagógicos de suporte à

educação intercultural e anti-racista e dinamizar projectos/prémios de boas práticas, que valorizem as abordagens dos projetos educativos.

38 — Reforço dos Gabinetes de Educação nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (PCM/ACIDI, I. P., ME/ DGIDC) Reforçar os Gabinetes de Educação nos CNAI do ACIDI, I. P., em Lisboa e no Porto, tendo em vista ajudar a resolver os problemas referentes ao processo de escolarização dos alunos descendentes de imigrantes.

39 — Reforço da informação para famílias imigrantes sobre o sistema educativo português (MNE/DGACCP, ME/DGIDC) Disponibilizar nos Consulados em Portugal dos países de origem e nos Consulados portugueses, em várias línguas e em suporte papel e na Internet, informação que esclareça sobre a organização e funcionamento do sistema educativo português e sobre a inserção descendentes de imigrantes no mesmo.

40 — Reconhecimento, certificação e validação de competências de imigrantes (ME/DGIDC/ANQ, I. P.) Agilizar o processo de reconhecimento, validação e certificação de competências de imigrantes (jovens e adultos) no âmbito da iniciativa Novas Oportunidades.

41 — Colaboração das Associações de Imigrantes na promoção do acesso à educação de todas as crianças descendentes de imigrantes (ME/DGIDC) Envolver as Associações de Imigrantes no apoio à divulgação de forma maciça do direito à escolarização de todas as crianças e jovens, qualquer que seja a natureza e estatuto de imigrantes dos pais.

42 — Aprofundar e encorajar a formação e a investigação no domínio da educação intercultural (ME, MCTES) Promover o desenvolvimento de investigação científica sobre as problemáticas relacionadas com a educação/ escolarização de descendentes de imigrantes na escola portuguesa, através de linhas específicas de investigação no quadro das instituições competentes.

43 — Melhorar dados quantitativos e qualitativos sobre diversidade cultural nas escolas (PCM/ACIDI, I. P., ME/DGIDC) Criar e manter, através do Observatório da Imigração, um sistema de indicadores quantitativos e qualitativos (estudos de caso e boas práticas) que possa evoluir a partir da experiência da Base de Dados Entre culturas e que permita a identificação de novas formas de categorização, um diagnóstico global e um acompanhamento sustentado dos processos e resultados escolares dos alunos descendentes de imigrantes. 44 — Promover o acolhimento dos estudantes estrangeiros no momento da sua chegada a Portugal e durante a sua estadia (MNE/DGACCP/IPAD, I. P., MAI/SEF, ME/DGIDC, MCTES/ DGES). Incentivar a criação de parcerias entre diversas entidades interessadas (e.g. embaixadas, associações de estudantes e ONG) com o intuito de desenvolver iniciativas que promovam o bom acolhimento e a integração dos estudantes estrangeiros, em particular, no momento da sua chegada a Portugal. Incentivar a criação de

Gabinetes de Apoio ao Acolhimento de Estudantes Estrangeiros, prioritariamente nos estabelecimentos de ensino superior onde esses estudantes ingressam, ou mobilizar estruturas existentes para o efeito. Promover a flexibilização e rapidez no processo de emissão e prorrogação de vistos de estudo. Incentivar a organização de eventos culturais e desportivos, no âmbito das comunidades académicas, visando a integração dos estudantes estrangeiros no seio das referidas comunidades. Simplificar/agilizar os procedimentos de atribuição e gestão de bolsas a estudantes estrangeiros. Integrar as Embaixadas e Consulados no procedimento de instrução e seleção de candidaturas, bem como 2964-(8) Diário da República, 1.^a série □ **Aquisição da nacionalidade por naturalização**

ARTIGO 6.º

(Requisitos)

1- O Governo pode conceder a nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos estrangeiros que satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Serem maiores ou emancipados à face da lei portuguesa;
- b) Residirem há seis anos, pelo menos, em território português ou sob administração portuguesa;
- c) Conhecerem suficientemente a língua portuguesa;
- d) Terem idoneidade moral e civil;
- e) Possuírem capacidade para reger a sua pessoa e assegurar a sua subsistência.

2- Os requisitos constantes das alíneas b) e c) podem ser dispensados em relação aos que tenham tido a nacionalidade portuguesa, aos que forem havidos como descendentes de portugueses, aos membros de comunidades de ascendência portuguesa e aos estrangeiros que tenham prestado ou sejam chamados a prestar serviços relevantes ao Estado Português.

ARTIGO 7.º

(Processo)

1- A naturalização é concedida por decreto do Ministro da Administração Interna, a requerimento do interessado e mediante inquérito organizado e instruído nos termos fixados em regulamento.

2- O título da aquisição da nacionalidade por naturalização, a passar nos termos previstos em regulamento, é a carta de naturalização, que levará apostos e inutilizados os selos fiscais previstos na legislação em vigor.

3- O processo de naturalização e os documentos destinados à sua instrução não estão sujeitos às disposições da Lei do Selo.

CAPÍTULO III

Perda da nacionalidade

ARTIGO 8.º

(Declaração relativa à perda da nacionalidade)

Perdem a nacionalidade portuguesa os que, sendo nacionais de outro Estado, declarem que não querem ser portugueses.

CAPÍTULO IV

Oposição à aquisição da nacionalidade por efeito da vontade ou da adopção

ARTIGO 9.º

(Fundamentos)

Constituem fundamento de oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa:

- a) A manifesta inexistência de qualquer ligação efetiva à comunidade nacional;
- b) A prática de crime punível com pena maior, segundo a lei portuguesa;
- c) O exercício de funções públicas ou a prestação de serviço militar não obrigatório a Estado estrangeiro.

ARTIGO 10.º

(Processo)

1- A oposição é deduzida pelo Ministério Público no prazo de um ano, a contar da data do facto de que dependa a aquisição da nacionalidade, em processo instaurado no Tribunal da Relação de Lisboa

2- É obrigatória para todas as autoridades a participação ao Ministério Público dos factos a que se refere o artigo anterior.

CAPÍTULO V

Efeitos da atribuição, aquisição e perda da nacionalidade

ARTIGO 11.º

(Efeitos da atribuição)

A atribuição da nacionalidade portuguesa produz efeitos desde o nascimento, sem prejuízo da validade das relações jurídicas anteriormente estabelecidos com base em outra nacionalidade.

ARTIGO 12.º

(Efeitos das alterações de nacionalidade)

Os efeitos das alterações de nacionalidade só se produzem a partir da data do registo dos actos ou factos de que dependem.

ARTIGO 13.º

(Efeitos da naturalização)

A carta de naturalização só produz efeitos se o seu registo for requerido dentro do prazo de seis meses, a contar da data da notificação para o seu levantamento.

CAPÍTULO VI

Disposições gerais

ARTIGO 14.º

(Efeitos do estabelecimento da filiação)

Só a filiação estabelecida durante a menoridade produz efeitos relativamente à nacionalidade.

ARTIGO 15.º

(Inscrição ou matrícula nos consulados portugueses)

A inscrição ou matrícula realizada nos consulados portugueses, nos termos do respectivo regulamento, não constitui, só por si, título atributivo da nacionalidade portuguesa.

TÍTULO II

Registo, prova e contencioso da nacionalidade

CAPÍTULO I

Registo central da nacionalidade

ARTIGO 16.º

(Registo central da nacionalidade)

As declarações de que dependem a atribuição, a aquisição ou a perda da nacionalidade portuguesa devem constar do registo central da nacionalidade, a cargo da Conservatória dos Registos Centrais.

ARTIGO 17.º

(Declarações perante os agentes diplomáticos ou consulares)

As declarações de nacionalidade podem ser prestadas perante os agentes diplomáticos ou consulares portugueses e, neste caso, são registadas oficiosamente em face dos necessários documentos comprovativos, a enviar para o efeito à Conservatória dos Registos Centrais.

ARTIGO 18.º

(Actos sujeitos a registo obrigatório)

1- É obrigatório o registo:

- a) Das declarações para atribuição da nacionalidade;
- b) Das declarações para aquisição ou perda da nacionalidade;
- c) Da naturalização de estrangeiros.

2- O registo dos actos a que se refere o número anterior é feito a requerimento dos interessados.

ARTIGO 19.º

(Averbamento ao assento de nascimento)

O registo do ato que importe atribuição, aquisição ou perda da nacionalidade é sempre averbado ao assento de nascimento do interessado.

ARTIGO 20.º

(Registos gratuitos)

São gratuitos os registos das declarações para a atribuição da nacionalidade portuguesa e os registos oficiosos, bem como os documentos necessários para uns e outros.

CAPÍTULO II

Prova da nacionalidade

ARTIGO 21.º

(Prova da nacionalidade originária)

1- A nacionalidade portuguesa originária de indivíduos nascidos em território português ou sob administração portuguesa prova-se pelo assento de nascimento, sendo havidos como filhos de nacional português os indivíduos de cujo assento de nascimento não conste menção da nacionalidade estrangeira dos progenitores ou do seu desconhecimento.

2- A nacionalidade portuguesa originária de indivíduos nascidos no estrangeiro prova-se, consoante os casos, pelo registo da declaração de que depende a atribuição ou pelas menções constantes do assento de nascimento lavrado por inscrição no registo civil português.

ARTIGO 22.º

(Prova da aquisição e da perda da nacionalidade)

1- A aquisição e a perda da nacionalidade provam-se pelos respetivos registos ou pelos consequentes averbamentos exarados à margem do assento de nascimento.

2- À prova da aquisição da nacionalidade por adoção é aplicável o n.º 1 do artigo anterior.

ARTIGO 23.º

(Pareceres do conservador dos Registos Centrais)

Ao conservador dos Registos Centrais compete emitir parecer sobre quaisquer questões de nacionalidade, designadamente sobre as que lhe devem ser submetidas pelos agentes consulares em caso de dúvida sobre a nacionalidade portuguesa do impetrante de matrícula ou inscrição consular.

ARTIGO 24.º

(Certificados de nacionalidade)

1- Independentemente da existência do registo, podem ser passados pelo conservador dos Registos Centrais, a requerimento do interessado, certificados de nacionalidade portuguesa.

2- A força probatória do certificado pode ser ilidida por qualquer meio sempre que não exista registo da nacionalidade do respetivo titular

CAPÍTULO III

Contencioso da nacionalidade

ARTIGO 25.º

(Legitimidade)

Têm legitimidade para interpor recurso de quaisquer atos relativos à atribuição, aquisição ou perda de nacionalidade portuguesa os interessados diretos e o Ministério Público.

ARTIGO 26.º

(Tribunal competente)

A apreciação dos recursos a que se refere o artigo anterior é da competência do Tribunal da Relação de Lisboa

TÍTULO III

Conflitos de leis sobre a nacionalidade

ARTIGO 27.º

(Conflitos de nacionalidade portuguesa e estrangeira)

Se alguém tiver duas ou mais nacionalidades e uma delas for portuguesa, só esta releva face à lei portuguesa.

ARTIGO 28.º

(Conflitos de nacionalidades estrangeiras)

Nos conflitos positivos de duas ou mais nacionalidades estrangeiras releva apenas a nacionalidade do Estado em cujo território o plurinacional tenha a sua residência habitual ou, na falta desta, a do Estado com o qual mantenha uma vinculação mais estreita.

TÍTULO IV

Disposições transitórias e finais

ARTIGO 29.º

(Aquisição da nacionalidade por adotados)

Os adotados plenamente por nacional português, antes da entrada em vigor da presente lei, podem adquirir a nacionalidade portuguesa mediante declaração.

ARTIGO 30.º

(Aquisição da nacionalidade por mulher casada com estrangeiro)

A mulher que tenha perdido a nacionalidade portuguesa por efeito do casamento pode adquiri-la mediante declaração.

ARTIGO 31.º

(Aquisição voluntária anterior de nacionalidade estrangeira)

Os que, nos termos da Lei n.º 2098, de 29 de Julho de 1959, e legislação precedente, perderam a nacionalidade portuguesa por efeito da aquisição voluntária de nacionalidade estrangeira podem adquiri-la mediante declaração, sendo capazes.

ARTIGO 32.º

(Naturalização imposta por Estado estrangeiro)

É da competência do Tribunal da Relação de Lisboa a decisão sobre a perda ou manutenção da nacionalidade portuguesa nos casos de naturalização direta ou indiretamente imposta por Estado estrangeiro a residentes no seu território.

ARTIGO 33.º

(Registo das alterações de nacionalidade)

O registo das alterações de nacionalidade por efeito de casamento ou por aquisição voluntária de nacionalidade estrangeira em conformidade com a lei anterior é lavrado oficiosamente ou a requerimento dos interessados, sendo obrigatório para fins de identificação.

ARTIGO 34.º

(Atos cujo registo não era obrigatório pela lei anterior)

1- A aquisição e a perda da nacionalidade que resultem de atos cujo registo não era obrigatório no domínio da lei anterior continuam a provar-se pelo registo ou pelos documentos comprovativos dos atos de que dependem.

2- Para fins de identificação, a prova destes atos é feita pelo respetivo registo ou consequentes averbamentos ao assento de nascimento.

ARTIGO 35.º

(Produção de efeitos dos atos anteriormente não sujeitos a registo)

1- Os efeitos das alterações de nacionalidade dependentes de atos ou factos não obrigatoriamente sujeitos a registo no domínio da lei anterior são havidos como produzidos desde a data da verificação dos atos ou factos que as determinaram.

2- Excetua-se do disposto no número anterior a perda da nacionalidade fundada na aquisição voluntária de nacionalidade estrangeira, a qual continua a só produzir efeitos para com terceiros, no domínio das relações de direito privado, desde que seja levada ao registo e a partir da data em que este se realize.

ARTIGO 36.º

(Processos pendentes)

Os processos de nacionalidade pendentes, com exceção dos de naturalização, serão apreciados de acordo com a lei anterior, sem prejuízo das disposições transitórias deste diploma.

ARTIGO 37.º

(Assentos de nascimento de filhos apenas de não portugueses)

1- Nos assentos de nascimentos ocorridos em território português ou sob administração portuguesa, após a entrada em vigor deste diploma, de filhos apenas de não portugueses mencionar-se-á, como elemento de identificação do registando, a nacionalidade estrangeira dos progenitores ou seu desconhecimento.

2- Sempre que possíveis, os declarantes devem apresentar documento comprovativo da menção que deva ser feita nos termos do número anterior, em ordem a demonstrar que nenhum dos progenitores é de nacionalidade portuguesa.

ARTIGO 38.º

(Assentos de nascimento de progenitores ou adotantes portugueses posteriormente ao registo de nascimento de estrangeiro)

1- Quando for estabelecida filiação posteriormente ao registo do nascimento de estrangeiro nascido em território português ou sob administração portuguesa ou for decretada a sua adoção, da decisão judicial ou ato que as tiver estabelecido ou decretado e da sua comunicação para averbamento ao assento de nascimento constará a menção da nacionalidade dos progenitores ou adotantes portugueses.

2- A menção a que se refere o número anterior constará igualmente, como elemento de identificação do registado, do averbamento de estabelecimento de filiação ou de adoção a exarar à margem do assento de nascimento.

ARTIGO 39.º

(Regulamentação transitória)

Enquanto a presente lei não for regulamentada, é aplicável, com as necessárias adaptações, o Decreto n.º 43 090, de 27 de Julho de 1960.

ARTIGO 40.º

(Disposição revogatória)

É revogada a Lei n.º 2098, de 29 de Julho de 1959.

Aprovada em 30 de Junho de 1981. O Presidente da Assembleia da República, *Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida*. Promulgada em 19 de Agosto de 1981 Publique-se. O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO Eanes. O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*. *Para ser publicado no Boletim Oficial de Macau.*

1920 *Diário da República*, 1.^a série — N.º 63 — 1 de abril de 2013 6 - [...] - [...]»

Artigo 3.º **Revogação:** É revogado o número 19 do artigo 26.º do Regulamento da Portaria n.º de Aplicação da Ação n.º 2.2.1, «Alteração de Modos de Produção Agrícola», da Ação n.º 2.2.2, «Proteção da Biodiversidade Doméstica», e da Ação n.º 2.2.4 «Conservação do solo», aprovado em anexo à Portaria n.º 229-B/2008, de 6 de março, com a última alteração introduzida pela Portaria n.º 47/2013, de 4 de fevereiro. Artigo 4.º **Entrada em vigor e produção de efeitos.**

1 - A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

2 - O artigo 1.º aplica-se a partir da campanha de 2012, inclusive.

3 - O artigo 2.º aplica-se a partir da campanha de 2010, inclusive. O Secretário de Estado da Agricultura, *José Diogo Santiago de Albuquerque*, em 15 de março de 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA: Decreto-Lei n.º 43/2013 de 1 de Abril

O Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro, aprovou o Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, o qual foi adaptado aos princípios e normas que enformam a Lei n.º 37/81, de 3 de outubro – Lei da Nacionalidade –, revista pela Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de abril, tendo -se simplificado procedimentos relativos aos pedidos de nacionalidade e ao respetivo registo, de forma a tornar mais fácil para os cidadãos o exercício dos seus direitos

. Tendo em conta as tendências recentes da alteração dos movimentos migratórios e atenta a experiência adquirida durante os últimos anos, que aconselha a introdução de ajustamentos ao modelo de realização da aferição do conhecimento da língua portuguesa, no âmbito do processo de aquisição da nacionalidade, torna-se necessário alterar o artigo 25.º do aludido Regulamento da Nacionalidade Portuguesa.

O presente diploma vem, assim, modificar os procedimentos inerentes à prova do conhecimento da língua portuguesa, de modo a garantir maior rigor e transparência na sua verificação. Assim: Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma procede à primeira alteração ao Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de dezembro.

Artigo 2.º Alteração ao Regulamento da Nacionalidade Portuguesa

O artigo 25.º do Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14

de dezembro, passa a ter a seguinte redação: «Artigo 25.º [...] 1 - [...]. 2 - O conhecimento da língua portuguesa pode ser comprovado por uma das seguintes formas:

a) Certificado de habilitação emitido por estabelecimento de ensino público, particular ou cooperativo reconhecido nos termos legais, desde que o seu detentor tenha frequentado com aproveitamento a unidade curricular/disciplina de Português, pelo menos em dois anos letivos;

b) Certificado de aprovação em prova de língua portuguesa realizada em estabelecimentos de ensino da rede pública, quando efetuada em território nacional, ou em locais acreditados pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., quando

realizada no estrangeiro , devendo a regulamentação desta prova, bem como o respetivo controlo, constar de portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros, da administração interna, da justiça e da educação;

c) Certificado em língua portuguesa como língua estrangeira, emitido mediante a realização de teste em centro de avaliação de português, como língua estrangeira, reconhecido pelo Ministério da Educação e Ciência mediante protocolo;

d) Certificado de qualificações que ateste a conclusão do nível A2 ou superior, emitido por estabelecimento de ensino público, centros de emprego e formação e centros protocolares do IEFP – Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.), ao abrigo da Portaria n.º 1262/2009, de 15 de outubro, alterada pela Portaria n.º 216-B/2012, de 18 de julho.

3 - Pela realização da prova de língua portuguesa prevista na alínea *b)* do n.º 2 é exigido o pagamento de taxa, nos termos a fixar pela portaria prevista na referida alínea.

4 - Os candidatos à prova de língua portuguesa prevista na alínea *b)* do n.º 2 não podem ter idade inferior à idade legal exigida para a conclusão da escolaridade obrigatória, à data da realização da prova.

5 - Tratando-se de menor que não tenha concluído o 1.º ciclo do ensino básico em estabelecimento de ensino com currículo português, o conhecimento suficiente da língua portuguesa pode ser comprovado mediante declaração emitida por estabelecimento de educação ou ensino de português, frequentado pelo menor.

6 - Tratando-se de pessoas com graves problemas de saúde ou com deficiências com grau de incapacidade devidamente comprovada por atestado médico multiuso passado nos termos da legislação portuguesa, ou de pessoas com idade igual ou superior a *Diário da República, 1.ª série — N.º 63 — 1 de abril de 2013* 1921 60 anos que não saibam ler ou escrever, a prova do conhecimento da língua portuguesa deve ser adequada à sua capacidade para demonstrar conhecimentos desta língua.

7 - Tratando-se de pessoa que tenha frequentado estabelecimento de ensino público ou de ensino particular ou cooperativo reconhecido nos termos legais em país de língua oficial portuguesa, o conhecimento da língua portuguesa pode ser comprovado por certificado de habilitação emitido por esse estabelecimento de ensino.

8 - Havendo dúvida sobre a suficiência do certificado apresentado para comprovar o conhecimento da língua portuguesa, a Conservatória dos Registos Centrais pode solicitar às autoridades competentes do Ministério da Educação e Ciência que se pronunciem, sob pena de, não sendo considerado suficiente, não poder valer como prova do conhecimento.»

Artigo 3.º

Entrada em vigor: O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 31 de Janeiro de 2013. — *Pedro Passos Coelho — Paulo Sacadura Cabral Portas — Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva — Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz — Nuno Paulo de Sousa Arrobas Crato — Luís Pedro Russo da Mota Soares*. Promulgado em 20 de março de 2013. Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA. Referendado em 22 de março de 2013. O Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho.